

***INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES***  
***CURSO DE ESTADO-MAIOR CONJUNTO***

**2011/2012**



**TII**

**AS FORÇAS DE SEGURANÇA NAS OPERAÇÕES DE GESTÃO DE CRISES.  
LIÇÕES APRENDIDAS.**

**DOCUMENTO DE TRABALHO**

O TEXTO CORRESPONDE A TRABALHO FEITO DURANTE A FREQUÊNCIA DO CURSO NO IESM SENDO DA RESPONSABILIDADE DO SEU AUTOR, NÃO CONSTITUINDO ASSIM DOCTRINA OFICIAL DA MARINHA PORTUGUESA/DO EXÉRCITO PORTUGUÊS/ DA FORÇA AÉREA PORTUGUESA/DA GUARDA NACIONAL REPUBLICANA.

**(PRIMEIRA ENTREGA)**

*PAULO JORGE ALVES SILVÉRIO*  
*MAJOR DA GNR/INFANTARIA*



**INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES**

**TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO INDIVIDUAL**

**AS FORÇAS DE SEGURANÇA NAS OPERAÇÕES DE  
GESTÃO DE CRISES. LIÇÕES APRENDIDAS.**

**MAJ GNR/Inf<sup>ra</sup>. Paulo Jorge Alves Silvério**

Trabalho de Investigação Individual do Curso de Estado-Maior Conjunto  
2011/2012

**(PRIMEIRA ENTREGA)**

Lisboa – 2012



**INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES**

**TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO INDIVIDUAL**

**AS FORÇAS DE SEGURANÇA NAS OPERAÇÕES DE  
GESTÃO DE CRISES. LIÇÕES APRENDIDAS.**

**MAJ GNR/Inf<sup>ª</sup> Paulo Jorge Alves Silvério**

Trabalho de Investigação Individual do Curso de Estado-Maior Conjunto  
2011/2012

Orientador:

Tenente-Coronel PQ Paulo Luís Almeida Pereira.

Lisboa – 2012



## Agradecimentos

Nenhum trabalho de investigação decorre de forma isolada. É uma tarefa que não deve ser realizada de forma estanque, sem o apoio institucional e a colaboração de pessoas que, por motivos diversos, ao longo desta investigação deram um apoio incomensurável e são muitas as dívidas de gratidão. Consciente, que as palavras são áridas para retratar a dimensão de certos sentimentos que nos assolam, evidenciamos que há contributos que não podem nem devem ser olvidados.

O primeiro agradecimento é para o orientador Tenente-Coronel Paulo Luís Almeida Pereira, que na qualidade de orientador, sempre soube de forma permanente e oportuna transmitir entusiasmo e apresentar opiniões válidas. A confiança transmitida, atenção dispensada e dedicação incansável marcar-nos-ão para a vida.

De seguida agradecemos de forma sentida ao Dr. Figueiredo Lopes, ao Dr. António Costa, ao Dr. Rui Pereira e ao Dr. Severiano Teixeira, todos ex-Ministros da Administração Interna, pela amabilidade, disponibilidade, esclarecimentos, sugestões, apoios prestados e atenção dispensadas em todos os momentos.

Em terceiro lugar, aos nossos Generais que desempenharam funções de comando na Guarda Nacional Republicana (GNR), pela pronta disponibilidade em colaborar, saber transmitido, e apoio incondicional. A todos um sentido bem hajam.

Gostaríamos de transmitir uma palavra de apreço e gratidão ao Coronel GNR Jorge Esteves e restantes Oficiais da GNR, pela receptividade no esclarecimento de dúvidas, desde o primeiro contacto estabelecido, profundo sentimento de camaradagem e nobres atos de zelo.

De igual forma agradecemos ao Coronel GNR Manuel Guerreiro pelo permanente incentivo, companheirismo e pelos conselhos, bem como ao Capitão-de-mar-e-guerra Valentim Rodrigues pela amizade e arrimo.

Não obstante, agradecemos aos funcionários das bibliotecas do IESM e da Biblioteca Nacional em Lisboa, pela excelente colaboração e permanente predisposição para satisfazerem as solicitações de bibliografia. A todos o nosso muito obrigado.

Por fim, e não menos importante, à Instituição GNR, enquanto Força de Segurança que de forma zelosa e humilde serve o país e nos possibilitou esta importante ação de formação.

A todos, os nossos honestos agradecimentos.



## Índice

Agradecimentos .....	i
Índice .....	ii
Resumo .....	iv
<i>Abstract</i> .....	vii
Palavras-chave: .....	ix
Lista de Abreviaturas, Siglas e Acrónimos.....	x
Introdução .....	1
1. Enquadramento Teórico .....	5
a. Esboço Argumentativo .....	5
b. Ancoragem Conceptual .....	6
2. Modalidades de Empenhamento Operacional da GNR, através de Forças Constituídas, consoante as Organizações Internacionais.....	11
3. As Missões Internacionais da GNR .....	15
a. <i>United Nations Transitional Administration in East Timor</i> – UNTAET.....	15
(1) Enquadramento Geral .....	15
(2) Localização do Quartel e Articulação da Força.....	16
(3) Canal de Comando e Empenhamento Operacional .....	17
(4) Términus da Missão.....	18
b. <i>Operation Iraqi Freedom</i> .....	18
(1) Enquadramento Geral .....	18
(2) Localização do Quartel e Articulação da Força.....	20
(3) Canal de Comando e Empenhamento Operacional .....	21
(4) Términus da Missão.....	23
c. Da missão <i>LAFAEK</i> à <i>United Nations Integrated Mission</i> in Timor-Leste	23
(1) Enquadramento Geral .....	23



---

(2) Localização do Quartel e Articulação da Força.....	25
(3) Canal de Comando e Empenhamento Operacional .....	26
(4) Términus da Missão.....	27
d. Operação <i>ALTHEA</i> .....	28
(1) Enquadramento Geral .....	28
(2) Localização do Quartel e Articulação da Força.....	29
(3) Canal de Comando e Empenhamento Operacional .....	30
(4) Términus da Missão.....	30
e. NATO <i>Training Mission in Afghanistan</i> (NTM-A) .....	31
(1) Enquadramento Geral .....	31
(2) Localização do Quartel e Articulação da Força.....	34
(3) Canal de Comando e Empenhamento Operacional .....	35
(4) Términus da Missão.....	36
4. Discussão de Resultados .....	37
a. Caracterização da Amostra.....	37
b. Objeto de Estudo .....	38
c. Validação das Hipóteses.....	45
Conclusões.....	47
Bibliografia.....	53
Apêndice 1 – Modelo de Análise.....	1
Apêndice 2 – Sinopses das Entrevistas.....	1
Apêndice 3 – DVD com Transcrição das Entrevistas.....	1



## Índice das Figuras

Figura 1 - <i>Security Gap</i> .....	12
Figura 2 - <i>Green Box e Blue Box</i> .....	13
Figura 3 - Missão UNTAET .....	15
Figura 4 - Organograma da CIVPOL, em Timor-Leste.....	17
Figura 5 - Organograma da RRU/GNR, em Timor-Leste .....	17
Figura 6 - Missão Iraqi Freedom .....	18
Figura 7 - Organograma do Subagrupamento ALFA, no Iraque.....	21
Figura 8 - Organograma da MSU, no Iraque.....	22
Figura 9 - Missão LAFAEK e UNMIT, em Timor-Leste. ....	23
Figura 10 - Organograma do Subagrupamento BRAVO, em Timor-Leste.....	26
Figura 11 - Operação ALTHEA, na Bósnia-Herzegovina.....	28
Figura 12 - Organograma da IPU, na Bósnia-Herzegovina.....	29
Figura 13 - Missão NTM-A, no Afeganistão.....	31
Figura 14 - Organograma da FND, no Afeganistão.....	34

## Índice das Tabelas

Tabela 1 - Regime Jurídico.....	20
Tabela 2 - Orçamentos das Missões – 2010-12 .....	45
Tabela 3 - Confirmação ou Infirmação das Hipóteses.....	46



## Resumo

O trabalho centra-se no domínio da participação das Forças de Segurança, em concreto a Guarda Nacional Republicana (GNR) nas operações de gestão de crise e lições aprendidas. É nosso escopo responder à *vexata quaestio*: De que forma contribuiu a GNR para a consecução dos objetivos da política externa portuguesa, através da sua participação em missões de gestão de crise, com Forças constituídas, no período de 2000 a 2011?

O modelo de análise aplicado foi o método hipotético-dedutivo, sendo que foram realizadas entrevistas a ex-Ministros, a Generais que serviram na GNR e a Oficiais comandantes de contingente, para através da análise de conteúdos, reunirmos informação relevante sobre o assunto, do nível político ao nível tático.

Cientes que a intervenção internacional do Estado português em situações de fragilidade nos países parceiros se insere no âmbito da política externa e que a segurança é uma atividade multidimensional, relevamos o empenhamento operacional da GNR, em missões internacionais como uma necessidade e uma linha de ação estratégia na senda das orientações da estratégia nacional de segurança e desenvolvimento.

Recitamos como **resultados principais** que no período de 2000 a 2011, a GNR já projetou vinte e sete contingentes, na forma de Força constituída, para os Teatros de Operações de Timor-Leste, Iraque, Bósnia e Afeganistão.

Hodiernamente, o cumprimento emergente de tarefas de polícia<sup>1</sup> no início da resolução de crises é irrefutável e reconhecido pelas Organizações Internacionais, levando ao desenvolvimento da doutrina sob o empenhamento conjunto ou combinado de Forças de polícia de natureza militar, com as Forças Armadas (FFAA). É neste contexto que surgem as *Multinational Specialized Unit* (MSU) no seio da *North Atlantic Treaty Organization* (NATO), as *Integrated Police Unit* (IPU) no seio da União Europeia (UE), através da *European Gendarmerie Force* (EGF) e das *Formed Police Unit* (FPU) no seio das Nações Unidas (NU).

Como **principais conclusões** evidenciamos que todas as missões atribuídas aos contingentes da GNR decompõem-se em tarefas específicas de polícia, não devendo estas ser atribuídas às FFAA. A atividade policial não pode ser afastada da investigação criminal e esta só pode ser executada por Órgãos de Polícia Criminal. É uma realidade *ope legis*<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> O policiamento e a segurança afetam qualquer sociedade (Bruggeman, 2011, p. 52).

<sup>2</sup> Por força de lei (Oliveira, 1996, p. 54).



No seio das Forças e Serviços de Segurança (FSS) a GNR é a Instituição de eleição para ser empenhada em qualquer TO, mesmo nos países de classe “C”, assegurando a interoperabilidade com as FFAA.

As missões internacionais são um importante “instrumento” de política externa, que deve ser reforçado e potenciado, por ser um fator de prestígio e credibilidade externa do país. É neste contexto, que o empenhamento da GNR deve ser encarado e aduzir conhecimentos para as futuras gerações castrenses.

O profissionalismo e capacidades evidenciadas pela GNR aquando das missões internacionais, antes de ser um mérito é um DEVER, que a Instituição não abdica, por ser a única forma de representar Portugal. Falamos humildemente de padrão a seguir.



## *Abstract*

This essay focusses on the participation of Security Forces, in particular the Guarda Nacional Republicana (GNR), in crisis response operations and respective lessons learned. It is our purpose to answer the vexata quaestio: In which way did the GNR contribute towards the goals of Portuguese foreign policy, with built-up forces, throughout the timeframe from 2000 till 2011?

The analysis model applied was the hypothetical-deductive one, where interviews were conducted with former ministers, General officers that served with the GNR and officers appointed as contingent commanders, so that through the analysis of contents we could gather relevant information on the issue, from the political to the tactical level.

Aware that the international intervention of Portugal in partner countries faced with a fragility situation is part of its foreign policy and that security is a multidimensional activity, we highlight the operational commitment of the GNR in international missions as a necessity and a strategic line of action in accordance with the guidelines established by our national strategy for security and development.

We reveal as main results that the GNR has, from 2000 till 2011, deployed twenty seven contingents in the form of built-up forces, to the Theatres of Operations (TO) of East Timor, Bosnia-Herzegovina and Afghanistan.

Presently, the emergent fulfillment of police tasks from the beginning of the crisis solving process is irrefutable and recognized by the International Organizations, which has led to the development of doctrine regarding the Joint or Combined employment of Police Forces of military nature and the Armed Forces. It is in this context that we saw the birth of the Military Specialized Unit within the North Atlantic Treaty Organization, the Integrated Police Unit within the European Union through the European Gendarmerie, and of the Formed Police Unit within the United Nations.

As main conclusions we patent that all the missions given to the GNR contingents were within the role of specific police tasks that should not be given to the Armed Forces. Police activity cannot be isolated from criminal investigation, and the latter can only be performed by Criminal Police Organizations. It is an *ope legis* reality.

Within the Security Forces and Services, the GNR is the prime organization to be deployed to any TO, even in class “C” countries, for only it can ensure interoperability with the Armed Forces.



International missions are an important instrument of foreign policy, that must be reinforced and elevated, for they are a factor of prestige and external credibility of the nation. It is within this context that the employment of the GNR should be seen, and the lessons for future military generations presented.

The professionalism and ability evinced by the GNR whilst on international missions, rather than a merit is a DUTY that the organization itself will not relinquish, for it is the only way to represent Portugal. We humbly state that this is the model to strive for.



**Palavras-chave:**

GNR; Forças Constituídas; Missões Internacionais; Operações de Gestão de Crise;  
Lições Aprendidas.



## Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos

<b>AFG</b>	– Afeganistão.
<b>AJP</b>	– <i>Allied Joint Publication</i> . (Publicação Conjunta da NATO).
<b>Al.</b>	– Alínea.
<b>ANCOP</b>	– <i>Afghan National Civil Order Police</i> . (Polícia Civil Nacional da Ordem Afegã).
<b>ANSF</b>	– <i>Afghan National Security Forces</i> . (Forças de Segurança Afegãs).
<b>AR</b>	– Assembleia da República.
<b>Art.º</b>	– Artigo.
<b>ASEAN</b>	– <i>Association of Southeast Asian Nation</i> . (Associação de Nações do Sudeste Asiático).
<b>BTer 2</b>	– Brigada Territorial 2.
<b>C2</b>	– Comando e Controlo.
<b>Cap.</b>	– Capitão.
<b>CDF</b>	– Comando da Doutrina e Formação.
<b>CEDEAO</b>	– Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental.
<b>CEEAC</b>	– Comunidade Económica dos Estados da África Central.
<b>CEM</b>	– Chefe de Estado-Maior.
<b>CEMC</b>	– Curso de Estado-Maior Conjunto.
<b>CEME</b>	– Chefe do Estado-Maior do Exército.
<b>CEMGFA</b>	– Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas.
<b>CENTCOM</b>	– <i>Commander of the Central Command</i> . (Comandante do Commando Central).
<b>Cfr.</b>	– Confrontar.
<b>CFT</b>	– Comando das Forças Terrestres.
<b>CG</b>	– Contingente da GNR.
<b>CI</b>	– Comunidade Internacional.
<b>CIMIN</b>	– Comité Interministerial de Alto Nível. (French acronym meaning " <i>Comité InterMinistériel de Haut Niveau</i> ").
<b>CIVPOL</b>	– <i>Civil Police</i> . (Estrutura da Polícia Civil nas Nações Unidas).
<b>CM</b>	– Câmara Municipal.
<b>Cmdt</b>	– Comandante.



---

<b>CN</b>	– Contingente Nacional.
<b>CN/FND ISAF</b>	– Comando Nacional/Força Nacional Destacada/ <i>International Security Assistance Force</i> . (Força Internacional de Apoio à Segurança do Afeganistão).
<b>COC</b>	– Comando Operacional Conjunto.
<b>Consult.</b>	– Consultado.
<b>Cor.</b>	– Coronel.
<b>COSPU</b>	– <i>Centre of Excellence for Stability Police Units</i> . (Centro de Excelência para a Estabilidade das Unidades de Polícia).
<b>CPLP</b>	– Comunidade de Países de Língua Portuguesa.
<b>CSDN</b>	– Conselho Superior de Defesa Nacional.
<b>CSNU</b>	– Conselho de Segurança das Nações Unidas.
<b>CTAFMI</b>	– Centro de Treino e Aprontamento de Forças para Missões Internacionais.
<b>DL</b>	– Decreto-Lei.
<b>DPERI</b>	– Divisão de Planeamento Estratégico e Relações Internacionais.
<b>DPKO</b>	– <i>Department for Peacekeeping Operations</i> . (Departamento das Operações de Paz).
<b>DVD</b>	– <i>Digital Versatile Disc</i> . (Disco Digital Versátil).
<b>E</b>	– Entrevista.
<b>EGF</b>	– <i>European Gendarmerie Force</i> .
<b>EIEEI</b>	– Equipa de Inativação de Engenhos Explosivos Improvisados.
<b>EM</b>	– Estado-Maior.
<b>EMs</b>	– Estado-Membro.
<b>EUA</b>	– Estados Unidos da América.
<b>EUFOR</b>	– <i>European Forces in Bosnia and Herzegovina</i> . (Força Europeia na Bósnia-Herzegovina).
<b>EUPM</b>	– <i>European Union Police Mission</i> . (Missão de Polícia da União Europeia).
<b>EUROGENDFOR</b>	– <i>European Gendarmeries Force</i> . (Força de Gendarmerie Europeia).
<b>FFAA</b>	– Forças Armadas.
<b>FIEP</b>	– Associação das Forças Policiais e Guardas da Europa e Mediterrâneo com Estatuto Militar.
<b>FND</b>	– Força Nacional Destacada.
<b>FPU</b>	– <i>Formed Police Unit</i> . (Força de Polícia Constituída).
<b>FSS</b>	– Forças e Serviços de Segurança.



---

<b>G2</b>	– Oficial de Informações.
<b>G5</b>	– Oficial de Assuntos Cívicos.
<b>GCC</b>	– Gestão Cívica de Crises.
<b>GenCmdtGeral</b>	– General Comandante Geral da GNR.
<b>GIOP</b>	– Grupo de Intervenção e Ordem Pública.
<b>GNR</b>	– Guarda Nacional Republicana.
<b>Gov.</b>	– Governo.
<b>H</b>	– Hipótese.
<b>HQ</b>	– <i>Header Quarter</i> . (Quartel-General).
<b>IAEM</b>	– Instituto de Altos Estudos Militares.
<b>IEEI</b>	– Inativação de Engenheiros Explosivos Improvisados.
<b>IESM</b>	– Instituto de Estudos Superiores Militares.
<b>IGEO</b>	– Instituto Geográfico Português.
<b>INEM</b>	– Instituto Nacional de Emergência Médica.
<b>INTEL</b>	– <i>Intelligence</i> . (Informações).
<b>INTERFET</b>	– <i>International Force in East Timor</i> . (Força Internacional em Timor-Leste).
<b>IPTF</b>	– <i>International Police Task Force</i> . (Força de Polícia Internacional).
<b>IPU</b>	– <i>Integred Police Unit</i> . (Força de Polícia Integrada (constituída)).
<b>ISAF</b>	– <i>International Security Assistance Force</i> . (Força de Segurança de Assistência Internacional).
<b>IT</b>	– Italianos.
<b>IT JTF</b>	– <i>Italian Join Task Force</i> . (Força Conjunta Italiana).
<b>ITC</b>	– <i>International Training Compound</i> . (Centro de Treino Internacional).
<b>J5</b>	– Célula de Planeamento.
<b>LA</b>	– Lições Aprendidas.
<b>LI</b>	– Lição Identificada.
<b>LOGNR</b>	– Lei Orgânica da Guarda Nacional Republicana.
<b>LOIC</b>	– Lei da Organização da Investigação Criminal.
<b>LP</b>	– <i>Local Police</i> . (Polícia Local).
<b>LSI</b>	– Lei de Segurança Interna.
<b>MAI</b>	– Ministério da Administração Interna.



---

<b>Maj.</b>	– Major.
<b>MDN</b>	– Ministério da Defesa Nacional.
<b>ME</b>	– Manual Escolar.
<b>MERCOSUL</b>	– Mercado Comum do Sul.
<b>MF</b>	– Ministério das Finanças.
<b>MGen.</b>	– Major-General.
<b>MINUSTAH</b>	– <i>United Nations Stabilization in Haiti</i> . (Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti).
<b>MJ</b>	– Ministro da Justiça.
<b>MND-SE</b>	– <i>Multinational Division on Sudest</i> . (Divisão Multinacional a Sudeste).
<b>MNE</b>	– Ministério dos Negócios Estrangeiros.
<b>MOP</b>	– Manutenção de Ordem Pública.
<b>MoU</b>	– <i>Memorandum of Understanding</i> . (Memorando de Entendimento).
<b>MSU</b>	– <i>Multinational Specialized Unit</i> . (Unidade Especializada Multinacional de Polícia de Natureza Militar).
<b>n.º</b>	– Número.
<b>NATO</b>	– <i>North Atlantic Treaty Organization</i> . (Organização do Tratado do Atlântico Norte - OTAN).
<b>NPTC</b>	– <i>NATO Police Training Center</i> . (Centro de Treino da NATO).
<b>NPTC Wardak</b>	– <i>Wardak National Police Training Centre</i> . (Centro de Treino Nacional da Polícia em Wardak - Afeganistão).
<b>NTM-A</b>	– <i>NATO Training Mission in Afganistan</i> . (Missão de Treino da NATO no Afeganistão).
<b>NU</b>	– Nações Unidas.
<b>OI</b>	– Organização Internacional.
<b>OPC</b>	– Órgãos de Polícia Criminal.
<b>OPCOM</b>	– Comando Operacional.
<b>OPCON</b>	– Controlo Operacional.
<b>OSCE</b>	– Organização de Segurança e Cooperação na Europa.
<b>PC</b>	– <i>Police Commissioner</i> . (Comandante Geral da Polícia (CIVPOL Nações Unidas)).
<b>PCM</b>	– Presidência do Conselho de Ministros.
<b>PCSD</b>	– Política Comum de Segurança e Defesa.
<b>PE</b>	– <i>Peace Enforcement</i> . (Imposição de Paz).



---

<b>PESC</b>	– Política Externa de Segurança Comum.
<b>PESD</b>	– Política Europeia de Segurança e Defesa.
<b>PI</b>	– Polícia Internacional.
<b>PK</b>	– <i>Peacekeeping</i> . (Manutenção de Paz).
<b>PL</b>	– Polícia Local.
<b>PM</b>	– Primeiro-Ministro.
<b>PNTL</b>	– Polícia Nacional de Timor-Leste.
<b>POC</b>	– Ponto Oficial de Contato.
<b>POMLT</b>	– <i>Police Operacional Mentor and Liaison Teams</i> . (Equipas de Polícia para Acompanhamento e de Ligação).
<b>Port<sup>a</sup></b>	– Portaria.
<b>PR</b>	– Presidente da República.
<b>PSF</b>	– <i>Peace Support Force</i> . (Força de Suporte à Paz).
<b>PSP</b>	– Polícia de Segurança Pública.
<b>QD</b>	– Questão Derivada.
<b>QG</b>	– Quartel-General.
<b>QP</b>	– Questão de Partida.
<b>QRF</b>	– <i>Quick Reaction Force</i> . (Força de Reação Rápida).
<b>RCM</b>	– Resolução de Conselho de Ministros.
<b>ROE</b>	– <i>Rules of Engagement</i> . (Regras de Empenhamento).
<b>RRU</b>	– <i>Rapid Response Unit</i> . (Unidade de Reação Rápida).
<b>RSC-E</b>	– <i>Regional Support Command East</i> . (Comando Regional de Suporte a Este).
<b>RU</b>	– Reino Unido.
<b>SACEUR</b>	– <i>The Supreme Allied Commander Europe</i> . (Comandante Supremo Aliado para a Europa).
<b>SADC</b>	– <i>Southern African Development Community</i> . (Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral).
<b>SEF</b>	– Serviço de Estrangeiros e Fronteira.
<b>SFOR</b>	– <i>Stabilisation Force</i> . (Força de Estabilização).
<b>SO3 J2 SY/CI</b>	– Analista de Segurança e Contraineligência num quartel conjunto.
<b>SOE</b>	– Seção de Operações Especiais.
<b>SOFA</b>	– <i>Status of Forces Agreement</i> . (Acordo do <i>Status</i> da Força).



<b>SPU</b>	– <i>Special Police Unit.</i> (Unidade de Polícia Especial).
<b>Subagr.</b>	– Subagrupamento.
<b>TA</b>	– <i>Technical Arrangement.</i> (Arranjo Técnico).
<b>TCor.</b>	– Tenente-Coronel.
<b>Ten.</b>	– Tenente.
<b>TGen.</b>	– Tenente-General.
<b>TO</b>	– Teatros de Operações.
<b>UE</b>	– União Europeia.
<b>UI</b>	– Unidade de Intervenção.
<b>UNMISSET</b>	– <i>United Nations Mission of Support in East Timor.</i> (Missão de Apoio das Nações Unidas para Timor-Leste).
<b>UNMIT</b>	– <i>United Nation Integrated Mission in Timor-Leste.</i> (Missão Integrada das Nações Unidas em Timor-Leste).
<b>UNOTIL</b>	– <i>United Nation Office in East Timor.</i> (Missão de Acompanhamento das Nações Unidas em Timor-Leste).
<b>UNPOL</b>	– <i>United Nations Police.</i> ( <i>Polícia das Nações Unidas</i> ).
<b>UNTAET</b>	– <i>United Nations Transitional Administration in East Timor.</i> (Administração Transitória das Nações Unidas para Timor-Leste).
<b>Viat.</b>	– Viatura.
<b>VIP</b>	– <i>Very Important People.</i> (Alta Entidade).



## Introdução

Estudar a participação internacional de Estado português, em prol da paz, releva a presença portuguesa no mundo e evidencia o empenho, compromisso e esforço do nosso país.

A sistematização e divulgação de boas práticas, a melhor divulgação da informação, junto dos agentes do Estado e sobretudo nos estabelecimentos de ensino superiores militares contribuem de forma assaz para a almejada proficiência do serviço.

Ao assumirmos a temática “**As Forças de Segurança nas Operações de Gestão de Crises. Lições Aprendidas**”, arrogamos o desiderato de apresentar um racional teórico que permita analisar parte do esforço nacional para a paz no mundo. Em aquiescência e do ponto de vista científico o assunto enquadra-se nos domínios da Segurança e Defesa.

Como esboço introdutório referimos que os estudos da “polemologia” e das capacidades das Forças continuam e continuarão a ser necessários. A participação de Portugal em missões internacionais, e da GNR em particular, representa valores que não são anódinos.

Em termos de contexto sabemos que a não-rara complexidade das relações entre os Estados, acrescida das inúmeras ameaças transnacionais (humanas e naturais) da cena internacional, aumenta significativamente a probabilidade da eclosão de crises. Estas abrangem um espectro alargado de cenários, desde a guerra até às operações de ajuda humanitária.

Perante tal cenário, como forma de otimizar a resposta dos atores internacionais, tem vindo a impor-se uma ideia de segurança cooperativa, apelando-se à participação de novos atores. É neste sentido que a GNR, nos últimos anos, tem participado em missões internacionais com Forças constituídas.

Justificamos o estudo, porque apesar da grande visibilidade que o tema tem recebido nos últimos tempos, nunca foi realizado algo do género, no âmbito do Curso de Estado-Maior Conjunto (CEMC). A investigação reveste-se de peculiar relevo e relevância científica. Afirmamos convictamente que não existe nenhum estudo, nem documento oficial que reúna no mesmo *scriptum* as opiniões de ex-Ministros das Administração Interna, Ex-Comandantes Gerais da GNR, outros Oficiais Gerais que prestaram serviço na GNR e Oficiais, na maioria comandantes de contingentes, que



foram empenhados nos Teatros de Operações (TO). Analisar o passado, indicar lições para preparar o futuro é o nosso escopo, que qualificamos humildemente de auspicioso.

Em termos de **objeto de estudo** delimitamos a investigação à participação da GNR, com Forças constituídas, nas operações de gestão de crise. É nosso intento apresentar conteúdos que, contribuam para perceber qual o esforço da Instituição.

Elencamos como objetivos específicos identificar as missões, as tarefas cumpridas, os canais de comando e o financiamento para indagar do papel da GNR e das possibilidades de empenhamento combinado, com outras Forças para além das que integram a *European Gendarmerie Force* (EUROGENDFOR - EGF).

O **percurso metodológico** aplicado foi concretizado com o recurso a metodologia qualitativa das ciências sociais e humanas, apoiada na pesquisa bibliográfica, para análise documental. Nesta pela hermenêutica tentaremos entender a dimensão do fenómeno para desenvolvermos os conteúdos apresentados.

Realizamos vinte e uma entrevistas, por ser uma das técnicas mais flexíveis de coleta de informação. Neste âmbito optamos por realizar entrevistas, quanto ao tipo, por pautas, que apresentam um certo grau de estruturação, pois foram conduzidas com base numa relação de pontos de interesse para a investigação, que exploramos. A técnica de investigação aplicada para o seu estudo foi a análise de conteúdo (Guerra, 2006, p. 61). Todas as entrevistas foram transcritas, após anuência dos entrevistados e poderão ser consultadas no *Digital Versatile Disc* (DVD) em Apêndice 3.

O método aplicado foi o hipotético-dedutivo, partindo de um postulado como modelo de interpretação do fenómeno estudado e, gerando, através de um trabalho lógico, hipóteses, conceitos e indicadores que procuramos verificar. A organização de uma investigação com recurso a hipóteses é a melhor forma de a realizar com ordem e rigor (Quivy & Campenhoudt, 2003, p. 119). A análise foi de exploração qualitativa, porque através de documentos escritos e das transcrições das entrevistas apuramos a verificação das hipóteses.

Quanto à amostra cingimos a investigação ao grupo de amostragem não probabilística e dentro deste à amostragem por tipicidade ou intencionalidade. Este tipo de amostragem consiste em selecionar intencionalmente o subgrupo da população representativa. Por norma a mais adequada quando existem grandes limitações de tempo e de recursos disponíveis (IAEM, 2005, p. 52).

Na referenciação bibliográfica utilizamos o sistema autor-data, adotando-se o estilo *Harvard-Anglia*.



No seguimento do exposto e na primeira etapa da fase de investigação apresentamos como Questão de Partida (QP):

**QP:** De que forma contribuiu a GNR para a consecução dos objetivos da política externa portuguesa, através da sua participação em missões de gestão de crise, com Forças constituídas, no período de 2000 a 2011?

Para atingirmos os objetivos específicos, identificamos as seguintes Questões Derivadas (QD):

QD1: Quais as missões de gestão de crises em que a GNR participou com Forças Constituídas?

QD2: Qual a importância da participação da GNR nas missões de gestão de crises?

QD3: Quais as lições aprendidas?

QD4: Quais os canais de comando?

QD5: As tarefas executadas são essencialmente de natureza policial?

QD6: Quem suporta os custos das operações descritas?

A cada QD alocamos uma Hipótese (H), que confirmaremos ou infirmaremos. A H1 corresponde à QD1 e assim sucessivamente (Cfr. Apêndice 1).

Como conjunto de H cuja articulação integra a problemática identificamos:

H1: A participação da GNR nas missões de gestão de crise dignifica o país.

H2: A participação da GNR nas missões de gestão de crise é um instrumento do Estado, para a execução da política externa.

H3: A participação da GNR em missões de gestão de crise é benéfica para a Instituição.

H4: A participação da GNR nas missões de gestão de crise não beneficia o *Comprehensive Approach* (Forças militares/Civis).

H5: A participação da GNR nas missões de gestão de crise são uma redundância sobre o empenhamento de Forças tipicamente militares.

H6: As operações são suportadas pelo orçamento da GNR.

Para a consolidação do modelo de análise, pela forma indutiva apresentamos conceitos operatórios isolados, partindo do particular para a generalização. Os conceitos estão associados às H, conforme Apêndice 1 (IAEM, 2005, p. 34).

Com a finalidade de apresentarmos conteúdos desenvolvidos de forma sequencial e harmoniosa articulamos para além da introdução o corpo do trabalho, da seguinte forma:



- No primeiro capítulo consta o enquadramento teórico onde se apresentam argumentos da necessidade da GNR nos TO e uma ancoragem conceptual, onde é apresentado o corpo de conceitos relevantes.
- No segundo capítulo focamos, em concreto, as modalidades de empenhamento operacional da GNR, através de Forças constituídas, consoante a égide das Organizações Internacionais (OI).
- Já no terceiro capítulo identificamos e descrevemos, tão pormenorizadamente, quanto possível as missões internacionais em que a GNR já participou, com Forças constituídas, no período em análise. Verificaremos que algumas das missões ainda estão a decorrer.
- No quarto capítulo, apresentaremos a discussão dos resultados da investigação, onde se responde às perguntas derivadas e se argui a confirmação ou infirmação das hipóteses do modelo de análise.
- Na última parte, Conclusões, procuramos fazer um enquadramento geral de todo o corpo do trabalho e consolidamos a resposta à pergunta de partida.

Do nosso humilde contributo pelos conteúdos desenvolvidos, poderão as futuras gerações castrenses tirar ensinamentos. É este o nosso desafio.



## 1. Enquadramento Teórico

Este ponto tem por finalidade apresentar as principais bases teóricas e conceituais relevantes para a investigação do tema em apreço, para de uma forma geral sustentarmos a participação da GNR, a par das suas congéneres, em missões de gestão civil de crises<sup>3</sup>. Desta forma, assumimos o desiderato de realçar alguns argumentos, no que consideramos ser o esboço introdutório, para de seguida apresentarmos o corpo de conceitos que sustentou a investigação.

A necessidade da presença e a proficiência das Forças de polícia, de natureza militar, nos TO há muito que foram percecionadas pelas Organizações Internacionais (OI). Daí o desenvolvimento da doutrina *MSU* no seio da NATO e o surgimento da *EGF*, no seio da UE - a Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD), propõe uma nova arquitetura de segurança, e das FPU nas NU.

Para garantir a segurança e o bem-estar dos cidadãos, o Estado deverá adequar os conceitos e os instrumentos de segurança<sup>4</sup> e defesa ao novo ambiente externo e cooperativo, numa perspetiva de minimização de riscos e de garantia da possibilidade de resposta, não só aos novos tipos de desafios à paz e à estabilidade internacional como a quaisquer outros que se venham a revelar.

### a. Esboço argumentativo

Em regra, a responsabilidade inicial de estabilização dos TO tem recaído, numa primeira instância e normalmente contra a sua vontade, sobre os militares, sobretudo devido à inexistência de Forças internacionais de polícia (Jayamaha, et al., 2010, p. 152).

Contudo, o envolvimento de militares em questões relacionadas com o combate à criminalidade verifica-se deveras problemático do ponto de vista prático (os militares não foram treinados nem se encontram equipados para funções policiais), político (o policiamento efetuado por militares pode fornecer uma imagem demasiado conotada com ocupações militares e regimes não democráticos, do que com prevenção do crime) e normativas (tal empenho mitiga a necessária distinção entre as suas funções de âmbito militar e as funções policiais) (Keller, 2010, p. 21).

<sup>3</sup> Etimologicamente o termo crise deriva do grego “*Krisis*”. O termo surgiu associado à medicina, mas é polissémico aplicando-se à economia, à política, à sociologia, ao ambiente, etc (Dougherty & Robert L. Pfaltzgraff, 2003, p. 736). O estudo das crises assumiu grande destaque com a crise dos mísseis de Cuba (1962) (Boniface, 2009, p. 73).

<sup>4</sup> Consultar Estratégia Nacional de Segurança e Desenvolvimento (PCM, 2009).



As particularidades das ações de policiamento e aplicação da lei não constam das capacidades das FFAA. Tais incompetências estruturais podem culminar em distorções graves das funções atribuídas, como foi o envolvimento das FFAA Britânicas na morte de inúmeros civis em Belfast, Irlanda do Norte, naquele que ficou conhecido internacionalmente como *Bloody Sunday* (1972). Este incidente pode ser considerado como um caso onde as FFAA demonstraram a falta de preparação para distinguir e lidar com as (enormes) diferenças existentes entre terrorismo, insurgência, crime e protestos de rua (Jayamaha, et al., 2010, p. 1).

O General *Wesley Clark*<sup>5</sup>, em 2001, tendo por referência a experiência das funções que desempenhou, na qualidade de *Supreme Allied Commander Europe* (SACEUR<sup>6</sup>), referiu-se à importância das Forças policiais, sobretudo as de natureza militar, nos seguintes moldes: “existem outros requisitos operacionais para as atividades policiais, que vão desde a investigação criminal até à reação a distúrbios civis e violência urbana, e o facto é que a maioria dos militares simplesmente não é capaz de efetivamente levar a cabo tais funções, não devendo ser os elementos primários responsáveis por elas” (Fernandes, 2005).

#### **b. Ancoragem Conceptual**

Com a finalidade de facilitar o entendimento dos conteúdos desenvolvidos e no sentido de esbatermos dúvidas interpretativas, optamos por apresentar um conjunto de conceitos, pelos quais orientamos a investigação nas dimensões identificadas (Cfr. Apêndice 1).

A colaboração de forma supletiva das FFAA na Segurança Interna e o cumprimento de missões internacionais pela GNR são realidades *ope legis* e uma demanda internacional, em prol da paz.

Já pela Lei Orgânica da GNR (LOGNR) (Art.º 1.º, n. 1) verificamos que a GNR é uma Força de Segurança, de natureza militar, constituída por militares organizados num corpo especial de tropas. O n.º 2 indica que a Instituição no âmbito dos Sistemas Nacionais de Segurança e Proteção<sup>7</sup>, entre outras tarefas, colabora na execução da Política de Defesa Nacional, de acordo como regime legal.

---

<sup>5</sup> General Wesley K. Clark, USA foi o *Supreme Allied Commander Europe and Commander in Chief, U.S. European Command* e *Commander in Chief, U.S. Southern Command* (Clark, 1999, p. 41).

<sup>6</sup> The *Supreme Allied Commander Europe*.

<sup>7</sup> Consultar (Silvério, 2009, p. 93).



O exposto leva-nos a concluir que a GNR revela-se como uma Força especialmente apta a ser empenhada, em permanência, em todo o tipo de conflitualidade, desde o tempo de paz e de normal funcionamento das instituições democráticas no cumprimento das missões ordinárias de polícia e de proteção e socorro até às situações de crise ou de estado de exceção constitucional, onde se incluem os vários TO, mesmo os qualificados de classe “C”<sup>8</sup>. Esta característica ímpar, tem sido evidenciada pelas NU, a UE e a NATO.

Como conceito importante surgem o de política externa. No âmbito da investigação consideramos como Política Externa a atividade organizada pela qual os Estados agem, reagem e interagem. Esta atividade política cruza dois ambientes – o interno e o externo, competindo ao poder político, gerir os interesses e as oportunidades de ambos (Sousa, 2005, p. 144).

Relevante é ainda expor, que no regime jurídico nacional o conceito de crise não existe. Em Portugal, o conceito de crise não tem qualquer assento na história constitucional. Com a entrada em vigor da Lei de Segurança Interna<sup>9</sup> (LSI) (Cfr. Art.º 37.º, n. 3) foi revogado o Decreto-Lei n.º 173/2004, de 21 de Julho que criou o Sistema Nacional de Gestão de Crises.

Na NATO, no “*Generic Crisis Management Handbook*” define-se crise como “uma situação de âmbito nacional ou internacional que configura uma ameaça aos valores, interesses ou objetivos das partes envolvidas” (Nogueira, 2005, p. 50). É este o conceito, por nós seguido<sup>10</sup>.

Por ameaça entendemos “qualquer acontecimento ou ação (em curso ou previsível), de variada natureza (militar, económica, ambiental, etc) que contraria a consecução de um objetivo e que, normalmente, é causador de danos, materiais ou morais”. A ameaça resulta do produto das capacidades de determinado agente com a intenção consciente (Couto, 1988, p. 329).

Já o risco<sup>11</sup> é igual ao produto dos perigos (ou ameaças) pelas vulnerabilidades. É um conceito cada vez mais utilizado e tende a substituir o conceito de ameaça, por ser

---

<sup>8</sup> Classe “C” – “Os países ou territórios em situação de guerra, conflito armado interno ou insegurança generalizada e ainda aqueles em que se verifiquem graves condições de salubridade” (Portª. n.º 87/99, de 30 de Dezembro – Art.º 1, al. c) (MNE, 1998).

<sup>9</sup> Lei n.º 53/2008, de 29 de Agosto (AR, 2008).

<sup>10</sup> A Direção-Geral de Política de Defesa Nacional definiu o conceito. Consultar (Ramalho, 2004, p. 16). Sobre outras definições ler (Sousa, 2005, p. 56).

<sup>11</sup> É a expressão de uma possível perda ou impacto negativo na missão expressa em probabilidade e severidade (MDN, 2007, pp. E-18).



mais abrangente. A própria doutrina da NATO tende a aplicar o conceito de risco. No entanto, no presente trabalho utilizaremos o conceito de ameaça, por ser mais concreto.

O outro conceito que consideramos pertinente apresentar é o de capacidade<sup>12</sup>. De acordo com a Diretiva Ministerial Orientadora do Ciclo de Planeamento de Defesa Militar é o “conjunto de elementos que se articulam de forma harmoniosa e complementar e que contribuem para a realização de um conjunto de tarefas operacionais ou efeito que é necessário atingir, englobando componentes da doutrina<sup>13</sup>, organização, treino, material, liderança, pessoal, infraestruturas, interoperabilidade, entre outras” (MDN, 2011, p. 4).

Especial enfoque merece, também, o conceito de Gestão Civil de Crises (GCC). As definições são várias<sup>14</sup>. De todas, a que nos pareceu mais consensual é a seguinte: “qualquer política ou meio utilizado na gestão de crises que não seja militar” (Dwan, 2004, p. 1). As operações de GCC são encaradas como uma resposta dos Estados-Membros (EMs), sobretudo a partir de 1999, materializada pela operacionalização das respetivas capacidades civis, em paralelo com os aspetos militares de gestão de crises, quanto à Política Europeia de Segurança e Defesa (PESD) (Nowak, 2006, p. 17). Considera-se que estes tipos de operações só têm lugar, depois do despoletar, em regra, a violência (Guedes & Elias, 2010, p. 103).

Não existem dúvidas que a designação de GCC surgiu na UE. Pela Conferência Ministerial da UE<sup>15</sup>, sobre as capacidades de polícia<sup>16</sup>, realizada em Bruxelas, em 19 de Novembro de 2001, verificamos que as quatro áreas prioritárias identificadas ao nível da gestão de crises<sup>17</sup> foram: a Polícia; o Estado de Direito; a Administração Civil; e a Proteção Civil. Ao nível de Forças de polícia foi reafirmado taxativamente, que aquelas incluem Forças de polícia civis e militares (UE, 2001).

<sup>12</sup> Sobre as capacidades militares consultar (IESM, 2010, p. 16) e (Madeira, 2009, p. 60).

<sup>13</sup> Sobre a importância da doutrina (Carapuço, 2008, p. 23).

<sup>14</sup> Consultar (Lindbog, 2001, p. 4) e (Santos, 2009, p. 167).

<sup>15</sup> “Sucessivos Conselhos Europeus reiteraram o empenho em desenvolver os recursos e capacidades civis e militares necessários para tornar a UE capaz de tomar e executar decisões em todo o leque da prevenção de conflitos e gestão de crises definindo no Tratado da UE, as chamadas “missões de Petersberg” (UE, 2001). Consultar Conferência Ministerial da UE, sobre capacidades de polícia, realizada em Bruxelas em 19 de Novembro de 2001. Disponível em <http://europa.eu/rapid/pressReleasesAction.do?reference=PRES/01/414&format=HTML&aged=1&language=PT&guiLanguage=en>. A primeira missão policial, no âmbito da PESD, foi a *European Union Police Mission* (EUPM) na Bósnia-Herzegovina, em 1 de Janeiro de 2003. Antes, e no mesmo TO existiu a *Internacional Police Task Force* (IPTF), das NU (UE, 2002).

<sup>16</sup> O objetivo da Conferência foi “unificar o empenhamento nacional dos vários EMs na resposta aos objetivos de capacidades de polícia estabelecidos pelo Conselho Europeu de Santa Maria da Feira” (UE, 2001)

<sup>17</sup> Consultar <http://www.dgai.mai.gov.pt/?area=102&mid=104&sid=106&ssid=108> (MAI, 2010).



Ao nível internacional verificamos que muitas são as preocupações com as crises, tanto militares como civis. A Organização de Segurança e Cooperação na Europa (OSCE) exerceu esforços de prevenção e gestão de crises e a UE tem discutido a resposta comunitária<sup>18</sup>.

O novo Conceito Estratégico da NATO, aprovado em 2010, apela ao envolvimento de outros atores<sup>19</sup> para além dos militares. Pretende-se uma abordagem mais abrangente das operações de gestão de crises, como poderemos ver desenvolvido posteriormente. De realce é o alinhamento da NATO com as orientações da UE sob o assunto, levando a críticas pela duplicação<sup>20</sup> de estruturas (Lopes, 2011).

O exposto leva-nos a concluir pela polissemia do conceito de crise e que consoante a égide da Organização Internacional (OI), a orientação altera-se, quanto aos meios a empenhar, ora militares, ora civis.

A PESD<sup>21</sup> integra três componentes: a gestão de crises militares, de crises civis (missões de *Petersberg*) e, por último a prevenção de conflitos<sup>22</sup>.

Já no Programa do XIX<sup>23</sup> Governo Constitucional fala-se em aprofundar a participação de Portugal<sup>24</sup> em “missões internacionais de carácter humanitário e de manutenção de paz” (Governo, 2011, p. 111).

---

<sup>18</sup> A UE incentivou as sinergias civis-militares para potenciar as capacidades. O Conselho reiterou a importância de uma abordagem abrangente da gestão de crises. Neste sentido, em Novembro de 2009, potenciou as sinergias civil-militares, que considerou como um valor acrescentado, nas áreas dos transportes, comunicações, segurança, protecção das Forças, logísticas e apoio médico (UE, 2010, p. 40).

<sup>19</sup> O apelo pela segurança humana nos vários domínios exige a intervenção dos outros atores (Araya, et al., 2011, p. 225).

<sup>20</sup> Não concordamos porque o *Berlin Plus Agreement* prevê o empenhamento de meios na NATO e UE.

<sup>21</sup> O Parlamento Europeu adotou uma Resolução sobre a Estratégia Europeia de Segurança (2008/2202) que se consubstanciou na consolidação da PESD, em 19 de Fevereiro de 2009. A PESD tem por finalidade desenvolver no seio da UE as capacidades militares e civis de gestão de crises e de prevenção de conflitos internacionais. Os objetivos não passam pela criação de um exército europeu, mas colaborar no que for necessário com a NATO e com as NU, para a manutenção da paz e segurança internacional (Guedes & Elias, 2010, p. 227). O assunto deve ser integrado no âmbito da Política Externa de Segurança Comum (PESC). A UE criou e desenvolveu a própria política externa e de segurança, para as questões mundiais (UE, 2012).

<sup>22</sup> Consultar glossário da UE (UE, 2011).

<sup>23</sup> Neste âmbito: “Redobrar a importância do relacionamento com os países de expressão portuguesa, tendo sempre presente a relevância da língua que nos une, que no quadro da CPLP se revela estratégica e economicamente relevante” (Governo, 2011, p. 105). Sobre a evolução da CPLP e o papel do Portugal consultar (Barroso, 2010, p. 277) e (Breitenvieser, 2010, p. 195).

“Ter em especial atenção o exercício do mandato no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), reforçando a imagem do País como um Estado empenhado na paz e na resolução dos conflitos internacionais” (Governo, 2011, p. 105).

<sup>24</sup> Para Freitas do Amaral é do interesse nacional “... que o país mantenha um nível razoável de participação militar em missões de paz internacionais, que se tornaram um relevante instrumento de política externa... É um investimento que vale a pena fazer, desde que suportável num contexto em que os recursos são escassos”.



De seguida surge a necessidade de identificar o conceito de Lição Aprendida (LA) e de Lição Identificada (LI). Seguimos os conceitos adotados pela NATO. Neste sentido, definimos LA como o resultado da implementação de uma ação recomendada (*Recommended Action*) que produziu um aumento de eficácia ou melhoria de uma capacidade (NATO, 2006).

Já por LI consideramos as observações que foram analisadas em proveito dos outros. Esta análise e trabalho incluem, entre outras, discussão sobre a natureza e causa da observação, recomendação de ações a tomar e a proposta de um *Action Body*<sup>25</sup> (ações a serem adotadas) (NATO, 2006).

---

<sup>25</sup> Consultar (*EUROGENDFOR*, 2009, p. 7).



## 2. Modalidades de Empenhamento Operacional da GNR, através de Forças Constituídas, consoante as Organizações Internacionais.

O surgimento das Forças MSU na *Stabilization Force in Bósnia*<sup>26</sup> (1998) e depois, na Albânia (1999), no Kosovo<sup>27</sup> (1999) e no Iraque (2003) evidenciou que este tipo de capacidade potencia e ajusta a resposta militar às necessidades dos TO, do Século XXI<sup>28</sup>. Estas Forças de escalão Regimento ou Batalhão são constituídas por Forças de polícia de natureza militar (Marczuk, 2011, p. 87), de que são exemplos: a *Gendarmerie* da França, a *Guardia Civil* de Espanha, os *Carabinieri* de Itália, a *Marechaussee* da Holanda, a *Jandarmerie* da Roménia e a GNR (Keller, 2010, p. 22).

A génese do conceito MSU e desenvolvimento doutrinal surgiu da Arma de *Carabinieri*.

Em regra, a principal missão da MSU é a manutenção da ordem pública, de forma a garantir uma situação estável no âmbito da segurança pública. Contudo, sendo a flexibilidade organizativa uma das características, pode incluir na subunidade de manobra equipas de investigação criminal, equipas de instrução e Forças Especiais. Neste último aspeto, os *Carabinieri* integram na subunidade de manobra os paraquedistas e o Grupo de Intervenção Especial (Vaz, 2004, p. 25).

A MSU pode ser empenhada na qualidade de polícia executiva, quando substitui na íntegra as responsabilidades da Polícia Local (PL) ou na forma de acompanhamento ou reforço.

Nos atuais TO a propensão das atividades criminosas, a par das alterações da ordem pública e a necessidade da realização de tarefas de ajuda humanitária, só por si, justificam a presença de Forças de polícia, de natureza militar, pelas suas capacidades operacionais e pelo garante da interoperabilidade com as FFAA (Bingöl, 2011, p. 192).

As MSU surgem no contexto das Forças Internacionais como as que garantem a ubiquidade da justiça e zelam pelo princípio da responsabilidade internacional (*jus cogens*), na juridicidade do Direito Internacional.

É no ambiente descrito que se refere que as Forças MSU preenchem o denominado “*Security Gap*”<sup>29</sup> que é o período compreendido entre o nível máximo de

<sup>26</sup> O General Clark, (SACEUR) referiu que o conflito da Bósnia evidenciou que a NATO necessita de outras capacidades como as que têm a MSU (Clark, 1999, p. 43).

<sup>27</sup> Sobre *Lesson Learned* (Jayamaha, et al., 2010, p. 89).

<sup>28</sup> Ler (Schmidl, 1998, p. 40).

<sup>29</sup> Espaço em que o mínimo de sobreposição não é assegurado (JP1-02, 2010, p. 137). Termo introduzido pela doutrina americana (Esteves, 2012). Sobre o conceito em si (Hovens, 2011, p. 142) e (Oakley, et al., 1998, p. 9).



proficiência das Forças tipicamente militares e o posterior início da eficácia das polícias civis (NATO, 2001, pp. 4-10).

As Forças MSU são polícias, ditas musculadas e a proficiência demonstrada dotaram-nas de credibilidade internacional.

As operações militares, agora multidisciplinares, dotaram os comandos puramente militares com valências

policiais, no âmbito da ordem pública, proteção e socorro, investigação criminal<sup>30</sup>, segurança de pontos sensíveis, análise e tratamento de informação, contra terrorismo, segurança pessoal, Inativação de Engenheiros Explosivos Improvisados (IEEI), instrução, entre outras, contribuindo decisivamente para o “garante” da segurança local (NATO, 2009, pp. 2-A-1).

As Forças de Polícia de natureza militar, pelas missões que cumprem diariamente nos países de origem, potenciam nos TO as missões do *Comprehensive Approach*<sup>31</sup> (Jayamaha, et al., 2010, p. 148).

As características destas Forças podem resumir-se no seguinte: robustez, flexibilidade, alto nível de prontidão (30 dias), interoperabilidade, multinacionalidade, eficaz comando e controlo (C2) e proteção da Força. Em tudo idênticas às operações tipicamente militares.

As regras de empenhamento<sup>32</sup> comum ou combinado entre Forças de polícia de natureza militar e Forças militares devem respeitar o princípio da *Green Box* (Forças tipicamente militares) e o *Blue Box* (Forças de polícia de natureza militar), conforme figura 2 (Costa, 2012 b)).

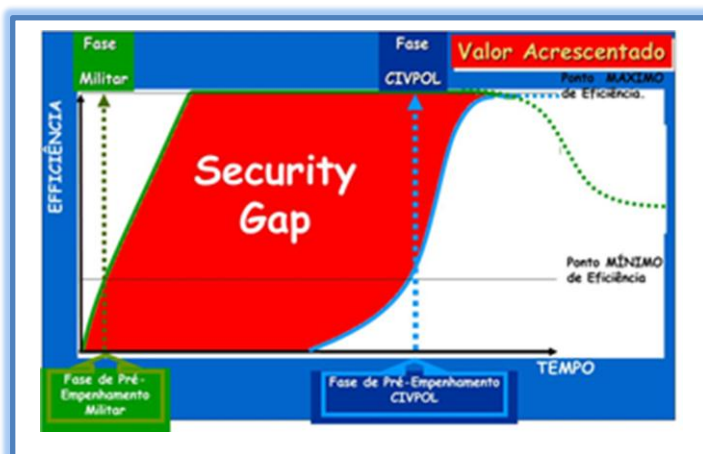


Figura 1 - Security Gap (Contri, 2009).

<sup>30</sup> Consultar Artigo 1.º da Lei n.º 49/2008, de 27 de Agosto – Lei da Organização da Investigação Criminal (LOIC) (AR, 2008).

<sup>31</sup> O novo Conceito Estratégico da NATO, aprovado na Cimeira de Lisboa em Novembro de 2010, sublinha que as LA nas missões da NATO demonstram que nas operações de gestão de crises a eficácia da resposta militar exige uma abordagem abrangente, que envolva instrumentos políticos, civis e militares. Os meios tipicamente militares embora essenciais, não são suficientes por si só para enfrentarem os desafios complexos da segurança internacional. Os líderes dos EMs concordaram.

<sup>32</sup> *Rules of Engagement* (ROE).



Contudo o empenhamento de Forças constituídas da GNR em operações da NATO, da UE e das NU processa-se de modo diferente, consoante as respetivas doutrinas. Quanto à NATO, o empenhamento é realizado conforme estipulado, através da MSU.

Na UE<sup>33</sup> o empenhamento de Forças da GNR é materializado pela EGF, através das designadas *Integrated Police Unit*<sup>34</sup> (IPU). Neste caso as instituições que integram a EGF são Forças de polícia de natureza militar e podem ser empenhadas em qualquer parte do mundo, na dependência de um



Figura 2 - Green Box e Blue Box (COSPU, 2005, p. 6).

comandante militar ou civil, se assim for decidido pela UE, NATO, NU ou coligação *Ad-Hoc*. A título de exemplo a EGF participou na missão de ajuda humanitária no Haiti MINUSTAH (*United Nations Stabilization Mission in Haiti*) com duas FPU (francesa e italiana) (Esteves, 2012).

Já na Bósnia-Herzegovina (missão *ALTHEA-2008*) a EGF executou uma missão com uma IPU, que dependia do Comandante da *European Forces in Bosnia and Herzegovina* (EUFOR -militar). Este conceito é em tudo idêntico em termos de articulação e escalão de Forças ao da MSU. A única diferença é que as MSU são empenhadas em exclusivo na dependência de um militar e a IPU pode depender diretamente de um militar ou civil. Quer numa modalidade, quer noutra, as Forças são de polícia e têm natureza militar.

Já quanto às NU a GNR pode desempenhar missões isoladamente ou através da EGF, com FPU<sup>35</sup> (Kroeker, 2006). Neste caso, as FPU podem ser constituídas por Forças de polícia de natureza militar ou civil e em regra respondem perante o *Police Commissioner* (Civil) (COSPU, 2005, p. 5).

A presença de Forças de polícia de natureza militar, nos TO, surgiu para satisfazer as necessidades operacionais dos modernos conflitos (NATO, 2010, pp. 3-9).

<sup>33</sup> Consultar (UE, 2005).

<sup>34</sup> Sobre a articulação da IPU (UE, 2006, p. 3).

<sup>35</sup> O termo FPU e conceito foram aplicados pela primeira vez na missão das NU na Libéria, em 2003. São Forças que preenchem o denominado “GAP” entre a componente militar ao serviço das NU e a PL (Hansford, 2006, p. 6). Sobre as ROE das FPU consultar (Nation, 2006). As missões de paz das NU são o melhor exemplo de LA (Leandro, 2001, p. 3).



Nas operações de gestão de crises apelou-se à participação de Forças capazes de desempenharem um papel efetivo em operações tipicamente militares, mas que cumprissem outro tipo de tarefas, como por exemplo, as de Polícia. As FFAA passaram a coexistir nos TO com as Forças de Polícia, que complementam aquelas, num espírito cooperativo e ânsia de proficiência da resposta para se obter um adequado nível de segurança (Keller, 2010, p. 23).



### 3. As Missões Internacionais da GNR

Neste ponto é nossa intenção descrever de forma abreviada, mas tão detalhada quanto possível, as missões que a GNR integrou com Forças constituídas no período de 2000 a 2011.

A investigação realizada e o conhecimento empírico permitem indicar que em todas as missões as tarefas de polícia são: Manutenção de Ordem Pública (MOP); Patrulhamento; Operações Especiais; IEEI; Apoio Sanitário; Busca e Salvamento; Investigação Criminal; Reforço ou substituição da PL; Segurança de pontos sensíveis; Escoltas; Recolha e tratamento de informação; Segurança pessoal a Altas Entidades (VIP<sup>36</sup>); Proteção e Socorro e Instrução (COSPU, 2005, p. 4). De forma geral foram as tarefas executadas nas missões, exceto na NATO *Training Mission in Afghanistan* (NTM-A), em que os militares da GNR apenas cumprem tarefas de instrução.

#### a. United Nations Transitional Administration in East Timor – UNTAET

##### (1) Enquadramento Geral



Figura 3 - Missão UNTAET

O agravamento das condições de segurança em Timor-Leste levou à intervenção militar da comunidade internacional (CI), através da *International Force in East Timor* (INTERFET<sup>37</sup>) liderada pela Austrália. O desenrolar dos acontecimentos proporcionou que a CI assegurasse a administração do território, adveniente da Resolução n.º 1272, de 25 de Outubro, do CSNU que criou a missão

<sup>36</sup> Na doutrina internacional denominadas por *Very Important People* (VIP).

<sup>37</sup> Sobre as causas ler (Mendes, 2008, p. 219).



UNTAET<sup>38</sup> (NU, 2001).

A UNTAET tinha por finalidade assegurar uma administração transitória efetiva com um governo autónomo, garantir a segurança, a lei e a ordem, suportar o desenvolvimento de serviços essenciais (assistência social, administração civil, humanitária) e criar as condições essenciais para o desenvolvimento sustentado no TO (Cruz, 2010, p. 340). O empenhamento do contingente internacional começou por ser uma missão de imposição de Paz<sup>39</sup> (Peace Enforcement<sup>40</sup> - PE), evoluindo para missão de manutenção da paz (Peacekeeping<sup>41</sup> - PK).

A integração da GNR na missão UNTAET, na estrutura da CIVPOL<sup>42</sup> verificou-se no ano de 2000, através de uma Companhia denominada, ao tempo, por *Rapid Response Unit*<sup>43</sup> (RRU), de acordo com a doutrina das NU.

A participação da GNR numa missão internacional nestes moldes consubstanciou-se num marco histórico, para Portugal e para a Instituição, em virtude de ser a primeira vez que uma Força de polícia, de natureza militar, participava com uma Unidade constituída, de escalão companhia numa missão das NU.

## (2) Localização do Quartel e Articulação da Força

O quartel foi implantado em Hudilaran, em Díli (Cruz, 2010, p. 342). A localização do quartel foi nas imediações, do que em tempos foi uma pista utilizada pela Força Aérea, no tempo em que o território era uma colónia portuguesa. O quartel resumia-se a um conjunto de tendas insufláveis e contentores inseridos num perímetro de segurança materializado por arame farpado, junto ao qual existiam algumas posições, ditas defensivas.

A estrutura da CIVPOL onde se integrava a RRU portuguesa era a seguinte:

---

<sup>38</sup> Consultar (Ferro, 2005, p. 174).

<sup>39</sup> Sobre a justificação política das operações de paz (Saraiva, 2001, p. 239).

<sup>40</sup> São operações que decorrem de acordo com o capítulo VII da Carta das NU (ameaça ou rutura da paz, ato de agressão). A finalidade é restabelecer a paz ou impor os termos do mandato, para persuadir, coagir ou compelir determinada parte. A *Peace Support Force* (PSF) tem capacidades de combate. Sobre a tipologia das missões, consultar (IESM, 2007, pp. 18-23).

<sup>41</sup> São operações que decorrem de acordo com o capítulo VI da Carta das NU (Resolução pacífica de conflitos). A finalidade é monitorizar e facilitar a implementação de um acordo de paz. A PSF limita o uso da força à legítima defesa (IESM, 2007, p. 23).

<sup>42</sup> Para perceber o desenvolvimento da CIVPOL é importante ler o Relatório *Brahimi* (NU, 2000). Sobre a CIVPOL nas *Peacekeeping* consultar (Broer & Emery, 1998, p. 365).

<sup>43</sup> Esta foi a designação da Força da GNR nos três primeiros contingentes. De seguida evoluiu para *Special Police Unit* (SPU) e atualmente é designada por FPU. São Unidades de Polícia constituídas, em regra com efetivos aproximados de 120 polícias, civis ou militares. No âmbito das NU a articulação não inclui a parte logística, porque é responsabilidade das NU (Guedes & Elias, 2010, p. 240).

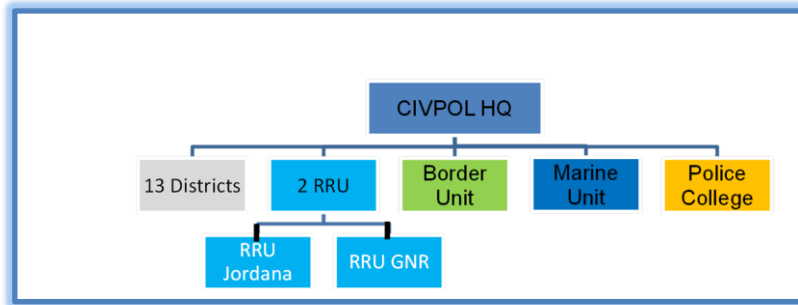


Figura 4 - Organograma da CIVPOL, em Timor-Leste (Rodrigues, 2005, 187).

A RRU foi constituída por 119, articulada em dois pelotões de ordem pública, uma Secção de Operações Especiais (SOE) e um pelotão de apoio<sup>44</sup>, conforme o seguinte organograma:

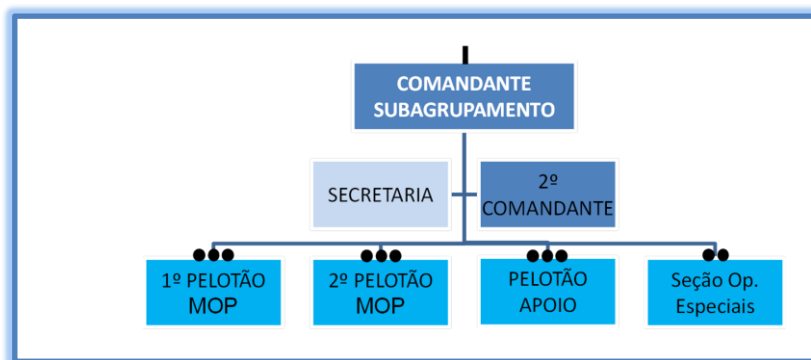


Figura 5 - Organograma da RRU/GNR, em Timor-Leste (Cruz, 2010, p. 341).

### (3) Canal de Comando e Empenhamento Operacional

O empenhamento operacional da Força realizou-se sob a égide e comando completo<sup>45</sup> das NU, na dependência do *Police Commissioner* (PC).

Toda a atividade operacional era balizada pelas *Rules of Engagement* (ROE), no que diz respeito ao uso da força. O grande esforço operacional foi realizado na cidade de Díli. Contudo a área de responsabilidade abrangia nove distritos (Aileu; Ainaro; Díli; Ermera; Liquiça; Maliana; Same; Suai e Oecussi) dos treze que estavam à responsabilidade da CIVPOL. Para além de Díli onde estava sediado o quartel da RRU/GNR o empenhamento poderia ser nos restantes oito distritos, constituindo-se como Reserva do PC.

Ao nível da MOP destacaram-se, no primeiro contingente, as intervenções operacionais junto ao mercado de Becora, junto ao estádio e ao nível de segurança

<sup>44</sup> As valências eram: apoio sanitário; IEEI e seções de alimentação, de manutenção auto e transmissões.

<sup>45</sup> Inclui aspetos operacionais, administrativos e logísticos. Vínculo hierárquico genérico e indefinido. Consultar (GNR, 1997, pp. VI-5).



estática os encontros de família, em Batugadé, junto à fronteira da Indonésia. Os elogios do mais alto representante das NU no TO, então Dr. Sérgio Vieira de Mello, projetaram internacionalmente o nome da GNR.

#### (4) Términus da Missão

A participação da GNR nesta missão terminou em Junho de 2002 e mereceu o reconhecimento internacional das NU e de várias entidades nacionais, das quais destacamos as palavras do Prof. Dr. Severiano Teixeira “A atuação do contingente da Guarda foi altamente reconhecido pelas organizações internacionais, pelas autoridades locais e, o mais importante do que tudo, pelo Povo de Timor” (Teixeira, 2002, p. 30).

Participaram na missão quatro contingentes (DPERI<sup>46</sup>/GNR, 2012).

### b. Operation Iraqi Freedom

#### (1) Enquadramento Geral



A intervenção militar no Iraque liderada pelos Estados Unidos da América (EUA) e pelo Reino Unido (RU) e a consequente situação de sobrevivência da população Iraquiana, pelas precárias condições de vida e grande insegurança no TO foram as razões invocadas para o CSNU adotar as Resoluções 1483<sup>47</sup> e 1541, com a finalidade de autorizar a realização de

operações de segurança e estabilidade no Iraque, para assegurar a necessária ajuda humanitária e contribuir para a reconstrução do país (Cruz, 2010, p. 345).

<sup>46</sup> Divisão de Planeamento Estratégico e Relações Internacionais.

<sup>47</sup> Adotada na 4761ª sessão do CSNU, a 22 de Maio de 2003.



Na Conferência<sup>48</sup> de doadores de Madrid a favor do Iraque, realizada em 23 e 24 de Outubro de 2003, foi lançada a ação internacional de assistência ao Iraque com a finalidade de apoiar o processo de transformação política, social e económica, e ainda, a reabilitação e a reconstrução do país. No evento foram anunciadas contribuições que ascenderam a mais de 32 mil milhões de dólares americanos, para serem aplicados em 2007. Portugal participou e anunciou nesta conferência a sua contribuição (Comissão, 2004).

O Governo português, ao tempo, tendo por referência os compromissos internacionais assumidos pelo Estado, decidiu prestar apoio às Forças da coligação em manutenção da paz e ordem no Iraque, no sentido de colaborar nas medidas de restabelecimento e manutenção da ordem pública, de desenvolvimento da administração civil e de promoção da estabilidade naquela região. Foi considerado que a participação nas operações constituía um dever de Portugal, no âmbito dos compromissos internacionais assumidos e da solidariedade com o povo Iraquiano, visando a estabilidade internacional.

Foi no contexto político descrito que o Governo decidiu empenhar a GNR<sup>49</sup>, consolidando a intenção com a publicação Portaria n.º 1164/2003 (2ª Série), de 15 de Julho de 2003 (MAI, 2003). Através deste diploma o Governo autorizou e estabeleceu premissas, de acordo com o seguinte:

- Autorizou o Comandante-Geral da GNR a aprontar, sustentar e empregar o efetivo necessário para participar nas operações de manutenção da paz e segurança no território do Iraque;
- Estabeleceu que a Força, denominada Subagrupamento ALFA, fosse constituída por um efetivo máximo de 140 militares;
- Autorizou que o Comando do Subagrupamento ALFA fosse transferido do Comandante-Geral da GNR para o Comandante da *Multinational Division on Sudest* (MND-SE);
- Fixou que a participação tivesse, a duração de seis meses, podendo ser prorrogada por iguais períodos;
- Qualificou o Iraque como um país do tipo “C”, nos termos da classificação efetuada pela Portaria 87/99 (2ª Série) (MNE, 1998).

<sup>48</sup> Na Conferência os doadores saudaram a criação do Fundo Internacional para a Reconstrução do Iraque, gerido pelo Grupo “Desenvolvimento” das NU e pelo Banco Mundial (Comissão, 2004).

<sup>49</sup> O Subagrupamento ALFA foi empenhado operacionalmente, na fase IV - Estabilização, Reconstrução e Transição (Silvério, 2004).



No âmbito do regime jurídico surgem ainda como relevantes, os seguintes diplomas:

Tabela 1 - Regime Jurídico

Diploma	Conteúdo
-Lei 46/2003, de 22 de Agosto. (AR, 2003)	Regula o acompanhamento pela Assembleia da República do envolvimento de contingentes militares portugueses no estrangeiro.
-DL 233/96, de 7 de Dezembro. (MDN, 1996)	Aprova o Estatuto dos Militares em missões Humanitárias e de Paz no Estrangeiro.
-DL 348/99, de 27 de Agosto. (Governo, 1999)	Aditamento ao DL 233/96, de 27 de Agosto, que estabelece o seguro de vida.
DL 17/2000, de 29 de Fevereiro. (MAI, 2000)	Aplica às Forças e Serviços de Segurança o mesmo estatuto previsto no DL 233/96, de 7 de Dezembro.
-Portaria 792/2000, de 20 de Setembro. (Finanças, 2000)	Estabelece o Suplemento de Missão.
-Portaria 91/2001, de 9 de Fevereiro. (PCM, MAI e MF, 2001)	Regulamentação do Seguro de Vida.
-Portaria 1575/2003 (2ª série), de 31 de Outubro. (MAI, 2003)	Fixação de um montante excecional do valor do suplemento de missão, devido à especificidade da missão, e face ao contexto e forças presentes no TO.
-Resolução do Conselho de Ministros (RCM) 91/2003, de 18JUL (PCM, 2003)	Define o Regime Excecional para aquisição de bens e serviços.
-RESOLUÇÕES do Conselho de Segurança das Nações Unidas: • <u>1411 e 1483 de 2003</u> (sobre a situação do Iraque e do Kuwait) (NU, 2003) • <u>1546 de 2004</u> (Solicita a participação das Organizações Internacionais e regionais para intervir no Iraque) (NU, 2004)	Tendo por base a Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas n.º 1483 (2003), as convenções de Genebra de 1949 e os Regulamentos de Haia de 1907, foi elaborado um <i>Memorandum of Understanding</i> (MoU), tendo como signatários, para além do Reino Unido, os seguintes países: Dinamarca, Itália, Holanda, Lituânia, Noruega, Portugal, República Checa e Roménia. Neste documento existe o Anexo H com as declarações de cada país, onde se fixam as missões de cada contingente. Portugal fez também o <i>Technical Arrangement</i> (TA) com Itália onde se previu o apoio logístico e a cooperação que os Carabinieri italianos iam prestar ao contingente da GNR. Portugal concretizou ainda o <i>Status of Forces Agreement</i> (SOFA) - celebração de acordos entre Portugal e países vizinhos do Iraque, para que estes países sirvissem de plataformas de apoio, em termos administrativo-logísticos, para todas as operações de sustentação da Força. O SOFA foi realizado entre Portugal e o Kuwait e com os Emirados Árabes Unidos.

## (2) Localização do Quartel e Articulação da Força

O Subagrupamento ALFA ficou aquartelado, inicialmente, na cidade de An Nasyriah, Base *Libecchio* e posteriormente, ainda durante o período de missão do primeiro contingente foi deslocado para o quartel de *Camp Mittica*, em Tallil. Este quartel distava da cidade de *An Nasyriah*, cerca de cinco quilómetros e garantia



melhores condições de segurança física. Neste último local<sup>50</sup> foram atribuídas ao contingente português cinco habitações de alvenaria (Cruz, 2010, p. 346).

O Subagrupamento ALFA era de comando de capitão (exceto o primeiro contingente que foi de Major) e articulava-se de acordo com o seguinte organograma:

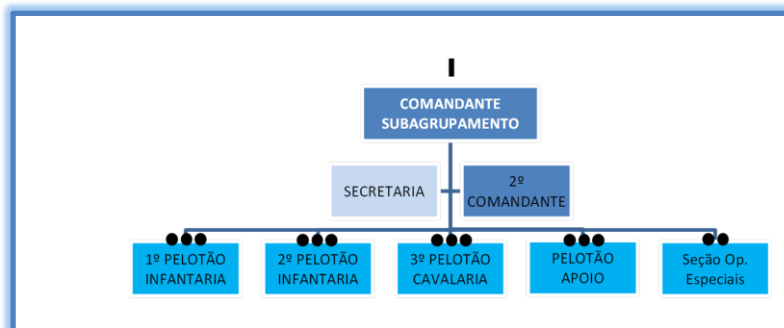


Figura 7 - Organograma do Subagrupamento ALFA, no Iraque (Silvério, 2004).

Para além dos 123 militares, que integravam o Subagrupamento Alfa<sup>51</sup>, incluindo um médico civil, a GNR tinha ainda no TO, outros Oficiais em funções de Estado-Maior (EM). Em Tallil desempenhavam funções na MSU um Oficial na célula G2 (informações) e outro na célula G5 (Assuntos civis). Estes Oficiais integravam a *Italian Joint Task Force* (IT JTF), mas não integravam o Subagrupamento ALFA. Não existia qualquer vínculo hierárquico entre estes Oficiais e a cadeia de comando do Subagrupamento.

Na Divisão Inglesa<sup>52</sup>, em Bassorá, a GNR tinha Oficiais a desempenharem funções na vertente de segurança e contra-inteligência (SO3 J2 SY/CI) e no planeamento (J5).

Durante todo o período da missão a Guarda manteve um Oficial de ligação, no Estado-Maior dos *Carabinieri*, em Roma.

### (3) Canal de Comando e Empenhamento Operacional

De acordo com a Portaria n.º 1164/2003, de 15 de Julho, o comando do Subagrupamento ALFA foi transferido do Comandante-Geral da GNR para o

<sup>50</sup> O local onde estava sediado o Subagrupamento, era uma antiga base da Força Aérea Iraquiana.

<sup>51</sup> O Pelotão de Apoio articulava-se em seções: sanitária; transmissões; alimentação; comando (quarteleiros, mecânicos, Serviços financeiros e amanuenses). Para além destas integrava três equipas: IEEI; Instrução; e Equipa feminina de revista e busca.

<sup>52</sup> A Divisão inglesa tinha a responsabilidade por quatro províncias iraquianas. Todas a sul de Bagdad (GNR, 2010, p. 11).



comandante da *Multinational Division Southeast* (MND-SE) em controlo operacional<sup>53</sup>, para ser empenhado, apenas, sob o Comando da Brigada Italiana (Garibaldi) (primeiro contingente<sup>54</sup>), integrando a MSU, sob comando da arma dos *Carabinieri* Italianos;

Na MSU de escalão Regimento, integrava o Subagrupamento ALFA que era empenhado sob controlo tático<sup>55</sup>. Por sua vez, a MSU estava integrada na Brigada do Exército italiano.

A articulação da MSU era a seguinte:

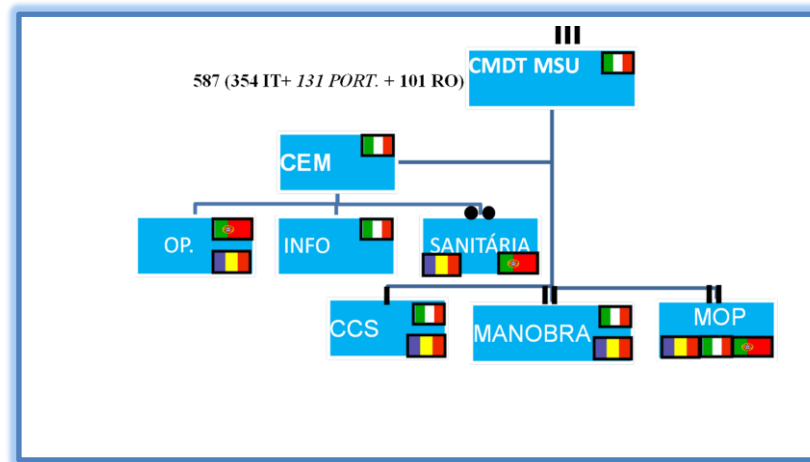


Figura 8 - Organograma da MSU, no Iraque (Silvério, 2004).

O empenhamento operacional foi realizado na província de *Dhi Qar*, com grande esforço na cidade de *An Nasryiah*<sup>56</sup>.

A Subunidade apresentou-se na MSU como uma Força que dispunha do mais moderno equipamento e do mais sofisticado armamento<sup>57</sup>.

Ao nível do desempenho operacional a proficiência na execução das mais variadas tarefas foi motivo de elogio público de várias instâncias internacionais e nacionais<sup>58</sup>, que muito dignificaram o país e mote de regozijo institucional.

<sup>53</sup> Pode pormenorizar a execução, mas não tem competência disciplinar, nem determinar missões (GNR, 1997, pp. VI-6).

<sup>54</sup> A Brigada Italiana foi substituída, por outra.

<sup>55</sup> Em termos de cadeia de Comando podemos indicar: Secretário de Defesa dos EUA; Comandante do Central Command (CENTCOM); Comandante do *Combined Joint Task Force*; Forças (Comandante de Divisão, Comandante de Brigada, Comandante MSU e Comandante do Subagrupamento ALFA). O controlo tático é limitado ao plano local, nos movimentos ou manobras necessários para executar as missões (NATO, 2006, pp. 2-T-1).

<sup>56</sup> Capital da província. A cidade localiza-se a Norte do rio Eufrates, a 375 km a Sudeste de *Bagdad* e fica junto a uma via rápida entre *Bassorá (Al-Basrah)* e *Al Kute*.

<sup>57</sup> Sobre o armamento e equipamento consultar (GNR, 2010, p. 17).

<sup>58</sup> Primeira unidade portuguesa condecorada com Medalha de Ouro de Serviços Distintos com Palma, por ação em Missões de Apoio à Paz. Foi publicado no Diário da República de 16 de Dezembro de 2005, o Aviso n.º 11 435 (2ª série). O Subagrupamento ALFA da GNR, foi agraciado pelo Presidente da República (PR) com a Medalha de Ouro de Serviços Distintos, com Palma. Desde o início do



#### (4) Términus da Missão

A missão iniciou-se em 2003 e integrou quatro contingentes, com rotação de quatro em quatro meses. O último contingente terminou a missão em Fevereiro de 2005 (Rodrigues, 2007, p. 181).

#### c. Da missão LAFAEK à *United Nations Integrated Mission in Timor-Leste* – UNMIT

##### (1) Enquadramento Geral



Figura 9 - Missão LAFAEK e UNMIT, em Timor-Leste.

Com a independência de Timor-Leste, em 20 de Maio de 2002, as NU permaneceram no país, através da *United Nations Mission of Support in East Timor* (UNMISSET<sup>59</sup>). A finalidade da missão era providenciar assistência às principais estruturas administrativas, com a finalidade de assegurar a estabilidade política, bem como garantir o cumprimento da lei e fomentar a consolidação das

polícias locais, salvaguardando a segurança interna e externa de Timor-Leste (NU, 2001).

---

empenhamento nacional nas missões de paz, pela primeira vez, foi uma Unidade condecorada e atribuída a “palma” (Machado, 2006).

<sup>59</sup> Foi estabelecida pela Resolução do CSNU 1410 (2002), de 17 de Maio. A independência de Timor-Leste marcou o fim de um processo sobre orientação das NU que durou três anos. Na data da independência o CSNU criou a UNMISSET, com a finalidade de fornecer o auxílio a Timor-Leste por um período de dois anos, até que todas as responsabilidades fossem asseguradas pelas autoridades de Timor. Posteriormente, o CSNU prolongou a missão por mais um ano, para o país se tornar autossuficiente (NU, 2001).

Nesta missão, também, desempenharam funções Oficiais da GNR. A UNMISSET terminou com sucesso o seu mandato, em 20 Maio 2005. No entanto, a Resolução n.º 1480, do CSNU, de 19 de Março de 2003, prolongou por um ano, a iniciada em 2002 e a Resolução n.º 1543, de 14 de Maio de 2004, mais seis meses, prorrogáveis por mais seis - Resolução n.º 1573, de 16 de Novembro de 2004.



Posteriormente, em 20 de Maio de 2005, sucedendo à UNMISSET, foi criada a *United Nations Office in East Timor* (UNOTIL)<sup>60</sup>, através da Resolução n.º1599, do CSNU com a finalidade de garantir que os padrões de desenvolvimento estabilizassem.

A instabilidade política e social<sup>61</sup> vivida na República de Timor-Leste, em Abril-Maio de 2006, levou que as mais altas individualidades timorenses solicitassem a intervenção da CI, atendendo à destruição das instâncias de controlo formal e pelo número elevado de refugiados. A este pedido anuíram a Austrália, a Nova Zelândia, a Malásia e Portugal (NU, 2011).

No caso português o pedido para o empenhamento operacional da GNR, foi realizado pelo PR, pelo Primeiro-Ministro (PM) e, também, pelo Presidente do Parlamento Nacional de Timor-Leste, em 24 de Maio de 2006. A proficiência operacional demonstrada pela RRU da GNR, aquando da missão da UNTAET e aceitação da Força pela população timorense foram as razões invocadas (Cruz, 2010, p. 351).

A nível nacional e através da RCM n.º 68 – A/2006, de 25 de Maio de 2006, foi decidido enviar um contingente de 127 militares da GNR para Timor (PCM, 2006).

O Governo português tendo em consideração a expressão de solidariedade devida ao povo de Timor-Leste e aos seus legítimos representantes, respeitando o Direito Internacional e em coerência com valores e princípios fundamentais da política externa da República Portuguesa, correspondeu à solicitação de cooperação (urgente apresentada pelas autoridades timorenses). Neste sentido, e em cumprimento do deliberado no Conselho de Ministros, em 25 de Maio de 2006, emitiu através do Ministério da Administração Interna (MAI), a Portaria n.º 981/2006, de 16 de Junho (2ª série) (MAI, 2006), que autorizou o GenCmdtGeral da GNR a aprontar sustentar e empregar um efetivo até 140 militares para constituir uma Força, denominada de Subagrupamento BRAVO, para ser empenhada na República de Timor-Leste.

Em termos jurídicos importa realçar que o Governo adotou a decisão tendo em consideração o n.º 1 do Artigo 2.º do DL n.º 233/96, de 7 de Dezembro, ex vi dos n.ºs 1 e 2 do Artigo 1.º, do DL n.º 17/2000, de 29 de Fevereiro, e ao abrigo dos n.ºs 1 e 2 da

---

60 Foi uma missão política de “*Follow on*”, constituída por observadores (alguns da GNR). A finalidade era acompanhar o desenvolvimento das estruturas críticas e da polícia, providenciando treino e garantindo a observância de uma governação democrática e do cumprimento dos direitos humanos. O término da missão surgiu em Maio de 2006. Neste mês os confrontos entre polícias (após uma marcha pacífica de polícias timorenses, encabeçada por observadores das NU) e militares das FFAA de Timor, contribuíram para que as autoridades timorenses pedissem auxílio internacional (NU, 2011).

61 Confrontar com o relatório de CSNU em 2007 (NU, 2007).



RCM n.º 68-A/2006, de 30 de Maio (PCM, 2006) e que o território foi classificado como da classe “C”.

No dia 26 de Maio de 2006 foi projetada uma equipa de avaliação da GNR, para Timor-Leste. No dia 4 de Junho de 2006 o Subagrupamento BRAVO desembarcou em Timor-Leste, com 127 militares e uma equipa de 3 elementos do Instituto Nacional de Emergência médica (INEM). No dia 10 daquele mês chegaram as viaturas operacionais e restante equipamento ao TO e passados dois dias, iniciou-se o serviço operacional.

Podemos afirmar que a operação decorreu em duas fases. Numa primeira fase o contingente foi empenhado operacionalmente de 12 de Junho de 2006 até 25 de Agosto de 2006, tendo por base um acordo bilateral entre o Estado português e Timor-Leste, para cumprir a missão denominada por LAFAEK<sup>62</sup>.

A partir de 26 de Agosto de 2006, a Subunidade integrou a *United Nations Integrated Mission in Timor-Leste* (UNMIT), até à atualidade (Hermenegildo, 2008, p. 783).

A incipiência da Polícia Nacional de Timor-Leste (PNTL) levou a que a Força da GNR desempenhasse funções de polícia executiva, em substituição das autoridades locais.

A atividade operacional foi balizada pelo princípio da legalidade, em respeito das ROE fixadas para a missão, em consideração às *Guidelines for Development of ROE in United Nations Peacekeeping Operations* e demais regime jurídico do Estado hospedeiro (Cruz, 2010, p. 355).

## **(2) Localização do Quartel e Articulação da Força**

Inicialmente o quartel foi implantado no “Hotel 2001”, em Díli, que se encontrava desativado e a partir de 2 de Setembro de 2006, passou para o Antigo Centro de Estudos Aduaneiros da Alfândega timorense, em Caicoli-Díli (Cruz, 2010, p. 355).

O Subagrupamento BRAVO, de escalão companhia articula-se no comando, três pelotões de MOP, uma *Quick Reaction Force* (QRF) constituída por militares de operações especiais e um pelotão de apoio<sup>63</sup>, conforme organigrama seguinte:

<sup>62</sup> Em Tétum significa Jacaré (Cruz, 2010, p. 351).

<sup>63</sup> Articulava-se em seções: Comando; Operações e Informações; Logística e Financeira; Seção Sanitária; Seção de Apoio e Serviços; Seção de Transmissões e Equipa de Investigação Criminal (Carvalho, 2006).

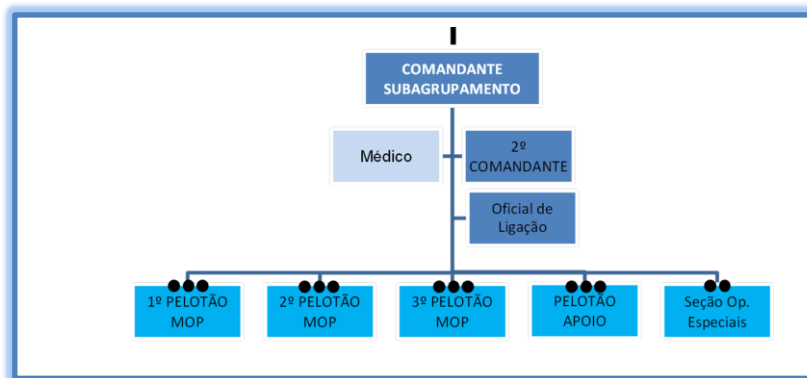


Figura 10 - Organograma do Subagrupamento BRAVO, em Timor-Leste (Carvalho, 2006).

O contingente foi apoiado por equipas do INEM, sendo definidas as regras de intervenção conjunta na Portaria n.º 1041/2006 (2ª Série) (Saúde, 2006).

Na segunda fase da operação a articulação do Subagrupamento BRAVO alterou-se, no seguinte: o pelotão de apoio deixou de integrar uma equipa de investigação criminal e passou a ter uma Equipa de IEEI e a SOE foi reforçada com mais uma equipa. A alteração orgânica indicada aumentou o efetivo do contingente que passou a integrar 140 militares, mais a equipa do INEM (3 elementos).

### (3) Canal de Comando e Empenhamento Operacional

Na primeira fase da missão, o contingente foi cedido em controlo operacional, na dependência hierárquica do Comandante-Geral da GNR, e segundo as regras de empenhamento por este definidas nos termos acordados entre os dois Estados. Nesta fase a Força foi empenhada na direta dependência do PR e do PM da República Democrática de Timor-Leste (Cruz, 2010, p. 351).

No período anterior à chegada ao TO do Subagrupamento BRAVO, as Forças militares dos contingentes australianos, da Nova-Zelândia e da Malásia controlavam a cidade de Díli, que se encontrava dividida em três setores: Subdistrito de Comoro, Subdistrito de Díli-Central e Subdistrito de Becora.

Logo que o Subagrupamento BRAVO assumiu funções operacionais no TO foi-lhe atribuído como área de responsabilidade o Subdistrito de Comoro.

Em 16 de Julho de 2006, com a finalidade de reduzir a presença militar no TO, foi criada a Polícia Internacional (PI). Integraram esta Polícia, todo o contingente português, 200 polícias da Austrália, 250 da Malásia e 30 da Nova Zelândia. No período



das 07H00 às 23H00 todo o serviço policial era assegurado pela PI e as restantes ocorrências, no restante período do dia, eram da responsabilidade dos militares.

A partir de 31 de Julho de 2006, a área de responsabilidade da GNR foi alargada a toda a cidade de Díli e a PI passou a garantir todo o serviço. O Subagrupamento BRAVO assegurava o patrulhamento (11 militares/patrolha) a toda a cidade.

Como principais ocorrências policiais assumiram especial destaque os furtos e roubos a residências, a posse de arma proibida, o fogo posto a habitações, ofensas à integridade física, participação em motim, vandalismo, pilhagens e tentativas de homicídio (Cruz, 2010, p. 355).

Em 26 de Agosto de 2006 com a criação da UNMIT quase todo o efetivo da PI, exceto os elementos da polícia da Austrália e da Nova Zelândia, integraram a missão. Nesta altura, o Subagrupamento BRAVO assumiu-se como *Formed Police Units* (FPU) e ficou sob comando completo<sup>64</sup> das NU. Nesta qualidade o contingente português passou a ter a possibilidade de ser empenhado em qualquer ponto do País. Como aliás tem vindo a acontecer com a Equipa de IEEI e com a SOE e com os pelotões menos frequentemente.

No dia-a-dia, considerando a existência de duas FPU em Díli, a Portuguesa e a da Malásia, o patrulhamento da cidade é assegurado de forma combinada.

Nesta fase da operação, a Subunidade está na dependência do PC. Na relação diária, existe um FPU Coordenador, que depende diretamente do PC, e que transmite as ordens às FPU (Martinho, 2012).

#### **(4) Términus da Missão**

A UNMIT foi criada em 26 de Agosto de 2006 e ainda está a decorrer em Timor-Leste (NU, 2011). Participaram na missão doze contingentes, até então (DPERI/GNR, 2012).

---

<sup>64</sup> Consultar regras de empenhamento da UNMIT (NU, 2009, p. 3) e (NU, 2010, p. 11).



#### d. Operação ALTHEA<sup>65</sup>

##### (1) Enquadramento Geral



Figura 11 - Operação ALTHEA, na Bósnia-Herzegovina.

A diminuição da presença militar na Bósnia-Herzegovina levou a que a EGF fosse consultada pela UE para integrar a missão militar, denominada por “Operação ALTHEA”.

O Comité Interministerial de Alto Nível (CIMIN) na qualidade de órgão responsável pela tomada de decisão, no âmbito da EGF, anuiu em 19 de Julho de 2007, na cidade de Noordwijk (Holanda), pela participação na Operação

ALTHEA, com uma IPU<sup>66</sup>.

No seguimento do processo de concretização desta participação foram acordadas as contribuições para a componente policial, entre os EMs da EGF e o Quartel-General (QG)<sup>67</sup> da Operação ALTHEA. Neste sentido, no âmbito da capacidade de resposta rápida que caracteriza a EGF, os EMs, providenciaram pela realização das diligências necessárias à preparação da instalação da Força no local.

A nível nacional o Comandante-Geral da GNR recebeu a indicação política para aprontar, sustentar e articular um contingente de militares, para integrar o EUFOR IPU HQ, a guarnecer pela EGF, através da RCM n.º 47/2008, de 31 de Janeiro. As contribuições da GNR foram ao nível de Forças de MOP e de investigação criminal.

A Presidência do Conselho de Ministros (PCM) considerou a participação de Portugal nesta missão, designadamente através da GNR que integra a EGF, perfeitamente consentânea com os valores e princípios fundamentais da política externa da República Portuguesa (PCM, 2008).

<sup>65</sup> Missão da União Europeia.

<sup>66</sup> Sobre a *International Police Task Force* ler (J.Dziedzic & Bair, 1998, p. 253).

<sup>67</sup> O Quartel-General da Operação ALTHEA estava localizado na cidade de *Mons* - Bélgica.



Ficou acordado no seio da EGF que Portugal iria contribuir na geração de Forças com um pelotão de MOP e uma equipa de investigação criminal e ocuparia cinco, das trinta e três posições da EUFOR IPU HQ. O comando da companhia de MOP e a chefia da unidade de investigação criminal (*Specialized Element*) foi assegurado em regime de rotação. No decorrer da missão, Portugal empenhou cinco contingentes da GNR e assumiu várias funções (Barradas, 2012).

A missão da UE na Bósnia–Herzegovina (Operação ALTHEA), integrou-se na missão global PESD, com início em 2 de Dezembro de 2004 ( de acordo com a *Council Joint Action 2004/570*<sup>68</sup>, de 12 de Julho de 2004, na sequência da decisão da NATO de dar por terminada a Operação *Stabilisation Force in Bósnia and Herzgovina* (SFOR) e da adoção da Resolução 1575 do CSNU, autorizando a projeção de Forças da UE para a Bósnia-Herzegovina). Os objetivos principais da missão eram garantir a aplicação dos Acordos de Paz para contribuir para a manutenção de um ambiente seguro no território (PCM, 2008).

O empenhamento operacional da EGF na operação ALTHEA iniciou-se em 05 de Novembro de 2007, com um empenhamento de um número reduzido de polícias para funções no EUFOR IPU HQ (Cruz, 2010, p. 356).

## (2) Localização do Quartel e Articulação da Força

O quartel ficou sediado em Sarajevo e a IPU integrava 219 Polícias, de natureza militar. A articulação da IPU era a seguinte:

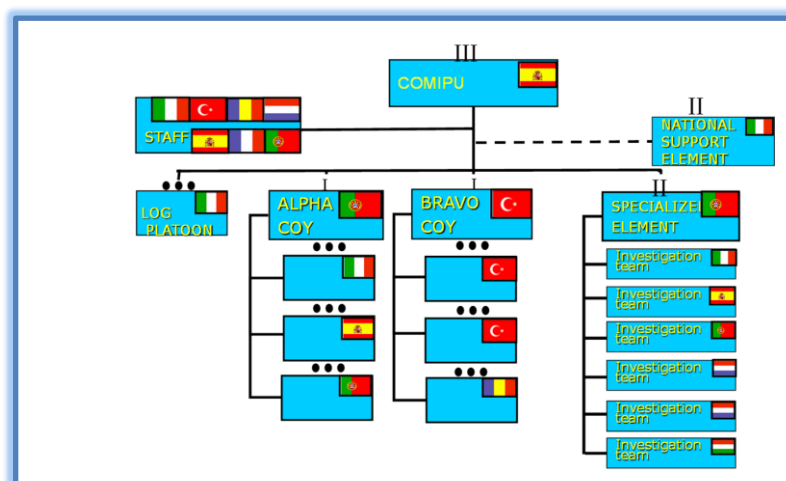


Figura 12 - Organograma da IPU, na Bósnia-Herzegovina (Cruz, 2010, p. 356).

<sup>68</sup> Consultar (UE, 2004).



Pela articulação verificamos que o Comando da IPU, neste contingente, era exercido por um Oficial espanhol e que a GNR assumiu o comando da companhia ALFA (ordem pública), de um pelotão de MOP, de um cargo no Estado-Maior da IPU, o Comando da Unidade Especial e dentro desta, o comando da equipa de investigação criminal.

### **(3) Canal de Comando e Empenhamento Operacional**

O empenhamento operacional foi realizado sobre controlo operacional do Comandante da EUFOR. Toda a atividade operacional foi cumprida tendo em consideração o apoio à PL, em virtude do mandato não autorizar tarefas de polícia executiva.

Para além das tarefas de investigação criminal o efetivo da GNR realizou patrulhamentos, destacando-se o executado no período eleitoral (5 de Outubro de 2008) e formou a PL, quanto a Ordem Pública.

A instabilidade vivida, ao tempo, no Kosovo levou a EGF a prever um possível empenhamento naquele TO, com a Força que se encontrava na Bósnia, por questões de proximidade. Neste sentido, e como a Companhia de MOP era constituída, para além do pelotão da GNR, por um pelotão da *Guardia Civil* e um pelotão dos *Carabinieri* houve a necessidade de intensificar o treino operacional, para se aperfeiçoarem táticas de intervenção, prevendo-se um empenhamento operacional combinado (Cruz, 2010, p. 358).

### **(4) Términus da Missão**

A missão terminou em Outubro de 2010. Participaram na missão cinco contingentes (DPERI/GNR, 2012).



## e. NATO Training Mission in Afghanistan (NTM-A) - 2011

### (1) Enquadramento Geral



Figura 13 - Missão NTM-A, no Afeganistão.

As NU em Dezembro de 2001, na conferência de Bona - Alemanha criaram a *International Security Assistance Force* (ISAF), com a finalidade de combater o terrorismo no Afeganistão (AFG). Pela Resolução n.º 1386, do CSNU, de 20 de Dezembro de 2001 verificamos que compete a esta Força apoiar a manutenção da segurança em Cabul e áreas circundantes, com a

finalidade de permitir a atuação quer das organizações governamentais, quer das não-governamentais que têm o desígnio de executarem tarefas de reconstrução e de apoio humanitário no AFG.

A pedido das NU e do Governo da República Islâmica do AFG, em Agosto de 2003, a NATO assumiu o Comando da ISAF, com mandato para todo o território Afegão.

Pela Resolução n.º 2011, do CSNU, de 12 de Outubro de 2011 verificamos que o mandato da ISAF foi prorrogado até 13 de Outubro de 2012. Esta possibilidade estava consignada nas Resoluções n.º 1386 (2001) e n.º 1510 (2003). A finalidade das Forças da ISAF, nesta fase de reconstrução, era desenvolverem esforços para treinarem, orientarem e habilitarem tão profundamente, quanto possível, as Forças Afegãs, com o desígnio de aumentar a funcionalidade das instâncias de controlo formal, o profissionalismo e respetiva responsabilidade, de modo que conseguissem assegurar a segurança e o Estado de Direito.



A NATO com o objetivo de preparar o fim da missão no AFG criou Centros de Formação destinados à preparação/formação das Forças Afegãs (ANSF). O intento era o de dotar as ANSF com capacidades operacionais para cumprirem a missão de segurança interna, na íntegra. Tudo tem sido planeado para que a transferência de responsabilidade seja realizada com normalidade e aptidão, libertando o empenhamento das Forças Aliadas<sup>69</sup>.

A nível nacional, aquando da realização da Cimeira da NATO, em Lisboa (19NOV10), o Secretário-Geral da NATO solicitou a contribuição portuguesa, através da GNR para reforçar as equipas de formadores de Polícia.

No desenvolvimento, o MAI, na pessoa do Dr. Rui Pereira, através de Despacho de 25 de Novembro de 2010, aprovou a modalidade de empenhamento da GNR na missão da NATO, no AFG (NTM-A), nos seguintes termos:

- Projeção de 15 formadores da GNR para o *Wardak National Police Training Centre (NPTC Wardak)*;
- Colocação do contingente da GNR na cadeia de Comando militar nacional e sob coordenação funcional da EGF (com uso da boina e simbologia desta Força);
- Efetuar as rotações, de seis em seis meses, em simultâneo com o contingente das FFAA, beneficiando do transporte estratégico e do apoio nos deslocamentos e em matéria de comunicações no TO;
- Realização de uma parte do aprontamento em comum com o contingente militar nacional, beneficiando-se da experiência acumulada pelos militares Portugueses no AFG e criando-se laços de camaradagem e de união, fundamentais para a articulação no TO;

A modalidade de empenhamento da GNR na NTM-A foi comunicada pelo Governo, no próprio dia do Despacho, ao Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas (CEMGFA).

Na reunião, em Roma (Itália), do CIMIN da EGF, em 02 de Dezembro de 2010<sup>70</sup>, Portugal anunciou formalmente a intenção de participar na NTM-A, com um contingente da GNR.

O Conselho Superior de Defesa Nacional (CSDN), por Deliberação de 15 de Dezembro de 2010, quanto ao reforço das equipas de formadores das FFAA e da GNR

<sup>69</sup> Consultar a estratégia da CI para o Afeganistão – Reunião em Bona (2011) (Government, 2011).

<sup>70</sup> Sobre o assunto e na EGF há que ter em consideração a ata desta reunião e a ata da reunião de coordenação, realizada em Vicenza – Itália, no QG da EGF, em 16 de Dezembro de 2010.



para a ISAF, deu parecer favorável à proposta apresentada pelo Governo. Nas contribuições para 2011 constavam Equipas de Formação e Treino das FFAA (26 militares) e da GNR (15 militares), para serem empenhadas nas áreas respetivas, em prol da ANSF.

Existindo a intenção política e aprovada a modalidade de empenhamento por parte do CSDN foram aprovadas várias Diretivas<sup>71</sup> para materializar o planeamento e fixar indicações para o aprontamento, a organização, a projeção, o empenhamento operacional, os canais de comando e controlo e a retração dos contingentes. O Contingente Nacional (CN) na ISAF constitui-se como uma única Força Nacional Destacada (FND), com um efetivo de 213 militares, com um Comando próprio (CN/FND ISAF).

Pelas referidas Diretivas para a ISAF verificamos que a responsabilidade do apoio logístico para a projeção e retração do Contingente da Guarda (CG) para o TO e deste para Portugal é do Comando das Forças Terrestres (CFT), sendo os encargos suportados por verbas orçamentadas para as FND. Pelos documentos referidos constatamos que compete à Unidade de Apoio do CN/FND ISAF, quanto ao CG, o seguinte:

- Apoio administrativo-logístico e de segurança necessário;
- Assegurar os transportes no TO;
- Garantir a alimentação e o alojamento durante as permanências em Cabul;
- Apoiar as missões de reconhecimento e realização de visitas institucionais ao AFG, sendo os respetivos encargos suportados por verbas orçamentadas para as FND;
- Garantir os meios, o estabelecimento e a operacionalidade de um canal de comunicação direto entre o Comandante do CG e o Comandante do CN.

A responsabilidade do aprontamento do CG foi e é do Centro de Treino e Aprontamento de Forças para Missões Internacionais (CTAFMI), da Unidade de Intervenção (UI), de acordo com o programa de formação elaborado em coordenação com o Comando da Doutrina e Formação (CDF) da GNR. No final do aprontamento realiza-se um Exercício Final com todo o efetivo da FND, no Campo Militar de Santa Margarida.

---

<sup>71</sup> Diretiva Operacional n.º 001/CEMGFA/11 (CN para a ISAF), Alteração 3, de 3 de Agosto de 2011; Diretiva n.º 174/CEME/11, de 15 de Setembro de 2011; Diretiva n.º 20/CFT/11 – Aprontamento do CN para a ISAF – 1º semestre de 2012, de 26 de Outubro de 2011.



Ao nível de enquadramento, salientamos ainda, que todo o empenhamento operacional do CG é realizado sobre a coordenação funcional da EGF, conforme Despacho do MAI, de 25 de Novembro de 2010.

A nível jurídico para além dos diplomas legais aplicáveis às missões internacionais, de uma forma geral, como verificado nas missões já descritas, aplicam-se neste caso o DL n.º 299/2003, de 4 de Dezembro, que alterou o DL n.º 233/96, de 7 de Dezembro<sup>72</sup> (Nacional, 2003), o DL n.º 113/2005, de 13 de Julho<sup>73</sup> (MAI, 2005) e o DL n.º 298/2009, de 14 de Outubro<sup>74</sup> (Artigo 21.º, n.º 3, al. b)) (MAI, 2009).

A GNR planeia, apronta, projeta e sustenta um contingente constituído por uma equipa de 15 militares, para integrar a estrutura internacional do *National Police Training Centre – NPTC Wardak*, no AFG, pelo período de referência de seis meses, a fim de, no âmbito da NTM-A, fazendo parte do CN na ISAF e sob coordenação funcional da EGF, monitorizar e assessorar o funcionamento do Centro de Treino e as ações de formação destinadas à *Afghan National Civil Order Police (ANCOP)*, ministrando a instrução que se revelar necessária.

Os militares do CG não têm tido direito ao gozo de uma licença à semelhança do que acontece com o restante CN.

## (2) Localização do Quartel e Articulação da Força

O quartel fica localizado em Wardak e a articulação do CN/FND/ISAF é a seguinte:

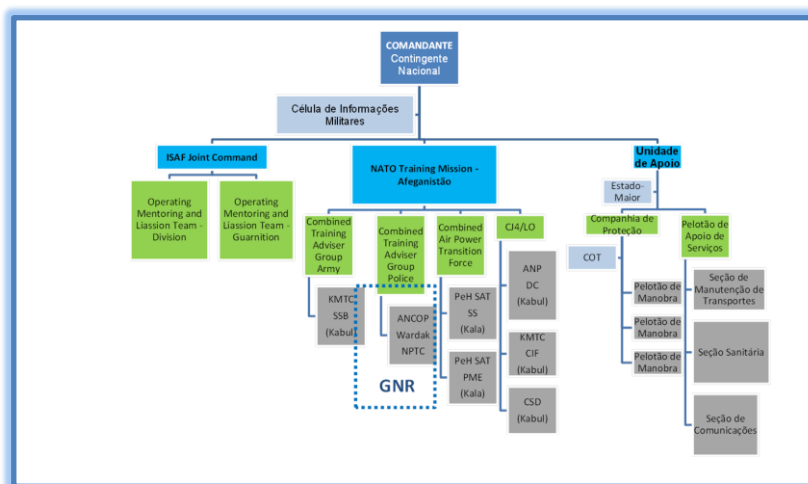


Figura 14 - Organograma da FND, no Afeganistão (GNR, 2011a).

<sup>72</sup> Aprova o estatuto dos militares em missões humanitárias e de paz no estrangeiro.

<sup>73</sup> Cria um regime de compensação por invalidez permanente ou morte.

<sup>74</sup> Aprova o sistema remuneratório dos militares da GNR.



O Contingente da GNR articula-se num *Deputy-Commander of International Training Compound* (ITC) (Tenente-Coronel), num *Management Controller* do ITC (Capitão), um *Exam and Video Cell* (Sargento); dois *Police RIOT Mentors* (Sargentos); dois *Counter-Terrorism Mentors* (Sargentos); dois *Tactic and Military Missions Mentors* (Sargentos); dois *Police Mentors* (Sargentos); um *Shooting Cell* (Sargento); um *Liaison Office* (Sargento); um *Finance Mentor* (Sargento); um *Logistic Cell/Mechanic Mentor* (Cabo).

### (3) Canal de Comando e Empenhamento Operacional

O CEMGFA assume o Comando Operacional (OPCOM) do CN/FND ISAF, transferindo, conforme aplicável, o Controlo Operacional (OPCON) das capacidades deste para o SACEUR.

O CEMGFA transfere para o Comandante do CN/FND ISAF o Comando Administrativo-Logístico do Contingente Nacional, exceto, quanto ao Contingente da GNR, no que diz respeito à competência disciplinar.

O Comandante do CN/FND ISAF representa o CEMGFA junto das Autoridades NATO e locais, constituindo-se como único interlocutor do CN com o EMGFA/COC<sup>75</sup>.

Em Portugal a ligação da GNR ao EMGFA/COC é assegurada pelo Chefe da DPERI, por determinação do GenCmdtGeral da GNR. É ainda aquela Divisão que assegura a ligação ao CFT/Exército, ao QG Permanente da EGF e à Direcção-Geral da *Gendarmerie Nationale* Francesa.

Para efeitos disciplinares o CG mantém-se, durante todo o período da missão, subordinado à competência do Comandante da UI, nos termos do artigo 60º e seguintes do Regulamento de Disciplina da GNR (GNR, 2010 a)).

Todo o empenhamento operacional, em termos de formação e treino da Polícia afegã decorre no interior do Centro de Treino de Wardak. Aqui, a *Gendarmerie Nationale Française* apoia o CG em matéria de comunicações.

É da responsabilidade do Comandante do CN coordenar com a *Gendarmerie Nationale Française* e com os restantes Comandantes dos contingentes presentes no Centro de Treino e o Comando do NPTC Wardak os canais de comunicação comuns.

O CG desenvolve as atividades no *NPTC* Wardak no âmbito da coordenação funcional da EGF, com uso da boina e simbologia de baixa visibilidade desta Força.

---

<sup>75</sup> Comando Operacional Conjunto.



As tarefas executadas pelo efetivo da GNR enquadram-se nas tarefas específicas de polícia, de assessoria e segurança na instrução de tiro no NPTC e assessoria aos Chefes de Departamentos da Direção de Formação, em concreto: Administrativo, Treino Básico, Operações e ao responsável pela informática.

Ao nível do Comando do NPTC foi efetuada assessoria ao Comandante e aos Chefes da área financeira, do pessoal e da secretaria (Marcelino, 2012).

#### **(4) Términus da Missão**

Até à conclusão do presente trabalho a missão ainda estava na fase da execução. Participaram na missão três contingentes, até então (DPERI/GNR, 2012).



#### 4. Discussão de Resultados

Neste ponto tencionamos apresentar e discutir os resultados da investigação realizada, complementando com os conteúdos das entrevistas.

##### a. Caracterização da amostra.

Por ser enquadrador e não ser despiciendo, importa numa primeira fase caracterizar a amostra, para de seguida apresentar e discutir os resultados.

As entrevistas foram realizadas a informadores privilegiados que integram grupos de elites sobre o objeto de investigação e falam das suas experiências personalizadas. Neste sentido foram entrevistadas pessoas que integram o nível político/estratégico, pessoas que pertenceram ao nível operacional e pessoas que ainda desempenham funções no nível tático das operações.

Do nível político/estratégico foram entrevistados os seguintes entidades:

- Dr. Figueiredo Lopes, ex- Ministro da Defesa Nacional (MDN) e ex-MAI;
- Dr. Rui Pereira, ex-MAI;
- Dr. Severiano Teixeira, ex-MDN e ex-MAI;
- Dr. António Costa, ex-Ministro da Justiça (MJ) e ex-MAI.

Do nível operacional foram entrevistados os seguintes Oficiais Gerais, que prestaram serviço na GNR:

- Tenente-General Mourato Nunes, ex-Comandante-Geral;
- Tenente-General Cunha Lopes, ex-Segundo Comandante-Geral;
- Tenente-General Nelson dos Santos, ex-Comandante-Geral;
- Major-General Carlos Chaves, ex-Cmdt EG e do CDF.

Neste nível foi ainda ouvido o Coronel Jorge Esteves como ex-Comandante da EGF.

Do nível tático foram ouvidos os seguintes Oficiais:

- Major Paulo Santos que integrou a missão da UNTAET;
- Majores António Ramos e Pedro Oliveira que comandaram o segundo e terceiro contingentes da GNR, respetivamente, na missão no *Iraqi Freedom*.
- Major Gonçalo Carvalho que comandou o primeiro contingente da Missão *LAFAEK*, em Timor-Leste e Capitão Duque Martinho que



comandou três contingentes da missão UNMIT, sendo o atual comandante.

- Capitães Jorge Barradas e Marco Cruz, que comandaram os contingentes da Operação *ALTHEA*, na Bósnia.
- Tenente-Coronel Miguel Marcelino e Tenente Carlos Coelho que integraram o primeiro contingente da NTM-A.
- Major Carlos Costa que desempenhou as funções de Oficial de Logística da EGF, a Capitão Cláudia Santos e Capitão Jorge Meireles que desempenharam funções de adjunta do gabinete de avaliação e LA e de oficial de operações e exercícios, respetivamente, na EGF.

#### **b. Objeto de Estudo e resposta às Perguntas Derivadas**

Neste ponto responderemos às Questões Derivadas tendo por referência os indicadores advenientes da investigação, para de seguida validarmos as hipóteses.

#### **Questão Derivada n.º 1 – Quais as missões de Gestão de Crises em que a GNR participou com Forças Constituídas?**

A primeira missão em que a GNR participou com uma Força Constituída foi na missão UNTAET, em 2000 (Timor-Leste), seguindo-se a missão do *Iraqi Freedom* em 2003 (Iraque), para voltar a ser empenhada, deste modo, na missão *LAFAEK* e UNMIT em 2006 (Timor-Leste – ainda a decorrer), e posterior empenhamento na Operação *ALTHEA*, em 2008 (Bósnia), estando a decorrer a missão NTM-A, com início em 2011 (Afeganistão).

#### **Questão Derivada n.º 2 - Qual a importância da participação da GNR nas missões de gestão de crises?**

O modelo policial dualista<sup>76</sup> em Portugal tem dado provas positivas ao país e a natureza militar da GNR é uma mais-valia, para as missões de gestão de crises (Teixeira, 2012).

A GNR tem demonstrado uma capacidade de relacionamento e de ação publicamente reconhecida pelos Países onde intervém, contribuindo para o prestígio de Portugal na ordem internacional. Por outro lado, na qualidade de Força de Segurança de natureza militar, tem virtudes próprias que a recomendam para este tipo de missões.

<sup>76</sup> Também denominado modelo napoleónico, com dois tipos de Forças policiais: uma de natureza militar e outra civil (Oliveira, 2006, p. 100). Sobre as razões para manter o modelo dualista, consultar (Costa-Cabral, 2011, p. 327).



Esta é uma das razões evocadas para manter a dualidade do modelo policial e empenhar a GNR nestas missões.

A GNR está mais preparada no seio das FSS para atuar em cenários desestabilizados e de perigosidade acrescida. Os factos comprovam-no no Iraque e em Timor (Lopes, 2011).

O instrumento militar e de segurança, a GNR em particular, é em boa medida o único instrumento que se mantém, na total dependência da soberania do Estado (Teixeira, 2012).

Neste contexto, a GNR é a Força de eleição para as missões de gestão de crises, podendo ser empenhada em situações de risco elevado, próximo do estado de guerra (Pereira, 2011).

As missões internacionais são um importante “instrumento” de política externa, que deve ser reforçado e potenciado, por ser um fator de prestígio e credibilidade externa do país. A participação da GNR nas missões significa modernização de doutrina e equipamentos e melhora o moral dos militares (Teixeira, 2012).

O surgimento da EGF<sup>77</sup> foi o embrião da polícia da UE (Pereira, 2011) e reforçou a capacidade europeia de gestão de crises (Lopes, 2011). Os países com Forças que integram a EGF, de que é exemplo Portugal, através da GNR, têm um maior peso na cena internacional (Teixeira, 2012).

A projeção de um contingente da GNR, para qualquer TO, desde que o nível de risco seja aceitável é, em todos os pontos de vista, útil e uma solução mais barata que o empenhamento das FFAA (Nunes, 2012).

### **Questões Derivadas n.º 3 - Quais as lições aprendidas?**

A resposta a esta questão é articulada em lições do **nível Político/estratégico**, do nível operacional e por fim, do nível tático. Neste sentido, como lições indicadas do nível político apresentamos o seguinte desenvolvimento.

Para Figueiredo Lopes a larga maioria dos portugueses manifesta a sua compreensão e apoio à participação de Forças Nacionais em missões internacionais, como no caso da GNR. Este aspeto reforça a confiança e a moral dos militares, embora a legitimação das NU deva ser inequívoca, para garantir a compreensão e o apoio da comunidade (Lopes, 2011).

---

<sup>77</sup> O ministro das finanças alemão Wolfgang Schäuble, quando era Ministro do Interior, confidenciou que gostava de ter uma Força policial do tipo da GNR (Pereira, 2011).



Na opinião de Rui Pereira o prestígio obtido pela GNR nos TO de Timor, do Iraque, da Bósnia e do Afeganistão são reconhecidos internacionalmente, comprovando as capacidades e o elevado nível das Forças. A participação da GNR nas missões internacionais redonda em aprendizagem e valorização institucional (Pereira, 2011).

Já Severiano Teixeira considera que a participação da GNR nas missões deve ser reforçada (Teixeira, 2012).

Por fim, António Costa afirma que a GNR tem uma capacidade rara, de operacionalizar tarefas difíceis e é uma Instituição ao nível de excelência<sup>78</sup>. Adianta que a Instituição assegura a interoperabilidade com as FFAA (Costa, 2012).

Ao **nível operacional** foi destacado, por Mourato Nunes que a GNR só deve integrar as missões internacionais com Forças bem equipadas e devidamente preparadas de acordo com um rigoroso planeamento (Nunes, 2012).

A ligação entre o poder político e o comando da GNR é crucial, com respeito mútuo das decisões do nível político/estratégico e do nível operacional. Assim aconteceu, segundo Cunha Lopes, no planeamento, projeção, execução e retração dos contingentes, aquando da missão *Iraqi Freedom*. Em todos os processos o Homem é o elemento de decisão e o centro de gravidade de todas as decisões. O moral dos militares foi mantido em níveis elevados, pelo apoio prestado às famílias, por iniciativas do poder político, como a abertura da residência oficial do PM aos familiares dos militares ou o elogio de Luís Filipe Scolari ao contingente empenhado. Os níveis elevados de moral foram multiplicadores de capacidades operacionais no Iraque. Os mantimentos enviados para o Iraque nos voos de sustentação, as mensagens de encorajamento por correio eletrónico, os louvores e as condecorações espelharam o envolvimento do Comando da GNR (Lopes, 2011a)).

Para Nelson dos Santos a seleção dos militares para as missões deve ser rigorosa e baseada em elevados níveis de competência profissional, considerando que a presença da GNR nos TO é uma mais-valia. Nos TO os comandantes devem dar particular atenção ao moral e bem-estar dos militares e a Instituição deve estabelecer, de forma clara, as cadeias de comando, assegurar a interoperabilidade de meios e escolher com acuidade os parceiros internacionais, quer para efeitos de integração, quer para efeitos logísticos (Santos, 2011).

---

<sup>78</sup> Qualidade do que é excelente (Priberam, 2011).



Na opinião do ex-comandante da EGF, as Força de *Gendarmeries* credibilizaram-se internacionalmente pelas performances demonstradas nos TO e têm capacidade para ser empenhadas em qualquer parte do mundo. A GNR, por seu lado, deu um contributo significativo nas missões da Operação ALTHEA e na NTM-A. A multinacionalidade potencia o conhecimento e a harmonização de doutrina que favorecem a interoperabilidade. As missões da EGF, apenas incluem tarefas de polícia (Esteves, 2012).

Conclui-se que a GNR cumpriu com Honra as missões fazendo-o com profissionalismo, disponibilidade, capacidade e acima de tudo executou o que os superiores interesses do Estado lhe determinaram. Quando tal acontece o sentimento de Dever cumprido é estímulo para o Futuro (Chaves, 2011).

Por fim, aglutinamos como **lições do nível tático** que os modernos TO, numa perspetiva holística são caracterizados por inúmeros atores, com redes conexas e intrincadas, onde subsistem múltiplas ameaças de origem humana e naturais que apelam só por si, à presença das Forças de polícia, de natureza militar, para exercerem o seu esforço na neutralização ou controlo das ameaças e riscos e assegurarem a interoperabilidade com as FFAA e restantes atores (Santos, 2012). São Forças particularmente especializadas, disciplinadas, organizadas e com grande flexibilidade na articulação da estrutura da Força de acordo com as necessidades dos TO (Carvalho, 2012).

As capacidades da GNR para este tipo de missões foram testadas e comprovadas nos TO de Timor-Leste, Iraque, Bósnia e Afeganistão (Cruz, 2012).

A missão cumprida no Iraque prestigiou o país e a GNR. A Instituição “amadureceu” na forma como passou a analisar o problema tático e como ser flexível (Oliveira, 2012). O sucesso em muito dependeu da capacidade de adaptação dos militares a ambientes hostis, em cenários de classe “C” (Carvalho, 2012).

O ingresso da GNR na EGF aumenta a probabilidade da Instituição participar em missões internacionais e possibilita uma aproximação às congéneres, sempre útil. A multinacionalidade de Forças na EGF diminui a vulnerabilidade da ausência de uma estrutura logística permanente para projeção (Costa, 2012 a)). A interação e a complementaridade das *Gendarmeries* na EGF asseguram a proficiência operacional em qualquer missão, sobre a égide das NU, da NATO, da UE ou quaisquer coligações *Ad-Hoc* (Santos, 2012) e (Lioe, 2011, p. 224).



A EGF tem mecanismos legais e operacionais de atuação previstos no “*Non paper: The EGF in European Security and Defence Policy Civilian Crisis Management operand*”, podendo ser qualificada como uma nova “ferramenta” ao serviço das operações de gestão de crise. A capacidade de projetar 800 polícias, tipo gendarmes, em 30 dias, atuando em todo o espectro missionário de tarefas de polícia é de irrefutável valor (Meireles, 2012).

Na fase de planeamento das missões é indispensável que a GNR realize um ajustado estudo da situação e proporcione um aprontamento ajustado, com o equipamento e armamento que será utilizado nos TO (Santos, 2012).

Nos 27 contingentes que a GNR projetou corroborou o modelo de escalão companhia para as MSU, IPU ou FPU e os excelentes resultados obtidos comprovaram o sucesso, quanto à organização, projeção, sustentação e retração de Forças, no âmbito da gestão de crises (Martinho, 2012).

Inquestionável tem sido o reequipamento da GNR, pela participação nas missões internacionais (Carvalho, 2012).

Pelas entrevistas realizadas constatamos que do nível político ao nível tático é considerado que a participação da GNR nas missões internacionais é benéfica para a Instituição, porque contribui para o aperfeiçoamento da doutrina, representa ganhos de experiência, permite a aquisição de equipamento, favorece o moral dos militares, insere a GNR na cena internacional e promove o sistema dual, no modelo policial, ao comprovar as capacidades desta Força de Polícia de natureza militar. Em acessão e por unanimidade foi reconhecido que o excelente desempenho da GNR nas missões internacionais é importante para Portugal, porque se traduz em prestígio internacional para o país.

A EGF reforçou a capacidade de gestão civil de crises na UE, potenciou as capacidades das Forças que a integram, fomentou a interação e complementaridade e contribuiu para o garante da interoperabilidade com as FFAA, prestigiando, também por esta via, o nome de Portugal e da GNR.

Pontos a ter em **consideração para melhorar a prestação da GNR**, no assunto em apreço:

- Criar um Centro de Formação de Operações de Manutenção de Paz, para a GNR ser um ator privilegiado na Ordem Pública com Forças nacionais e internacionais, sobretudo com a CPLP (Nunes, 2012).
- Estudar e sistematizar as lições aprendidas (Chaves, 2011).



- Aperfeiçoar o acompanhamento às famílias dos militares que se encontram em serviço nas missões internacionais e impedir que os militares cumpram muitas missões seguidas, para evitar que adotem comportamentos descontraídos em TO (Oliveira, 2012).
- Implementar sistemas de informação interoperáveis para suprir necessidades de Informação (INTEL) (Santos, 2012).
- Reforçar a formação do inglês em todos os escalões, melhorar a qualidade do fardamento, evitar que as missões internacionais perdurem no tempo e assegurar as funções de cozinheiros e mecânicos, na UI (Oliveira, 2012).
- Reforçar os efetivos do Grupo de Intervenção de Ordem Pública (GIOP), para garantir rotações de contingentes e se manterem os mesmos militares na mesma equipa tática por um período superior, ao atual e permitir a ida dos Comandantes das Subunidades com regularidade aos TO (Oliveira, 2012).
- Ministrando formação aos mecânicos, técnicos de frio e eletricitistas nos representantes das marcas dos equipamentos e estabelecer pontos de ligação com a NATO, as NU e os Governos, para facilitar a pró atividade (Oliveira, 2012).
- Melhorar a preparação e treino psicológico para TO, de classe “C” (Ramos, 2012).
- Criar base de dados, para tratamento de informação (Martinho, 2012).
- Desenvolver um acervo doutrinário próprio e específico na GNR, para tornar a Instituição distinta no seio das FSS (Santos, 2012);
- Ajustar a articulação da Força às necessidades dos TO, sobretudo quanto ao número de Oficiais, que em regra deveria ser superior, para se constituir um pequeno EM (Carvalho, 2012);
- Reajustar a doutrina nacional à internacional, por exemplo das NU e centralizar os assuntos das missões internacionais no CTAFMI/UI/GNR, para potenciar o conhecimento adquirido e desenvolver doutrina, bem como velar pela obrigação dos Relatórios dos Comandantes (Cruz, 2012).
- Identificar corretamente os pressupostos para o planeamento (Coelho, 2012).
- Considerar no aprontamento a estação do ano em que a missão vai decorrer e potenciar as experiências e vivências dos militares de outros contingentes (Marcelino, 2012).



---

#### **Questão Derivada n.º 4 - Quais os canais de comando?**

Em termos de graus de comando e controlo a GNR é cedida, em regra, pelo Governo português sob controlo operacional e por vezes é empenhada sob comando tático.

No caso das missões sobre a égide das NU, no estudo as missões da UNTAET e da UNMIT os respetivos contingentes da GNR foram e permanecem empenhados sob comando completo da estrutura da CIVPOL, em cumprimento do normativo. Vela-se pela neutralidade e imparcialidade das Forças. Note-se que nestas situações, as Forças atuam com boina das NU e os países de origem, não podem ingerir-se no decorrer das missões. Neste caso em concreto, as FPU são empenhadas operacionalmente sobre o comando do PC, constituindo-se como reserva operacional desta entidade.

No caso do Iraque, o contingente foi cedido à Divisão Inglesa em controlo operacional, que o cedeu à Brigada italiana no mesmo grau de Comando e este escalão de comando cedeu o contingente português à MSU sob comando tático.

No caso da missão LAFAEK, em Timor o Subagrupamento BRAVO foi cedido em controlo operacional, dependendo diretamente do PR e do PM de Timor-Leste.

Na Operação ALTHEA o contingente da GNR foi empenhado, através da EGF, sob a égide da UE. A supervisão funcional era da EGF. O comandante da EUFOR tinha o controlo operacional do contingente da GNR que dependia em termos administrativo/logísticos de Portugal.

Já na missão NTM-A o contingente da GNR foi e permanece integrado na cadeia de comando da FND, de onde recebe o apoio administrativo-logísticos. Os aspetos internos da GNR (fardamento e equipamento), caso a caso, são tratados através do Oficial – Ponto Oficial de Contato (POC) e o GenCmtdGeral da GNR.

No Afeganistão, a GNR tem ligação ao *Regional Support Command East* (RSC-E), que é o comando responsável pela província de Wardak, para efeitos operacionais e aspetos logísticos e administrativos relativamente ao *International Trainers Compound* e ao Comando da NTM-A, em Cabul, através do Oficial POC, no local, para o efeito.

#### **Questões Derivadas n.º 5 - As tarefas executadas são essencialmente de natureza policial?**

Pela sua natureza militar, treino, equipamento e por integrar o Sistema Nacional de Forças, na qualidade de Força de Segurança a GNR tem capacidade e preenche o denominado “*Security Gap*”. Neste sentido, percebe-se que a GNR assegura a



interoperabilidade com as Forças militares e as Forças de polícia civil, e demais atores, para além de garantir a proteção da Força. São mais-valias reconhecidas internacionalmente, ao nível da NATO, da UE, da EGF ou de coligações *Ad-Hoc*.

A função de polícia não pode ser afastada das atribuições de investigação criminal, que devem ser desempenhadas em exclusivo por Órgãos de Polícia Criminal<sup>79</sup> (OPC). Este aspeto jurídico justifica o porquê de em condições de normalidade as FFAA não poderem cumprir tarefas de polícia.

Em todas as missões analisadas verificamos que as tarefas atribuídas à GNR são de polícia, devendo por isso ser desempenhadas por este tipo de Forças. Por vezes, erradamente, pensa-se que a GNR tem cumprido tarefas militares, esquecendo-se os autores destas conclusões, que a natureza da Força, permite tais desempenhos, desde que em níveis de risco adequados.

Nas missões da EGF as tarefas executadas quer pelas IPU, quer pelas *Police Operacional Mentor and Liaison Teams* (POMLT) são essencialmente de polícia (Esteves, 2012).

#### Questões Derivadas n.º 6 - Quais os custos das operações descritas?

Nesta pergunta, verificamos que os entrevistados do nível político, sempre referiram que, essas verbas estando centralizadas ao nível do MAI, permitem uma melhor gestão, bem como uma disponibilização atempada das mesmas de acordo com o tipo de missão a realizar. Os orçamentos executados e o previsto para 2012 correspondente aos seguintes montantes:

Tabela 2 - Orçamentos das Missões – 2010-12 (DPERI, 2012)

MISSÕES	ANOS - Orçamentos			Observações
	2010 Executado	2011 Executado	2012 Previsão	
UNMIT	7.948.023 €	8.497.400 €	6.500.000 €	1) Reembolso NU 2011 de 2.756.197,99 €.
Operação ALTHEA	2.226.794 €	84.904 €	-----	(Terminou Out10)
NTM-A	-----	1.499.370 €	1.279.000 €	(Iniciou Mar11)

<sup>79</sup> Consultar definição no Artigo 1.º, alínea c) do Código de Processo Penal.



### c. Validação das hipóteses

Neste ponto vamos validar ou infirmar as hipóteses, tendo em consideração a análise, os indicadores e os resultados alcançados.

Tabela 3 - Confirmação ou Infirmiação das Hipóteses.

Nº	Hipótese	Nº Entrevista realizada	Corpo do trabalho	Confirmar Infirmar Hipóteses
1	A participação da GNR nas missões de gestão de crise dignifica o país	E1 a E21	Ponto 3	Confirmada
2	A participação da GNR nas missões de gestão de crise é um instrumento do Estado, para a execução da política externa.	E1 a E21	Ponto 1.b	Confirmada
3	A participação da GNR em missões de gestão civil de crises é benéfica para a Instituição.	E1 a E21	Ponto 3	Confirmada
4	A participação da GNR em missões de gestão civil de crises não beneficia o <i>Comprehensive Approach</i> (Forças Militares/Civis).	E1;E2;E3; E4;E5;E7 E14; E19	Ponto 1.b	Infirmada
5	A participação da GNR em missões de gestão civil de crises são uma redundância sobre o empenhamento de Forças tipicamente militares.	E1;E2;E3; E4;E5;E7 E14;E18;E19	Ponto 2	Infirmada
6	As operações são suportadas pelo orçamento da Guarda.	E1;E3;E4;E7 E14; E19	Ponto 4	Infirmada



---

## Conclusões

Com este trabalho contribuimos para o estudo da participação das Forças de Segurança nas operações de gestão de crise, elencando lições e evidenciando o esforço paulatino da GNR no cumprimento de missões internacionais, com Forças constituídas, para perceber qual a relevância da contribuição na política externa do Estado.

Asseveramos que atingimos na íntegra os objetivos inicialmente estabelecidos, porquanto o tema estudado é de assaz atualidade e importância e os conteúdos apresentados são didáticos e pedagógicos, na medida em que colocamos à disposição dos estudiosos das ciências policiais e militares teores que contribuem para a proficiência da GNR, apresentando ensinamentos para as futuras gerações castrenses.

Em **termos de linhas de procedimento** verificamos, no primeiro capítulo do trabalho, que a necessidade das Forças de polícia, de natureza militar, nos TO há muito tempo que foi percecionado por parte das OI, sendo o catalisador do desenvolvimento da doutrina. Este tipo de Forças preenchem o *Security Gap* entre as FFAA e as Forças civis e devem chegar aos TO tão cedo quanto possível.

Hodiernamente, o cumprimento premente de tarefas de polícia nos TO é indiscutível, não devendo as FFAA ser os elementos responsáveis por elas, na opinião do General Wesley Clark (ex-SACEUR-NATO), com a qual concordamos.

No regime jurídico interno a colaboração, de forma supletiva, das FFAA na Segurança Interna e o cumprimento de missões internacionais pela GNR são realidades *ope legis*, digamos uma demanda internacional, em prol da paz.

A GNR como Força de Segurança, pela natureza, equipamento e treino revela-se especialmente apta a ser empenhada em qualquer TO, independentemente do país em causa ser da classe “A”, “B” ou “C”, sobre a égide de qualquer OI ou coligação *Ad-Hoc*.

Ao nível das OI constatamos que o conceito de gestão civil de crises surgiu na UE, em 2001, e que engloba quatro áreas: a Policial (natureza militar e civil), o Estado de Direito; a Administração Civil e a Proteção Civil. Já a NATO apela no Conceito Estratégico (2010) pelo envolvimento de outros atores (*Comprehensive Approach*).

No segundo capítulo desenvolvemos as modalidades de empenhamento operacional da GNR, através de Forças constituídas, em consideração à égide das OI. Aqui concluímos que a denominação da Força varia, bem como a dependência hierárquica, ora militar, ora civil. No âmbito da NATO a GNR pode participar com uma Força constituída para ser integrada numa MSU (escalão Regimento ou Batalhão) que é



constituída por Forças de polícia de natureza militar e fica sempre na dependência hierárquica do comando militar.

No seio da UE a GNR pode integrar em qualquer missão internacional com uma IPU, do mesmo escalão da MSU, com a ressalva que pode ficar na dependência de um comandante militar ou civil. Este é o conceito em curso na EGF.

Se o empenhamento acontecer sob a égide das NU a Força denomina-se de FPU e, em regra, fica na dependência de um civil, denominado *Police Commissioner*. As FPU podem ser constituídas, também, por polícias civis.

No capítulo três abordamos as missões internacionais em que a GNR já participou. Destas ainda decorrerem a UNMIT e a NTM-A. No período em análise (2000 a 2011) foram empenhados 27 contingentes (quatro na missão UNTAET; doze na missão LAFAEK e UNMIT; quatro na missão IRAQI FREEDOM; cinco na Operação ALTHEA e dois na NTM-A).

As missões desempenhadas por todos os contingentes decompõem-se em tarefas específicas de polícia. Por vezes, os desconhecedores destas matérias, por não dominarem os conceitos desta *Leges Artis*, pensam erradamente, que a GNR tem cumprido tarefas militares, esquecendo-se que a natureza da Força permite tais desempenhos, desde que em níveis de risco adequados. A função de polícia não pode ser afastada das atribuições de investigação criminal, que devem ser desempenhadas em exclusivo por OPC. Este aspeto jurídico, justifica o porquê de em condições de normalidade as FFAA não poderem cumprir tarefas de polícia.

Em termos de graus de comando e controlo a GNR é cedida, em regra, pelo Governo português sob controlo operacional e por vezes é empenhada sob comando tático.

No caso das missões sobre a égide das NU, no estudo as missões da UNTAET e da UNMIT, os respetivos contingentes foram empenhados sob comando completo da estrutura da CIVPOL, em cumprimento do normativo. Vela-se pela neutralidade e imparcialidade das Forças. Note-se que nestas situações, as Forças atuam com boina das NU e os países de origem não podem ingerir-se no decorrer das missões.

No capítulo quatro apresentamos o que consideramos o cerne dos **contributos para o conhecimento**, porque reunimos, pela primeira vez, num único documento a opinião de ex-Ministros, de Generais que prestaram serviço na GNR e de comandantes de contingente. Neste ponto validamos as hipóteses do modelo de análise. Epilogamos com base nos indicadores identificados que foram confirmadas as seguintes hipóteses: a



participação da GNR nas missões de gestão de crise dignifica o país; a participação é um instrumento do Estado, para a execução da política externa; e é benéfica para a Instituição. Como hipóteses infirmadas surgem: a participação da GNR nas missões internacionais não beneficia o *Comprehensive Approach*; é uma redundância sobre o empenhamento de Forças tipicamente militares; e as operações são suportadas pelo orçamento da GNR. Neste último ponto foi focado que estas verbas advêm do Governo, extra orçamento. Para 2012 o montante previsto é de 7.779.000 €.

Por fim respondemos à pergunta de partida, que lembramos é: De que forma contribuiu a GNR para a consecução dos objetivos da política externa portuguesa, através da sua participação em missões de gestão de crise, com Forças constituídas, no período de 2000 a 2011? Acrescentamos que segundo uma perspetiva holística os TO são caracterizados por inúmeros atores, com redes conexas e intrincadas, onde subsistem múltiplas ameaças de origem humana e naturais que apelam só por si, à presença das Forças de polícia, de natureza militar, para exercerem o seu esforço na neutralização ou controlo das ameaças e riscos e assegurarem a interoperabilidade com as FFAA e restantes atores. A segurança como atividade multidimensional do Estado é reforçada pelo seu esforço em prol da paz, independentemente do local onde se materializem as operações.

A GNR tem demonstrado uma capacidade de relacionamento e de ação publicamente reconhecida pela CI, contribuindo para o prestígio de Portugal na ordem internacional.

A nível nacional e de entre as FSS é a Instituição de eleição para atuar em cenários desestabilizados e de perigosidade acrescida, na opinião de Figueiredo Lopes. Os factos comprovam-no em Timor, no Iraque, na Bósnia e agora no Afeganistão.

O instrumento militar e de segurança, a GNR em particular, é em boa medida o único instrumento que se mantém, na total dependência da soberania do Estado.

As missões internacionais são um importante instrumento de política externa, que deve ser reforçado e potenciado, por ser um fator de prestígio e credibilidade externa do país. É neste contexto que o empenhamento da GNR deve ser encarado.

A participação da GNR nas missões significa atualização de doutrina, modernização de equipamentos e reforça do moral dos militares.

O surgimento da EGF (embrião da polícia da UE) robusteceu a capacidade europeia de gestão de crises. Os países com Forças que integram a EGF, de que é exemplo Portugal, através da GNR, têm um maior “peso” na cena internacional. Para



Rui Pereira, o surgimento da EGF potenciou as capacidades das Forças que integram, fomentou a interação e complementaridade e contribuiu para o garante da interoperabilidade com as FFAA, prestigiando, também, por esta via, o nome de Portugal.

A projeção de um contingente da GNR, para qualquer TO, desde que o nível de risco seja aceitável é, em todos os pontos de vista, útil e uma solução mais barata que o empenhamento das FFAA, desde logo pelo tipo de equipamento e sustentação do mesmo.

No que diz respeito às lições, quer as identificadas, quer as aprendidas, concluímos que a maioria dos factos apresentados consubstanciam-se em lições identificadas, segundo o conceito apresentado, em virtude de a GNR não ter um processo sistematizado que as torne em lições aprendidas. Claro é, que algumas das lições identificadas tornaram-se aprendidas, sobretudo com a projeção, sustentação e retração dos contingentes do Iraque. Foram potenciadas as lições identificadas de Timor que resultaram na melhoria das capacidades da Instituição. Contudo, em nosso entender, tal deveu-se ao grande empenhamento do comando, de então, e não pela existência de qualquer estrutura que validasse as LA.

No nível político é considerado que a maioria dos portugueses apoia a participação da GNR nas missões e que o prestígio granjeado nos vários TO, comprovam as capacidades da Instituição, sendo um fator de aprendizagem e valorização institucional.

Severiano Teixeira considera que a participação da GNR nas missões deve ser reforçada, em virtude de representar atualização de doutrina, modernização de meios, e melhoria do moral dos militares.

António Costa afirma que a GNR tem uma capacidade rara de operacionalizar tarefas difíceis, qualificando a Instituição ao nível de excelência.

Ao nível operacional destacou-se a necessidade da estreita ligação ao poder político sem ingerências nas decisões de cada um dos níveis e que as Forças só devem ser empenhadas se bem equipadas e preparadas, o que exige um rigoroso planeamento e aprontamento com o equipamento e armamento a utilizar na missão. A seleção dos militares deve ser baseada na competência profissional e tudo o que for realizado, no âmbito do apoio às famílias, as mensagens de encorajamento, entre outras tarefas, melhoram o moral dos militares que é multiplicador das capacidades operacionais.



Ainda no nível operacional destacou-se a necessidade das cadeias de comando serem claras, realçando-se a necessidade de se pensar se é útil e profícuo que os contingentes no âmbito das missões das NU fiquem sob comando completo da estrutura da CIVPOL.

Em todas as missões analisadas os contingentes da GNR têm demonstrado disciplina, saber profissional, foram e são organizados, apresentam-se nos TO de forma robusta pelo tipo de equipamento, com grande flexibilidade, porque ajustam a orgânica às necessidades identificadas e os militares demonstram grande capacidade de adaptação a ambientes hostis. Pensamos que a formação académica dos Oficiais da GNR, em anos recentes, em muito tem contribuído para o sucesso das missões.

Denotamos também que o facto de a GNR ter integrado a EGF foi outro multiplicador de capacidades, pelo acesso e desenvolvimento doutrinário e partilha das melhores práticas com as congéneres.

O modelo de escalão companhia para as MSU, IPU ou FPU está mais que comprovado quanto à organização, projeção, sustentação e retração, independentemente da égide da OI ou coligação *Ad-Hoc*. A integração de médicos do INEM foi uma mais-valia. Os excelentes resultados operacionais e prestígio alcançado para o país, comprovam-no.

Como **considerações de ordem prática e recomendações ou mesmo futuras linhas de investigação** indicamos as seguintes:

- Criar um Centro de Formação de Operações de Manutenção de Paz na GNR, para prestigiar o país e beneficiar o Sistema Nacional de Forças;
- Implementar um processo de validação das LA, desde já, como acontece na EGF ou NATO, para tornar a Instituição distinta;
- Reforçar o GIOP com meios humanos e assegurar a existência de cozinheiros, mecânicos e eletricitas, para garantir a rotação de contingentes;
- Pugar, desde já, a possibilidade do CG que integra a NTM-A terem direito a uma licença como o restante CN;
- Adquirir sistemas informáticos que permitam o registo de dados e informação útil, com a finalidade de desenvolver a doutrina;



- Estudar a necessidade dos contingentes integrarem um EM com mais oficiais, para facilitar a ação de comando e potenciar o Comando e Controlo (C2);
- Potenciar o relacionamento com os países de expressão portuguesa, no quadro da CPLP. No triângulo estratégico mundial (NATO, UE e CPLP) que posiciona Portugal nas decisões geopolíticas globais a doutrina, neste âmbito, está estabelecida na NATO e UE. Assim, pensamos ser estratégica a ligação à CPLP, uma vez que em termos de OI integra as NU, a UE, o MERCOSUL, a União Africana, a ASEAN<sup>80</sup>, a NATO, a CEDEAO<sup>81</sup>, a CEEAC<sup>82</sup>, a SADC<sup>83</sup>, entre outras;
- Incluir nas cartas de missão as relações de comando, para se evitar situações de ambiguidade;
- Arguir que o empenhamento de Forças da GNR, ao nível da doutrina militar, deve ser realizado ao nível das componentes (marítima, terrestre, aérea, operações especiais e GNR). A GNR fica na dependência do *Join Force Commander*, como as componentes elencadas.

Rematamos com a ideia que a GNR cumpriu com honra as missões fazendo-o com profissionalismo, disponibilidade, revelando capacidades e acima de tudo executou o que os superiores interesses do Estado lhe determinaram, prestigiando-se e dignificando paulatinamente PORTUGAL.

“ O Homem é o elemento de decisão e o centro de gravidade de todas as decisões” (Lopes, 2011a)).

---

<sup>80</sup> *Association of Southeast Asian Nations.*

<sup>81</sup> Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental

<sup>82</sup> Comunidade Económica dos Estados da África Central

<sup>83</sup> *Southern African Development Community.*



## Bibliografia

Araya, R. H., Opazo, S. M. & Ramírez, M. R., 2011. Profile a Police Organisation in an Advanced Society: A Police for the 21ST Century. In: Hovens, J.L.; Elk, G.A.G. van, ed., 2011. *Gendarmeries and the Security Challenges of 21ST Century*. The Hogue: Koninklijke Marechaussee, pp. 195-226.

Assembleia da República (AR), 2003. *Regula o Acompanhamento pela Assembleia da República do Envolvimento de Contingentes Militares no Estrangeiro* (Lei 46/03, de 22 de Agosto), Lisboa: Diário da República.

Assembleia da República (AR), 2008. *Aprova a Lei de Segurança Interna* (Lei 53/2008, de 23 de Agosto), Lisboa: Diário da República.

Barradas, J., 2012. *As Forças de Segurança nas Operações de Gestão de Crises. Lições Aprendidas. Entrevistado por Paulo Silvério* [Entrevista Presencial]. Unidade de Intervenção da GNR. 28 Janeiro 2012, 17:00.

Barroso, L. F. M., 2010. A Evolução da CPLP na Segurança e Desenvolvimento do Continente Africano: A Relevância do Instrumento Militar e do Papel de Portugal. In: Segurança e Defesa, 2010. *I Congresso Nacional de Segurança e Defesa*. Lisboa: Diário de Bordo, pp. 277-304.

Bingöl, M., 2011. The Need for Gendarmeries in the Years Ahead. In: Hovens, J.L.; Elk, G.A.G. van, ed., 2011. *Gendarmeries and the Security Challenges of 21ST Century*. The Hogue: Koninklijke Marechaussee, pp. 183-194.

Boniface, P., 2009. *Atlas das Relações Internacionais*. Lisboa: Plátano Editora.

Breitenvieser, C., 2010. A Lusofonia em Questão: o "Imaterial" e o Político na Ordenação Simbólica Lusófona. In: Observatório Político, 2011. *Revista Portuguesa de Ciência Política*. Lisboa: Observatório Político, pp. 195-199.

Broer, H. & Emery, M., 1998. Civilian Police in UN Peacekeeping Operations. In: National Defense University. 1998. *Policing The New World Disorder: Peace Operations and Public Security*. Washington: National Defense University Press, pp. 365-398.



Bruggeman, W., 2011. Gendarmeries in 21st Century. In: Hovens, J.L.; Elk, G.A.G. van, ed., 2011. *Gendarmeries and the Security Challenges of 21ST Century*. The Hague: Koninklijke Marechaussee, pp. 51-68.

Carapuço, A. J. Z., 2008. *A Produção de Doutrina Militar. O Impacto da Análise de Exercícios Conjuntos e da Produção de Lições Aprendidas ao Nível Conjunto no Planemaneto Estratégico de Defesa Nacional*. Trabalho de Investigação Individual do Curso de Estado-Maior Conjunto 2007/08. IESM.

Carvalho, G. N. S. G. d., 2006. Briefing do Subagrupamento Bravo. In: Guarda Nacional Republicana, 2006. *Ponto de Situação*. Díli, 14 de Agosto de 2006. Díli: GNR.

Carvalho, G. N. S. G. d., 2012. *As Forças de Segurança nas Operações de Gestão de Crises. Lições Aprendidas. Entrevistado por Paulo Silvério* [Entrevista Presencial]. Comando-Geral da GNR. 27 Fevereiro 2012, 17:00.

Chaves, C. H. P., 2011. *As Forças de Segurança nas Operações de Gestão de Crises. Lições Aprendidas. Entrevistado por Paulo Silvério* [Entrevista Presencial]. Assessoria Militar do Gabinete do Primeiro-Ministro. 21 Dezembro 2011, 10:00.

Clark, W. K., 1999 . *Meeting Future Military Challenges to NATO*, New York: NATO. Join Force Quarterly (JFQ Forum).

Coelho, C. M. R., 2012. *As Forças de Segurança nas Operações de Gestão de Crises. Lições Aprendidas. Entrevistado por Paulo Silvério* [Entrevista Presencial]. Comando-Geral da GNR. 10 Fevereiro 2012, 17:20.

Centre of Excellence for Stability Police Units, 2005. *The Future Roles for Stability Police Units Workshop*. Washington: National Defense University.

Comissão, 2004. *Programa de Assistência em Favor do Iraque*. [Em Linha] Bruxelas: Comissão.  
Disponível em:: [http://eeas.europa.eu/iraq/docs/com04\\_667\\_pt.pdf](http://eeas.europa.eu/iraq/docs/com04_667_pt.pdf)  
[Consult. 21 Janeiro 2012].



Costa, A. L. d. S., 2012. *As Forças de Segurança nas Operações de Gestão de Crises. Lições Aprendidas. Entrevistado por Paulo Silvério* [Entrevista Presencial]. Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Lisboa. 23 Fevereiro 2012, 18:30.

Costa, C. J. S. d., 2012 a). *As Forças de Segurança nas Operações de Gestão de Crises. Lições Aprendidas. Entrevistado por Paulo Silvério* [Entrevista Presencial]. Instituto de Estudos Superiores Militares. 15 Fevereiro 2012, 17:00.

Costa, C. J. S. d., 2012 b). Multinational Specialized Unit. In: Área de Ensino de Operações, 2012. *Enquadramento das Operações Conjuntas e Combinadas*. Lisboa, Março de 2012. Lisboa: IESM.

Costa-Cabral, B. d., 2011. A Portuguese Perspective. In: Hovens, J.L.; Elk, G.A.G. van, ed., 2011. *Gendarmeries and the Security Challenges of 21ST Century*. The Hague: Koninklijke Marechaussee, pp. 317-334.

Couto, A. C., 1988. *Elementos de Estratégia. Apointamentos para um Curso*. Vol. I. Lisboa: IAEM.

Cruz, M. A. F., 2010. A Participação da Guarda Nacional Republicana em Operações de Paz. In: Moreira, Adriano (Dir), 2010. *Portugal e as Operações de Paz*. Lisboa: Prefácio, pp. 319-376.

Cruz, M. A. F., 2012. *As Forças de Segurança nas Operações de Gestão de Crises. Lições Aprendidas. Entrevistado por Paulo Silvério* [Entrevista Presencial]. Instituto de Estudos Superiores Militares. 19 Fevereiro 2012, 16:45.

Dougherty, J. E. & Robert L. Pfaltzgraff, J., 2003. *Relações Internacionais. As Teorias em Confronto*. Lisboa: Gradiva.

Dwan, R., 2004. *Cilian Tasks and Capabilities in UE Operations*. Berlim: s.n.

Esteves, J. M. G., 2012. *As Forças de Segurança nas Operações de Gestão de Crises. Lições Aprendidas. Entrevistado por Paulo Silvério* [Entrevista Presencial]. Comando-Geral da GNR. 03 Fevereiro 2012, 16:00.

EUROGENDFOR, 2009. *EGF Lessons Learned Process*, Vicenza: EGF.



---

EUROGENDFOR, 2012. *EUROGENDFOR*. [Em Linha] Vicenza. Disponível em: <http://www.eurogendfor.eu/> [Consult. 27 Janeiro 2012].

Fernandes, V. M., 2005. *As Forças de Segurança nas Missões de Paz*, Lisboa: Janus.

Ferro, M., 2005. *Construção de Estados. Administrações Internacionais das Nações Unidas*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

Government, t. F., 2011. *Afgnanistan*. [Em Linha] Berlim: Government Disponível em: [http://www.bundesregierung.de/Content/EN/Artikel/\\_2011/12/2011-12-15-regierungserklaerung-afghanistan-westerwelle\\_en.html?nn=393326](http://www.bundesregierung.de/Content/EN/Artikel/_2011/12/2011-12-15-regierungserklaerung-afghanistan-westerwelle_en.html?nn=393326) [Consult. 25 Março 2012].

Governo, 1999. *Aditamento ao DL 233/96, para Estabelecer o Seguro de Vida* (DL 348/99, de 27 de Agosto), Lisboa: Diário da República.

Governo, 2011. *Programa do XIX Governo Constitucional*. [Em Linha] Lisboa: Assembleia da República Disponível em: [http://www.parlamento.pt/Paginas/XIIL1S\\_2011ProgramaXIXGovernoConstitucional.aspx](http://www.parlamento.pt/Paginas/XIIL1S_2011ProgramaXIXGovernoConstitucional.aspx) [Consult. 31 Janeiro 2012].

Guarda Nacional Republicana, 1997. *Manual de Operações*. Lisboa: Seção Gráfica da GNR.

Guarda Nacional Republicana, 2010. *Aprova o Novo Regulamento Geral do Serviço da Guarda Nacional Republicana* (Despacho do General Comandante-Geral 10393/2010, de 5 de Maio), Lisboa: Diário da República.

Guarda Nacional Republicana, 2011. *A GNR no Iraque*. Especial ed. Lisboa: GNR.



Guarda Nacional Republicana,, 2011a). Diretiva. Participação da GNR na NTM-A (NATO Training Mission – Afghanistan) – 3.º Contingente. [Dactilografado] Arquivo, N.º 48. Lisboa: DPERI.

Guedelha, M. J. m., 2010. Segurança e Defesa Nacionais no Mundo, Lisboa: Tese de Dissertação de Mestrado em Direito e Segurança. Universidade Nova de Lisboa. Faculdade de Direito.

Guedes, A. M. & Elias, L., 2010. *Controlos Remotos*. Coimbra: Almedina.

Guerra, I. C., 2006. *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo*. Cascais: Princípia Editora.

Hermenegildo, R. S., 2008. O Papel da GNR em Timor-Leste: Um Contributo para a Política Externa de Portugal. In: *Revista Militar*. N.º 2477, 2008. Lisboa: Empresa da Revista Militar, p. 783.

Hovens, H., 2011. The European Gendarmerie Force. In: Hovens, J.L.; Elk, G.A.G. van, ed., 2011. *Gendarmeries and the Security Challenges of 21ST Century*. The Hague: Koninklijke Marechaussee, pp. 139-166.

Instituto de Altos Estudos Militares, 2005. *Metodologia de Investigação Científica*. Lisboa: IAEM.

Instituto de Estudos Superiores Militares, 2007. *Operações de Apoio à Paz*. Manual Escolar (ME) - 20-77-09 ed. Lisboa: IESM.

Instituto de Estudos Superiores Militares, 2010. *Manual Escolar (ME) 20-81-00 - Operações*. Lisboa: IESM.

J.Dziedzic, M. & Bair, A., 1998. Bosnia and The international Police Task Force. In: National Defense University, 1998. *Policing The New World Disorder: Peace Operations and Public Security*. Washington: National Defense University Press, pp. 253-315.

Jayamaha, D., Brady, S., Fitzgerald, B. & Fritz, J., 2010. *Lessons Learned from US Government Law Enforcement in International Operations*, Forbes Ave: Strategic Studies Institute.



Joint Publication 1-02, 2010. *Dictionary of Military and Associated Terms*. Washington: Department of Defense EUA.

Keller, D. E., 2010. *U.S. Military Forces and Police Assistance in Stability Operations: The Least-Worst option to Fill the US Capacity Gap.*, Forbes Ave: Strategic Studies Institute.

Kroeker, M., 2006. *Building Institutional Police Capacity in Information post-Conflict Environment*. December ed. New York: Peace and Security Section of the United Nations Department of Public.

Leandro, F. J. B. S., 2001. *Participação Nacional em Operações de Apoio à Paz: Lições Aprendidas*. Trabalho de Investigação Individual do Curso de Estado Maior 1999-2001. IAEM.

Lindbog, C., 2001. *European Approaches to Civilian Crises Management*. Washington: British American Security Information Council.

Lioe, K. E., 2011. *Armed Forces in Law Enforcement Operations? The German and European Perspective*. Essen: Springer.

Lopes, A. J. d. F., 2011. *As Forças de Segurança nas Operações de Gestão de Crises. Lições Aprendidas. Entrevistado por Paulo Silvério* [Entrevista Presencial]. Eurodefense. 27 Dezembro 2011, 12:00.

Lopes, A. P. d. C., 2011a. *As Forças de Segurança nas Operações de Gestão de Crises. Lições Aprendidas. Entrevistado por Paulo Silvério* [Entrevista Presencial]. Supremo Tribunal de Justiça. 22 Dezembro 2011, 16:30.

Machado, M. S., 2006. *Crónicas Militares*. In: *Revista Militar, 2006*. Lisboa: Empresa da Revista Militar.

Madeira, C. M. G. R., 2009. *O Sistema de Planeamento de Forças Nacional. Implicações da Adopção do Modelo de Planeamento por Capacidades.. Cadernos Navais*, Janeiro-Março, pp. 1-106.



Marcelino, M. N., 2012. *As Forças de Segurança nas Operações de Gestão de Crises. Lições Aprendidas. Entrevistado por Paulo Silvério* [Entrevista Presencial] Comando-Geral da GNR. 17 Fevereiro 2012, 17:00.

Marczuk, K. P., 2011. A Contemporary Internal Security Concept an its Implications for Gendarmeri-Type Forces. In: Hovens, J.L.; Elk, G.A.G. van, ed., 2011. *Gendarmeries and the Security Challenges of 21ST Century*. The Hogue: Koninklijke Marechaussee, pp. 69-97.

Martinho, J. D., 2012. *As Forças de Segurança nas Operações de Gestão de Crises. Lições Aprendidas. Entrevistado por Paulo Silvério* [Entrevista Presencial] Comando-Geral da GNR. 02 Janeiro 2012, 17:00.

Meireles, J. M. M., 2012. *As Forças de Segurança nas Operações de Gestão de Crises. Lições Aprendidas. Entrevistado por Paulo Silvério* [Entrevista Presencial] Escola da Guarda em Queluz. 23 Janeiro 2012, 17:00.

Mendes, N. G., 2008. *História e Conjuntura nas Relações Internacionais*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

Ministério da Administração Interna (MAI) e Ministério das Finanças (MF), 2000. *Define o Valor de Pagamento do Suplemento de Missão a Abonar aos Militares da Guarda Nacional Republicana e Elementos da Polícia de Segurança Pública e do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras* (Portaria 792/2000, de 20 de Setembro), Lisboa: Diário da República.

Ministério da Administração Interna (MAI) e Ministério das Finanças (MF), 2003. *Fixação de um Valor Excepcional do Valor do Suplemento de Missão, devido à Especificidade da Missão, e Face ao Contexto e Forças Presentes no TO* (Portaria 1575/2003, de 31 de Outubro), Lisboa: Diário da República.

Ministério da Administração Interna, 2000. *Aplica às Forças e Serviços de Segurança o mesmo Estatuto previsto no DL 233/96, de 7 de Dezembro* (DL 17/2000, de 27 de Agosto), Lisboa: Diário da República.



Ministério da Administração Interna, 2003. *Autoriza o Comandante Geral da Guarda Nacional Republicana a aprontar, sustentar e empregar o efetivo no Iraque* (Portaria 1164/2003, de 15 de Julho), Lisboa: Diário da República.

Ministério da Administração Interna, 2005. *Cria um Regime de Compensação por Invalidez Permanente ou Morte Aplicável aos Membros da GNR, PSP, PM, SEF, Corpo da Guarda Prisional e Corpo da Guarda Florestal* (Decreto-Lei 113/2005, de 13 de Julho), Lisboa: Diário da República.

Ministério da Administração Interna, 2006. *Portaria que Autoriza o Comandante-Geral da GNR a Aprontar, Sustentar e Empregar o Subagrupamento Bravo em Timor-Leste* (Portaria 981/2006, de 25 de Maio), Lisboa: Diário da República.

Ministério da Administração Interna (MAI) e Ministério da Saúde, 2006. *Empenhamento Conjunto do Subagrupamento Bravo e de Equipas do INEM, em Timor-Leste* (Portaria 1046/2006, de 23 de Junho), Lisboa: Diário da República.

Ministério da Administração Interna, 2009. *Aprova o Sistema Remuneratório dos Militares da Guarda Nacional Republicana* (Decreto-Lei 298/2009, de 14 de Outubro), Lisboa: Diário da República.

Ministério da Administração Interna, 2010. *Direção Geral da Administração Interna*. [Online] Available at: <http://www.dgai.mai.gov.pt/?area=102&mid=104&sid=106&ssid=109> [Acedido em 20 Janeiro 2012].

Ministério da Defesa Nacional (MDN), 1996. *Aprova o Estatuto dos Militares em Missões Humanitárias e de Paz no Estrangeiro* (Decreto-Lei 233/96, de 7 de Dezembro), Lisboa: Diário da República.

Ministério da Defesa Nacional (MDN), 2003. *Alteração ao DL 233/96, de 7 de Dezembro, que Aprova o Estatuto dos Militares em Missões Humanitárias e de Paz no Estrangeiro* (Decreto-Lei 299/2003, de 4 de Dezembro), Lisboa: Diário da República.

Ministério da Defesa Nacional (MDN), 2007. *Planeamento Tático e Tomada de Decisão*. Lisboa: Exército Português. Comando da Instrução e Doutrina. .



Ministério da Defesa Nacional (MDN), 2011. *Diretiva Ministerial Orientadora do Ciclo de Planeamento de Defesa Militar*, Lisboa: Despacho do Ministro da Defesa n.º 4/2011, de 31 de Janeiro.

Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE), 1998. *Define países de classe “A”, “B” e “C”*. (Portaria 87/99, de 30 de Dezembro de 1998), Lisboa: Diário da República.

Nações Unidas (NU), 2000. *Report of the Panel on United Nations Peace Operations*. [Em Linha] New York: United Nations. Disponível em: [http://www.un.org/peace/reports/peace\\_operations/](http://www.un.org/peace/reports/peace_operations/) [Consult. 19 Março 2012].

Nações Unidas (NU), 2001. *United Nation Peacekeeping*. [Online] New York: United Nations. Disponível em: <http://www.un.org/en/peacekeeping/operations/past.shtml> [Consult. 15 Janeiro 2012].

Nações Unidas, 2003. *Resolução do CSNU n.º 1483, de 22 de Maio de 2003, Apelando às Participações para Intervenção no Iraque*. [Em Linha] New York: United Nations Disponível em: <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N04/381/16/PDF/N0438116.pdf?OpenElement> [Consult. 20 Janeiro 2012].

Nações Unidas (NU), 2004. *Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas n.º 1546, que Apela às Organizações Regionais e Internacionais para a Estabilização do Iraque*. [Online] Available at: <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N04/381/16/PDF/N0438116.pdf?OpenElement> [Acedido em 20 Janeiro 2012].

Nações Unidas (NU), 2006. *Guidelines for Formed Police Units on Assignment With Peace Operations*, New York: Department of Peacekeeping Operations - Police Division.



---

Nações Unidas (NU), 2007. *Relatórios das Missões do Conselho de Segurança*. [Em Linha] New York: United Nations Disponível em: <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N07/630/45/PDF/N0763045.pdf?OpenElement> [Consult. 23 Janeiro 2012].

Nações Unidas (NU), 2009. *Guidelines and Procedures for Utilization and Employment of UNMIT Formed Police Units within the Mission*, Timor-Leste (Díli): UNMIT Police Component.

Nações Unidas (NU), 2010. *Formed Police Units in United Nation Peacekeeping Operations*, New York: Department of Peacekeeping Operations/Department of Field Support.

Nações Unidas (NU), 2011. *United Nations Integrated Mission in Timor-Leste*. [Em Linha] New York: United Nations Disponível em: <http://www.un.org/en/peacekeeping/missions/unmit/> [Consult. 23 Janeiro 2012].

NATO, 2001. *Allied Joint Doctrine for Peace Support*. AJP - 3.4.1. Bussels: NATO.

NATO, 2006. *Bi-SC Interim Guide for Lessons Learned*. Bussels: NATO.

NATO, 2006a. *Glossary of terms and Definitions (APP - 6)*. Bussels: NATO.

NATO, 2009. *Allied Joint Doctrine for Military Police*. AJP - 3.2.3.3. Bussels: NATO.

NATO, 2010. *Allied Joint Doctrine for Non-Article 5 - Crisis Response Operations*. AJP - 3.4 (A). Bussels: NATO.

Nogueira, J. M. F., 2005. *Pensar a Segurança e Defesa*. Lisboa: Instituto de Defesa Nacional.

Nowak, A., 2006. *Civilian Crisis Management: The UE Way*. Chaillot: Institut for Security Studies. Paper n.º 90.



Nunes, C. M. M., 2012. *As Forças de Segurança nas Operações de Gestão de Crises. Lições Aprendidas. Entrevistado por Paulo Silvério* [Entrevista Presencial] Instituto Geográfico. 16 Janeiro 2012, 17:00.

Oakley, R. B., Dziedzic, M. J. & Goldberg, E. M., 1998. *Policing the New World Disorder: Peace Operations and Public Security*. Washington: National Defense University Press.

Oliveira, F., 1996. *Latim para Juristas*. 4ª ed. ed. Lisboa: Edições Cosmos.

Oliveira, J. F. d., 2006. *As Políticas de Segurança e os Modelos de Policiamento*. Coimbra: Almedina.

Pereira, R. C., 2011. *As Forças de Segurança nas Operações de Gestão de Crises. Lições Aprendidas. Entrevistado por Paulo Silvério* [Entrevista Presencial]. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. 17 Dezembro 2011, 16:00.

Pereira, R., 2007. *Discurso sobre o Tratado que Institui a EUROGENDFOR*. [Em Linha] Lisboa: MAI Disponível em: [https://docs.google.com/viewer?a=v&q=cache:mfaOwDaELQJ:www.eu2007.pt/NR/rdonlyres/64807DD5-2D84-437C-A920-AE045F8B861E/0/20071018RuiPereiraEUROGENDFOR\\_declaracao.pdf+Discurso+do+Ministro+da+Administra%C3%A7%C3%A3o+interna+em+17+de+Outubro+de+2007&hl=pt-P](https://docs.google.com/viewer?a=v&q=cache:mfaOwDaELQJ:www.eu2007.pt/NR/rdonlyres/64807DD5-2D84-437C-A920-AE045F8B861E/0/20071018RuiPereiraEUROGENDFOR_declaracao.pdf+Discurso+do+Ministro+da+Administra%C3%A7%C3%A3o+interna+em+17+de+Outubro+de+2007&hl=pt-P) [Consult. 28 Janeiro 2012].

Presidência do Conselho de Ministros (PCM), 2003. *Define o Regime Excecional para Aquisição de Bens e Serviços* (Resolução do Conselho de Ministros n.º 91/2003, de 18 de Julho), Lisboa: Diário da República.

Presidência do Conselho de Ministros (PCM), 2006. *Comete à GNR a Missão de Aprontar, Sustentar e Empregar uma Força para Acorrer ao Apoio Solicitado pela República Democrática de Timor-Leste* (RCM 68-A/2006, de 30 de Maio), Lisboa: Diário da República.



Presidência do Conselho de Ministros (PCM), 2008. *Resolução de Conselho de Ministros que Autoriza a GNR a Participar na Operação ALTHEA, na Bósnia* (Resolução do Conselho de Ministros 47/2008, de 31 de Janeiro), Lisboa: Diário da República.

Presidência do Conselho de Ministros (PCM), 2009. *Estratégia Nacional de Segurança e Desenvolvimento (Resolução do Conselho de Ministros n.º 73/2009, de 16 de Julho)*, Lisboa: Diário da República.

Presidência do Conselho de Ministros (PCM), Ministério da Administração Interna (MAI) e Ministério das Finanças (MF), 2001. *Regulamenta as condições, o Período e os Montantes de Seguro de Vida para Reparação dos Danos por Morte ou Invalidez Permanente dos Elementos das Forças e Serviços de Segurança dependentes do Ministério da Administração Interna integrados nas missões* (Portaria 91/2001, de 9 de Fevereiro), Lisboa: Diário da República.

Priberam, 2011. *Dicionário Priberam de Língua Portuguesa*. [Online] Available at: <http://www.priberam.pt/dlpo/default.aspx?pal=público-alvo> [Acedido em 30 Outubro 2011].

Quivy, R. & Campenhoudt, L., 2003. *Manual de Investigação Científica*. Lisboa: Gradiva.

Ramalho, J. L. P., 2004. A Componente Não Militar de Defesa. In: *Planeamento Civil de Emergência*. Lisboa: Conselho Nacional de Planeamento Civil de Emergência. Nº 16., pp. 14-17.

Ramos, A. M. d. S., 2012. *As Forças de Segurança nas Operações de Gestão de Crises. Lições Aprendidas. Entrevistado por Paulo Silvério* [Entrevista Presencial] Escola da Guarda em Queluz. 17 Janeiro 2012, 17:00.

Rodrigues, F., 2005. A Guarda Nacional Republicana nas Operações de Paz da ONU. In: Branco, C.M.; Garcia, F.P. *Os Portugueses nas Nações Unidas*. Lisboa: Prefácio, pp. 179-188.



Santos, C. M. d., 2012. *As Forças de Segurança nas Operações de Gestão de Crises. Lições Aprendidas. Entrevistado por Paulo Silvério* [Entrevista Presencial] Comando-Geral da GNR. 20 Janeiro 2012, 17:00.

Santos, L. N. d., 2011. *As Forças de Segurança nas Operações de Gestão de Crises. Lições Aprendidas. Entrevistado por Paulo Silvério* [Entrevista Presencial] Comando-Geral da GNR. 21 Dezembro 2011, 16:00.

Santos, P. J. S. d., 2012. *As Forças de Segurança nas Operações de Gestão de Crises. Lições Aprendidas. Entrevistado por Paulo Silvério* [Entrevista Presencial]. Comando-Geral da GNR. 18 Janeiro 2012, 17:00.

Santos, V. M. d., 2009. *Teoria das Relações Internacionais. Cooperação e Conflito na Sociedade Internacional*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

Saraiva, M. F., 2001. *Governance. Um caminho para a Segurança Cooperativa*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

Schmidl, E. A., 1998. Police Functions in Peace Operations. In: National Defense University, 1998. *Policing The New World Disorder: Peace Operations and Public Security*. Washington: National Defense University Press, pp. 19-41.

Silvério, P. J. A., 2004. *Relatório Final da Missão Iraqui Freedom - 2.º Contingente*, Lisboa: Guarda Nacional Republicana.

Silvério, P. J. A., 2009. *A Nova Ordem Internacional e o Empenhamiento de Forças no Estado de Exceção. O Caso de Portugal*, Lisboa: Tese de Dissertação de Mestrado em Direito e Segurança. Universidade Nova de Lisboa. Faculdade de Direito.

Sousa, F. A. P. d., 2005. *Dicionário de Relações Internacionais*. Santa Maria da Feira: Edições Afrontamento.

Teixeira, H. N. S., 2002. *Contributos para a Política de Segurança Interna: Setembro de 2000 a Março de 2002*). Lisboa: Ministério da Administração Interna.



Teixeira, H. N. S., 2012. *As Forças de Segurança nas Operações de Gestão de Crises. Lições Aprendidas. Entrevistado por Paulo Silvério* [Entrevista Presencial]. Reitoria da Universidade Nova de Lisboa. 03 Fevereiro 2012, 11:00.

Truglio, G., 2008. *Forças Militares versus Forças Policiais do Tipo da Genadarmérie - Complementariedade em Cenários Internacionais de Gestão de Crise*. In: Guarda Nacional Republicana, 2008. Ciclo de Conferências Estratégicas - Tardes de Queluz. Queluz: Escola da Guarda, 24 de Abril de 2008. Queluz, Guarda Nacional Republicana.

União Europeia (UE), 2001. *Europa. Press Releases Rapid*. [Em Linha] Bruxelas: União Europeia. Disponível em: <http://europa.eu/rapid/pressReleasesAction.do?reference=PRES/01/414&format=HTML&aged=1&language=PT&guiLanguage=en> [Consult. 20 Janeiro 2012].

União Europeia (UE), 2002. *European Union Police Mission in Bosnia and Herzegovina*. [Online] Available at: <http://www.eupm.org/Overview.aspx> [Acedido em 20 Janeiro 2012].

União Europeia (UE), 2004. *Jornal Oficial*. [Em Linha] Bruxelas: Comissão da União Europeia. Disponível em: <http://www.csfederalismo.it/images/stories/PESD/eufor-althea/cja-2004-570-cfsp.pdf> [Consult. 28 Janeiro 2012].

União Europeia (UE), 2005. *Concept for rapid deployment of police elements in an EU - led substitution mission.*, s.l.: Council of European Union.

União Europeia (UE), 2006. *Standard IPU and FPU Structures*, Bruxelles: Committee for Civilian Aspects of Crises Management.

União Europeia (UE), 2010. *União Europeia. Relatório Anual do Alto Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança sobre os Principais Aspetos e as Opções Fundamentais da PESD*. [Online]



Available at:  
[http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms\\_data/librairie/PDF/PT\\_PESC%202009\\_web.pdf](http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/librairie/PDF/PT_PESC%202009_web.pdf)

[Acedido em 14 Janeiro 2012].

União Europeia (UE), 2011. *Synthèses de La Legislation. Glossary*. [Online] Available at: [http://europa.eu/legislation\\_summaries/glossary/petersberg\\_tasks\\_en.htm](http://europa.eu/legislation_summaries/glossary/petersberg_tasks_en.htm) [Acedido em 14 Janeiro 2012].

União Europeia (UE), 2012. *Europa. O Portal da União Europeia. Política Externa e Segurança*. [Online] Available at: [http://europa.eu/pol/cfsp/index\\_pt.htm](http://europa.eu/pol/cfsp/index_pt.htm) [Acedido em 19 Janeiro 2012].

Vaz, J., 2004. *Corpos Militares de Polícia*. Lisboa: Brigada Territorial 2. Guarda Nacional Republicana.



Questão Partida	Questões Derivadas (QD)			Hipóteses (H)
De que forma contribuiu a GNR para a consecução dos objetivos da política externa portuguesa, através da sua participação em missões de gestão de crise, com Forças constituídas, no período de 2000 a 2011?	QD1: Quais as missões de gestão de crises em que a GNR participou com forças Constituídas?			H1: A participação da GNR nas missões de gestão de crise dignifica o país.
	QD2: Qual a importância da participação da GNR nas missões de gestão de crises?			H2: A participação da GNR nas missões de gestão de crise é um instrumento do Estado, para a execução da política externa.
	QD3: Quais as lições aprendidas?			H3: A participação da GNR em missões de gestão de crise é benéfica para a Instituição.
	QD4: Quais os canais de comando?			H4: A participação da GNR nas missões de gestão de crise não beneficia o <i>Comprehensive Approach</i> (Forças militares/Civis).
	QD5: As tarefas executadas são essencialmente de natureza policial?			H5: A participação da GNR nas missões de gestão de crise são uma redundância sobre o empenhamento de Forças tipicamente militares.
	QD6: Quem suporta os custos das operações descritas?			H6: As operações são suportadas pelo orçamento da GNR.
	<b>Conceitos</b>	<b>Dimensões de abordagem</b>	<b>Referências</b>	<p>O <b>percurso metodológico</b>: metodologia qualitativa das ciências sociais e humanas, apoiada na pesquisa bibliográfica, para análise documental. Nesta pela hermenêutica entender a dimensão do fenómeno para desenvolver conteúdos.</p> <p>Realizar entrevistas. A técnica de investigação aplicada para o estudo dos teores das entrevistas é a análise de conteúdos. Todas as entrevistas serão transcritas, após anuência dos entrevistados e guardadas em suporte informático.</p> <p>O método a seguir é o hipotético-dedutivo. A organização de uma investigação com recurso a hipóteses é a melhor forma de a realizar com ordem e rigor. Às hipóteses que espelham a problemática estão associados os principais conceitos que devem ser explorados em dimensões.</p> <p>A análise será de exploração qualitativa. Através de documentos escritos e dos conteúdos das entrevistas verificar as hipóteses.</p> <p><b>Fases de construção do modelo análise</b>: <u>Fase 1</u>: QP; <u>Fase 2</u>: Exploração; <u>Fase 3</u>: a problemática; <u>Fase 4</u>: A construção do modelo; <u>Fase 5</u>: Observação; <u>Fase 6</u>: A análise de informação; <u>Fase 7</u>: as conclusões (IAEM, 2007, 33).</p>
H1 a H6	a. GNR	a.1. Força de Segurança; a.2. Natureza Militar.	-Regime Jurídico.	
H1 e H2	b. Política Externa	b.1. Externa.	-Literatura.	
H1 a H3	c. Crises	c.1. Internacional.	-Regime Jurídico nacional -NATO.	
H5 e H6	d. Capacidade	d.1. Conjunto de Elementos articulados para cumprir tarefas.	-Doutrina Nacional	
H4 e H5	e. GCC	e.1. Não Militar.	-EU.	
H1 a H3	f. LA	f.1. Interna da GNR.	-NATO.	
H1 a H3	g. LI	g.1. Interna da GNR.	-EGF.	



**Apêndice 2 – Sinopses das Entrevistas dos Níveis Político/Estratégico, Operacional e Tático.**

**1. Nível Político/Estratégico**

Entidade Níveis: Político/Estratégico; N.º Entrevista	Funções: - Que desempenhou ou - Atuais	Entendimento da participação da GNR, nas missões	As Forças do tipo <i>Gendarmeries</i> preencherem o <i>Security Gap</i>	As Forças do tipo <i>Gendarmeries</i> contribuírem para o <i>Comprehensive Approach</i>	Lições Aprendidas	Integração da GNR na Eurogendfor (EGF)	A participação da GNR nas missões de gestão de crises, como instrumento da política externa do Estado
Dr. Rui Pereira Entrevista N.º 1	-Secretário de Estado no MAI do XIV Gov. Constitucional. - Ex-Ministro da Administração Interna dos XVII e XVIII Gov. Constitucional - Professor no ISCPS.	<b>UNTAET</b> -A GNR tem uma vocação reforçada para estas missões, devido à sua natureza militar, equipamento e preparação. -Permite ser empenhada em situações de risco elevado, próximo do estado de guerra. -É a Força de eleição para as missões de gestão de crise. - Ao nível das OI a natureza militar das Forças de Segurança é encarado como uma mais-valia. -O empenhamento da GNR em Timor foi correto e francamente positivo.	-A participação conjunta das FFAA e da GNR colocou-se com mais acuidade na Bósnia-Herzegovina e depois no Afeganistão. -Quer na Bósnia, quer no Afeganistão foi insistentemente pedida a participação da GNR. -Apercebi-me do interesse dos EUA e de outros atores, da participação da GNR. -A GNR ganhou prestígio internacional em Timor, no Iraque e na Bósnia. -No empenhamento conjunto deve existir uma articulação entre o CEMGFA e o Cmd da GNR e Ministros das Tutelas.	- É uma necessidade confirmada empiricamente de forma repetida. -A participação de Forças de Segurança de natureza militar é útil e pertinente e favorece o <i>Comprehensive Approach</i> . -Exige uma interpenetração entre Segurança e Defesa. -A Defesa continua a ter autonomia em relação à Segurança, mas é verdade que a interpenetração dos conceitos é maior e a interdependência de meios é necessária. - As FFAA não podem ministrar formação às Forças de polícia, nos TO. É tarefa de polícias. - O <i>Comprehensive Approach</i> é necessário para os atuais TO.	-Forças de Segurança com capacidades, bem preparadas e a um patamar elevado em relação às Forças de outros países. -Bom planeamento, preparação e execução de grandes eventos. -Excelentes resultados. -Os prestígios alcançados em Timor, no Iraque, Bósnia e Afeganistão são reconhecidos internacionalmente. - A participação das Forças de Segurança nas missões são fonte de aprendizagem e valorização. -	-Considero relevante e positivo. -Embrião da polícia da UE. -O Ministro do interior alemão, atual Ministro das Finanças <i>Wolfgang Schäuble</i> confidenciou que gostaria de ter uma Polícia como a GNR. -Uma Força como a GNR pode ter uma eficácia e eficiência próxima das FFAA, sem o envolvimento militar dos Estados. - A EGF, a <i>Frontex</i> , a <i>Eurojust</i> , são muito importantes.	- Concordo inteiramente. - O modelo policial dualista em Portugal tem dado provas positivas ao país e a natureza militar da GNR é uma mais-valia.
Dr. Figueiredo Lopes Entrevista N.º 4	-Deputado do Parlamento Europeu em 1998. - Ex-Ministro da Defesa do XII Gov. Constitucional. - Ex-Ministro da Administração Interna do XV Gov. Constitucional. - Presidente da EURODEF ENSE.	<b>Iraqi Freedom</b> -Resultados muito positivos. -Trabalho muito sério na preparação. -Necessário reforçar o orçamento da Guarda. -Novas viat. Blindadas. -A GNR foi empenhada para manter a ordem e a segurança. - A GNR estava integrada numa MSU, que por sua vez, integrava uma Brigada do Exército Italiano, o que põe em relevo a importância da natureza militar da GNR.	-Concordo em absoluto. -Pela nova tipologia de ameaças há que maximizar sinergias e a interoperabilidade de todas as componentes. -As Forças da Guarda, pela sua natureza e organização militar e pelo seu posicionamento entre as FFAA e as Polícias Cívicas, encontra-se bem posicionada para intervir, em primeira linha. -A intervenção militar deve ser acompanhada por Forças de Polícia especialmente preparadas e mesmo por civis especialistas.	-O <i>Comprehensive Approach</i> anda à volta do modelo de gestão de crises iniciado e desenvolvido pela UE. - A NATO tem evoluído neste assunto, devido às lições aprendidas no Afeganistão. -Quanto mais a NATO avança pelo modelo <i>Comprehensive Approach</i> , mais perplexidade suscita nos países simultaneamente membros da NATO – aliança militar – e da EU, organização eminentemente civil, política e económica. Se não houver diálogo entre as Organizações pode haver desperdício.	-Necessidade da legitimação inequívoca das NU para garantir a compreensão e o apoio da comunidade. -A larga maioria dos portugueses manifestam a sua compreensão e apoio à participação de Forças Nacionais em missões internacionais, como no caso da GNR. Este aspeto reforça a confiança e a moral dos militares.	-Eu acho que foi uma boa ideia. - Reforçou-se a capacidade europeia de gestão de crises. -As missões integram-se na ajuda humanitária e nas operações de manutenção de paz. -O conceito permite aumentar a eficácia da Europa no cumprimento das missões de segurança. -Intercâmbio entre Forças da UE.	-Sem dúvida. -A GNR tem demonstrado uma capacidade de relacionamento e de ação publicamente reconhecida pelos Países onde intervém, prestigiando Portugal na ordem internacional. - A GNR deve ser recomendada para estas missões e é uma razão para manter a dualidade do modelo policial. -A GNR está mais preparada para atuar em cenários desestabilizados e de perigosidade acrescida. Os factos comprovam-no no Iraque, em Timor.



## As Forças de Segurança nas Operações de Gestão de Crises. Lições Aprendidas.

Entidade Níveis: - Político/ Estratégico. N.º Entrevista	Funções: - Que desempenhou ou - Atuais	Entendimento da participação da GNR, nas missões	As Forças do tipo <i>Gendarmeries</i> preencherem o <i>Security Gap</i>	As Forças do tipo <i>Gendarmeries</i> contribuirão para o <i>Comprehensive Approach</i>	Lições Aprendidas	Integração da GNR na Eurogendfor (EGF)	A participação da GNR nas missões de gestão de crises, como instrumento da política externa do Estado
<p style="text-align: center;"><b>Dr. Severiano Teixeira</b></p> <p style="text-align: center;">Entrevista N.º 14</p>	<p>- Ex-Ministro da Defesa do XVII Gov. Constitucional.</p> <p>- Ex-Ministro da Administração Interna dos XIV Gov. Constitucional</p> <p>- Reitor da UNL.</p>	<p><b>UNTAET</b></p> <p>-A GNR participou na UNTAET com uma Força, de escalão companhia.</p> <p>-O resultado foi altamente positivo.</p> <p>-Testemunhei em Timor a função essencial da GNR.</p> <p>-A integração da GNR na UNTAET e o excelente desempenho nas áreas de restabelecimento e manutenção da Ordem Pública e aceitação pela população, em muito contribuiu para a estabilização de Timor.</p>	<p>-Concordo inteiramente.</p> <p>-Do ponto de vista teórico esse empenhamento faz sentido e a prática demonstra-o. São exemplos Timor, Bósnia e Kosovo.</p> <p>-As Forças de polícia, de natureza militar, são uma mais-valia porque garantem a interoperabilidade com as FFAA e asseguram a estabilização dos TO, até estarem reunidas as condições para as autoridades civis trabalharem.</p>	<p>-As Forças tipo <i>Gendarmeries</i> são um instrumento fundamental na resolução de conflitos, se empenhadas entre o período de guerra e os estados de normalidade.</p> <p>-Os países com estas Forças tem um papel acrescido na resolução de conflitos, porque dispõem de um instrumento crucial, para a ordem interna e internacional.</p>	<p>-A participação da GNR nas missões é um fator de prestígio e de credibilidade externa do país.</p> <p>-O país deve reforçar, desenvolver e potenciar este instrumento.</p> <p>-A participação significa modernização de meios para a GNR, atualização de doutrina e melhoram a moral dos militares da Instituição</p>	<p>-Sempre fui da opinião que Portugal deveria participar na EGF.</p> <p>-A UE quando decidiu criar e potenciar a capacidade de gestão civil de crises, pensou justamente, empregar as Forças do tipo <i>Gendarmeries</i></p> <p>-A EGF é fundamental para a gestão de crises.</p> <p>- Os países com estas Forças têm um maior peso na cena internacional.</p>	<p>- Claro que sim.</p> <p>-O instrumento militar e de segurança e a GNR em particular é em boa medida, o único instrumento que se mantém, na total dependência da soberania do Estado.</p> <p>- As missões são um importante instrumento de política externa.</p>
<p style="text-align: center;"><b>Dr. António Costa</b></p> <p style="text-align: center;">Entrevista N.º 20</p>	<p>-Ex-Ministro dos Assuntos Parlamentares do XII Gov. Constitucional.</p> <p>- Ex-Ministro da Justiça XIV Gov. Constitucional</p> <p>- Ex-Ministro da Administração Interna dos XVII Gov. Constitucional.</p> <p>- Presidente da CM de Lisboa.</p>	<p><b>Operação LAFAEK e UNMIT</b></p> <p>Os timorenses tinham uma excelente recordação da GNR aquando da missão UNTAET. O governo timorense solicitou especificamente a GNR e o desempenho foi positivo e confirmado a 120%. A prova é que a GNR ainda se mantém em Timor.</p>	<p>A interoperabilidade com as Forças Armadas, no nosso sistema de Forças é mais facilmente obtida pela GNR. Esta forma de empenhamento faz sentido, necessitamos cada vez mais de complementaridade. A combinação de técnicas e saberes é sempre adequada.</p>	<p>Considero que esse modo de empenhamento é cada vez mais essencial, porque os conflitos são cada vez mais polimórficos.</p> <p>Em Timor, em 2006, a GNR desempenhou outras tarefas tão importantes, como as tarefas de polícia. E isto é muito importante.</p>	<p>A GNR tem uma capacidade rara, em termos nacionais de operacionalizar tarefas difíceis. É uma capacidade ímpar, a nível nacional e é uma Instituição com quem tive o prazer de trabalhar ao nível de excelência.</p>	<p>A missão da EGF é muito relevante. Portugal tem de contribuir para o sistema de segurança coletivo e a EGF é uma das formas de contribuição. A EGF tem contribuído para o enriquecimento profissional da GNR, melhoria de equipamentos.</p> <p>A EGF é muito positiva.</p>	<p>Concordo inteiramente. Portugal desde sempre sustentou a sua soberania na capacidade de projeção, a nível mundial, de delegações, pela língua e pela presença física, que passa pela presença das Forças Armadas e Forças de Segurança no mundo.</p>



## 2. Nível Operacional

Entidade Níveis: - Operacional N.º Entrevista	Funções: - Que desempenhou ou - Atuais	Entendimento da participação da GNR, nas missões	As Forças do tipo <i>Gendarmeries</i> preencherem o <i>Security Gap</i>	As Forças do tipo <i>Gendarmeries</i> contribuírem para o <i>Comprehensive Approach</i>	Lições Aprendidas	Integração da GNR na Eurogendfor (EGF)	A participação da GNR nas missões de gestão de crises, como instrumento da política externa do Estado
TGen Mourato Nunes Entrevista N.º 2	- Ex-Comandante e Geral da GNR. - Presidente do IGEO.	<p><b>UNTAET</b></p> <p>-A GNR encarou com grande profissionalismo o a solicitação do poder político para integrar a UNTAET.</p> <p>-A ligação entre o decisor político e o decisor operacional foi excelente.</p> <p>-A participação da GNR na UNTAET foi reconhecida internacionalmente.</p> <p>- Ganhou-se experiência e capacidade.</p> <p>-Em todos os processos de transição de situações pós guerra a GNR pode ser empenhada se o nível de risco o permitir.</p> <p><b>IRAQUE</b></p> <p>-Cenário mais complexo, mas foi brilhante.</p> <p>-Tudo foi preparado ao mais ínfimo pormenor.</p> <p>- a GNR soube como ninguém, planear, aprontar, projetar, executar e fazer a retração.</p> <p>-Reequipou-se e adquiriu viat.blindadas.</p> <p>-No TO a prestação foi excelente.</p> <p>-Mais uma vez houve um bom entendimento entre o poder político e o Cmd da Guarda.</p>	<p>-Concordo com o conceito desde 2000.</p> <p>-Conhecendo as necessidades dos TO e sabendo das capacidades da GNR estava consciente da validade do conceito.</p> <p>-A GNR é que deve ser a especialista das missões de Manutenção e Restabelecimento de Ordem Pública. As FFAA não devem ter estas missões.</p> <p>-Sempre considerei ser preferível aos contingentes das FFAA integrarem militares da GNR para aquelas missões que serem os militares a cumpri-las.</p>	<p>- Concordo. A resposta direta é sim, claramente.</p> <p>-O empenhamento conjunto das FFAA com a GNR é uma necessidade dos modernos TO.</p> <p>-A GNR deveria ter um centro de formação de operações de manutenção de paz. Era algo importante para o país. Nenhum país da CPLP tem a experiência que Portugal tem.</p>	<p>- As Forças só devem integrar as missões, bem preparadas e equipadas. A participação só vale a pena fazê-lo bem.</p> <p>-É necessário um rigoroso planeamento.</p> <p>-É crucial uma boa ligação entre o Comando da Guarda e o poder político.</p>	<p>- Na EGF fui apelidado como o padrinho</p> <p>-O repto foi lançado pela Ministra da Defesa de França e o nosso Ministro da Defesa de então, Dr. Paulo Portas teve boa visão estratégica e aceitou.</p> <p>-Inicialmente a GNR disponibilizou 150 militares.</p> <p>-A EGF é uma excelente ferramenta para a UE.</p> <p>-A criação foi importante para a afirmação das Forças de polícia de natureza militar.</p> <p>-As Forças do tipo <i>Gendarmeries</i> são muito flexíveis e o seu emprego na Bósnia foi um sucesso.</p> <p>-Pode contribuir para a segurança em qualquer parte do mundo.</p> <p>-A credibilidade da GNR é reconhecida internacionalmente e a nossa opinião é tida em consideração, no Comité Militar da EGF.</p>	<p>-Tenho a perfeita consciência e não tenho dúvidas que um dos mais importantes vetores da política externa portuguesa foi Portugal estar presente nas missões internacionais. Desde a década de 90 que é assim.</p> <p>-Não retirando qualquer mérito às FFAA, porque merecem-no na totalidade, mas a projeção de um contingente da GNR é sempre mais barato. Na atualidade é importante.</p>



## As Forças de Segurança nas Operações de Gestão de Crises. Lições Aprendidas.

Entidade Níveis: - Operacional N.º Entrevista	Funções: - Que desempenhou ou - Atuais	Entendimento da participação da GNR, nas missões	As Forças do tipo <i>Gendarmeries</i> o <i>preencherem</i> a <i>Security Gap</i>	As Forças do tipo <i>Gendarmeries</i> contribuírem para o <i>Comprehensive Approach</i>	Lições Aprendidas	Integração da GNR na Eurogendfor (EGF)	A participação da GNR nas missões de gestão de crises, como instrumento da política externa do Estado
<p style="text-align: center;"><b>TGen Cunha Lopes</b> Entrevista N.º 3</p>	<p>- Ex-Cmdt da BTer 2. -Ex- 2º CmdtGral GNR - Juiz Conselheiro Militar.</p>	<p><b>IRAQUE</b> -GNR demonstrou organização e foi altamente disciplinada. - A forma como foi executada a missão foi brilhante, a todos os níveis. -O respeito pela separação das decisões político/estratégicas, das decisões operacionais/táticas foi determinante para o sucesso da Missão. -Foi fundamental um processo de decisão reduzido. O Cmdt Geral no vértice e o 2º Cmdt Geral e EM a apoiar as decisões. Um Oficial General, então 2º Cmdt Geral mais ligado à Força e o CEM mais ligado aos Cmds inglês e italiano, mas sempre em permanente interação. Os Cmdts dos contingentes foram envolvidos no processo. - Grande flexibilidade na correção das decisões com base nas LA no desenrolar da missão. -A separação entre os diversos níveis de decisão, foi a chave do processo de decisão. -O Cmd da Guarda soube ouvir e decidir.</p>	<p>-Graus de violência diferentes, exigem graus de resposta diferentes. -As Forças do tipo <i>Gendarmeries</i> encaixam-se perfeitamente nas FFAA. Tem formação idêntica e muitas vezes conjunta, parte do equipamento ligeiro é igual, regem-se por estatutos e códigos idênticos. -O recrutamento deste tipo de Forças vindo das FFAA aumentam a proficiência e agilizam a interoperabilidade. -Grande parte dos militares que integraram os contingentes da GNR para o Iraque já tinham cumprido missões na Bósnia, Kosovo ou em Timor, mas ao serviço das FFAA. -Nas op. de gestão de crises pode acontecer que em certa cidade as Forças de <i>Gendarmerie</i> estejam a executar uma operação humanitária, noutra parte da cidade as FFAA estejam a garantir a proteção necessária às Forças <i>Gendarmeries</i> e ainda, noutra parte da cidade estejam a decorrer violentos combates.</p>	<p>-O novo conceito da NATO assenta em lições aprendidas. -O empenhamento da GNR no Iraque é o exemplo claro deste conceito. -O Subagrupamento ALFA da GNR este enquadrado numa MSU que estava integrada numa Brigada do exército italiano. -Mesmo em tempo de paz, a GNR deve depender do CEMGFA sempre que solicitada a projetar Forças para este tipo de operações, tal como acontece no Afeganistão.</p>	<p>-Separação dos níveis de decisão. -Todas as decisões referentes à Força foram do Cmd da GNR. Esta foi uma lição. -As intervenções nos OCS eram coordenadas com o Cmd da GNR. -O Homem, elemento de decisão e centro de gravidade de todas as decisões. -A capacidade que a GNR demonstrou em manter o moral elevado dos militares dos contingentes, foi multiplicadora das capacidades. - O apoio da retaguarda às famílias deve ser tido em consideração, no futuro. - <i>Scolari</i> referiu-se aos militares, o Primeiro-Ministro abriu a residência Oficial para os familiares. -Voos de sustentação com mantimentos, condecorações e louvores, mensagens de correio eletrónico de encorajamento, são procedimentos que podem ser encarados como lições aprendidas, porque melhoram a capacidade e prestação das Forças empenhadas.</p>	<p>-Quem beneficiou foi a EGF. -As capacidades demonstradas em Timor e mais tarde no Iraque, provaram que somos os melhores da Europa e do Mundo. -Levamos para a EGF toda a nossa experiência e saber. -A nossa organização e formação coletiva, mas acima de tudo, os Homens, os Guardas de Portugal enriquecem a EGF.</p>	<p>-A maioria das missões em que a Guarda tem participado no estrangeiro, enquadra-se no que se pode considerar na Diplomacia de Defesa do Estado português.</p>



## As Forças de Segurança nas Operações de Gestão de Crises. Lições Aprendidas.

Entidade Níveis: - Operacional N.º Entrevista	Funções: - Que desempenhou - Atuais	Entendimento da participação da GNR, nas missões	As Forças do tipo <i>Gendarmeries</i> o preencherem a <i>Security Gap</i>	As Forças do tipo <i>Gendarmeries</i> contribuírem para o <i>Comprehensive Approach</i>	Lições Aprendidas	Integração da GNR na Eurogendfor (EGF)	A participação da GNR nas missões de gestão de crises, como instrumento da política externa do Estado
<p style="text-align: center;"><b>TGen Nelson Santos</b> Entrevista N.º 5</p>	<p>- Ex-Comandante e Geral da GNR Reformado.</p>	<p><b>UNTAET</b> -Reconhecimento e afirmação da Guarda e contributo de Portugal para a paz no mundo. -Correta decisão da presença da Guarda no Iraque.</p>	<p>-Sou um acérrimo defensor da participação de Forças, tipo <i>Gendarmeries</i>, nos processos de gestão de crises. - As Forças de <i>Gendarmeries</i> ao assegurarem o <i>security gap</i> permitem uma transição para a paz de forma continuada e graduada. Este empenhamento credibiliza a gestão de crises em si e contribuem, significativamente, para o clima de paz e tranquilidade locais. -Sem dúvidas. As experiências recolhidas em múltiplas operações de gestão de crises não deixam dúvidas sobre a importância dos múltiplos componentes que devem estar presentes. -Comandei a EUROFOR e a operação Concórdia em FYRO, na Macedónia e comprovei a eficácia desta abordagem alargada.</p>	<p>- Sem dúvida. As experiências recolhidas durante as múltiplas operações de gestão de crises não deixam dúvidas sobre a importância da interação das múltiplas componentes que devem estar presentes neste tipo de operações. -As missões internacionais atribuídas à GNR, nas missões, só podem ser cumpridas pela Guarda. - No TO todas as componentes (financeira, de assessoria técnica, formativa e de inspeção) foram coordenadas pelo Alto representante da UE para a Política Externa e de Segurança Comum. -A UE é a única Organização Internacional com capacidade para dar resposta a uma crise que exija o empenhamento de capacidades múltiplas. -Nestas operações a unidade de comando, controle e utilização de meios credíveis e tecnicamente capazes são indispensáveis.</p>	<p>- Reconhecimento da importância de militares da GNR nas missões além-fronteiras. -Seleção de militares. Deverá ser sempre exigida elevada competência profissional. -A distância geográfica a que estas missões decorrem do nosso país, exige sempre, uma grande atenção do Comando da Guarda e dos Comandantes do TO, sobre o moral e bem-estar dos militares e do comportamento, junto das populações. -Definir um claro canal de comando na organização, onde a Força se vai inserir. -Necessidade de garantir a interoperabilidade de meios. -Cuidado na escolha dos nossos parceiros internacionais, seja para efeitos de integração, seja para fins logísticos.</p>	<p>-Sem dúvida que a presença da Guarda nos OI valoriza a Instituição e dignifica o país, mais a mais quando essa participação atinge níveis reconhecidos e valor e qualidade. -O reconhecimento internacional da GNR como Instituição de excelência é uma realidade comprovada pela forma como as nossas Forças são apreciadas quer pelos nossos parceiros da EGF, quer pelas OI e populações que reconhecem o trabalho desenvolvido.</p>	<p>- As FND (militares e de Segurança) expedicionárias são dos melhores embaixadores de Portugal.</p>



## As Forças de Segurança nas Operações de Gestão de Crises. Lições Aprendidas.

Entidade Níveis: - Operacional N.º Entrevista	Funções: - Que desempenhou - Atuais	Entendimento da participação da GNR, nas missões	As Forças do tipo <i>Gendarmeries</i> preencherem o <i>Security Gap</i>	As Forças do tipo <i>Gendarmeries</i> contribuírem para o <i>Comprehensive Approach</i>	Lições Aprendidas	Integração da GNR na Eurogendfor (EGF)	A participação da GNR nas missões de gestão de crises, como instrumento da política externa do Estado
<p style="text-align: center;"><b>MGen Carlos Chaves</b></p> <p style="text-align: center;">Entrevista N.º 7</p>	<p>- Ex-Comandante da EG e do CDF.</p> <p>- Assessor Militar para assuntos de Segurança e Defesa de SEXA o Primeiro-Ministro.</p>	<p>- As missões da Guarda, em Timor, no Iraque, na Bósnia e no Afeganistão têm sido cumpridas com Honra, com profissionalismo, disponibilidade, capacidade e acima de tudo cumpriu os Superiores Interesses que o Estado determinou.</p> <p>-O sentimento do Dever cumprido é um estímulo para o futuro.</p>	<p>-Atendendo à realidade e às circunstâncias não há outro caminho a seguir.</p> <p>-Ignorá-lo será sempre prestar um mau serviço a Portugal e aos portugueses.</p>	<p>-Sem qualquer dúvida.</p> <p>-Só o excessivo corporativismo e um excessivo deficit de mercado, por razões não aceitáveis, dificultam o procedimento.</p> <p>-Nos dias de hoje é essencial por em prática o caminho da complementaridade, sendo certo que esta nunca funciona nos dois sentidos.</p>	<p>-É necessário estudar e sistematizar as lições aprendidas.</p>	<p>-Sem qualquer dúvida.</p>	<p>-É óbvio que sim, sem qualquer “clubite” ou amor próprio, mas com pleno realismo e análise crítica.</p>
<p style="text-align: center;"><b>Cor. Jorge Esteves</b></p> <p style="text-align: center;">Entrevista N.º 15</p>	<p>-CEM EGF</p> <p>-Cmdt da EGF</p> <p>-Direção de operações da GNR.</p>	<p><b>EGF</b></p> <p>-A integração de Forças na EGF fomenta a doutrina e novos conhecimentos. A multinacionalidade é uma mais-valia.</p> <p>-Pelas missões exercidas pela GNR, a instituição grangeia de prestígio e credibilidade internacionais e estes aspetos são tidos em consideração nas negociações.</p>	<p>O termo <i>Security Gap</i> surgiu na doutrina americana, quando verificaram no Kosovo e Bósnia que as Forças de Polícia de natureza militar podiam cumprir tarefas de polícia que as Forças armadas estavam a desempenhar sem terem meios e capacidades.</p>	<p>Na NATO o <i>comprehensive approach</i> e no âmbito da EU as operações de gestão de crise.</p>	<p>- As LA advêm do decorrer das missões: Bósnia, no Haiti e no Afeganistão.</p> <p>- A destacar a ausência de uma estrutura logística com capacidade de sustentar as Forças nos Teatros de Operações.</p> <p>-Existe uma grande afinidade entre os princípios operacionais das Forças do tipo <i>Gendarmeries</i>.</p> <p>- A EGF tem-se credibilizado nas missões que cumpriu.</p>	<p><b>EGF</b></p> <p>-A integração de Forças na EGF fomenta a doutrina e novos conhecimentos. A multinacionalidade é uma mais-valia.</p> <p>-Pelas missões exercidas pela GNR, a instituição grangeia de prestígio e credibilidade internacionais e estes aspetos são tidos em consideração nas negociações.</p>	<p>Claramente que sim.</p>



### 3. Nível Tático

Entidade Nível:  - Tático N.º Entrevista	Funções: - Que desempenhou - Atuais	Níveis de Comando	Lições Aprendidas	Integração das Forças da Guarda, em contingentes da CPLP	A participação da GNR nas missões de gestão de crises, como instrumento da política externa do Estado
<p><b>Cap Duque Martinho</b></p> <p>Entrevista N.º 6</p>	<p>- Cmdt SubAg. Bravo UNMIT (1.º Contingente) - Cmdt SubAgrupamento BRAVO.</p>	<p><b>UNMIT</b> -O Subagrup. BRAVO, em Timor-Leste, é uma FPU. Em termos operacionais depende do PC das NU. -Do ponto de vista administrativo/logístico depende de Portugal pelo MoU, com as NU. - Do ponto de vista funcional e operacional depende das NU, estando sob comando completo.</p>	<p>-A GNR já projetou cerca de 27 contingentes, para missões internacionais. -As pessoas envolvidas na conceção, projeção e manutenção das Forças são praticamente as mesmas. - O modelo para projeção de Forças da GNR é um sucesso, em termos de organização, projeção e manutenção. -Era importante estudar a eficácia e eficiência e se criar bases de dados para se analisar objetivamente as Forças empenhadas. Saber ao momento, quantas detenções, quantos militares feridos, quantos infetados, etc. - Para existirem lições aprendidas é necessário existirem estudos, conclusões, documentos oficiais.</p>	<p>- Do meu ponto de vista faz todo o sentido que a GNR seja projetada conjuntamente com as FFAA portuguesas, ou da CPLP, para rentabilizar e explorar o sucesso da Força como um todo.</p>	<p>-É o principal instrumento de política externa do Estado português. -A presença de “Forças de bandeira”, em especial Forças militares, num país terceiro, é o expoente máximo do envolvimento de Portugal nesse país. -Em Timor a cooperação é vasta, no entanto, a que tem mais visibilidade, mais representatividade e sobre a qual os Timorenses mais depositam confiança e esperança é a GNR.</p>
<p><b>Maj Pedro Oliveira</b></p> <p>Entrevista N.º 8</p>	<p>- Cmdt Subag. ALFA Iraque (4.º Contingente) - Cmdt do Grupo de Intervenção e Ordem Pública da UI.</p>	<p><b>IRAQUE</b> -Ao nível político, em termos internacionais dependíamos do Secretário de Estado Americano. -Em termos operacionais eramos empenhados sob o comando tático do Cmdt da MSU e sob controlo operacional da Multinational Division. -Ao nível Administrat. dependíamos da GNR</p>	<p><b>Como positivas:</b> -A missão prestigiou o país e a Instituição. -Melhoramos a capacidade de adaptação e a análise do problema tático; <b>Como negativas:</b> -Militares com muitas missões. Para melhorar as LA é necessário medidas para os militares não realizarem muitas missões seguidas; As missões devem perdurar no máximo 2 a 3 anos; não deixar acabar os mecânicos, técnicos de frio e cozinheiros na UI; reforçar o GIOP com efetivos; melhorar o fardamento; e os cmdts devem visitar os TO regularmente.</p>	<p>-Sou por natureza apreensivo no que diz respeito à “mistura” de contingentes. -É necessário uma formação conjunta e definir equipamento e armamento para assegurar a interoperabilidade -Se forem feitas coligações, porque não com a CPLP? Os objetivos é que devem ser bem definidos.</p>	<p>-Sem dúvidas que é. -No caso do Iraque não se rentabilizou o resultado. -As Forças quando vão para as missões devem saber dos objetivos estratégicos da política externa e isso não tem acontecido.</p>



## As Forças de Segurança nas Operações de Gestão de Crises. Lições Aprendidas.

Entidade Nível: - Tático N.º Entrevista	Funções: - Que desempenhou - Atuais	Níveis de Comando	Lições Aprendidas	Integração das Forças da Guarda, em contingentes da CPLP	A participação da GNR nas missões de gestão de crises, como instrumento da política externa do Estado
<p style="text-align: center;"><b>Maj António Ramos</b></p> <p style="text-align: center;">Entrevista N.º 9</p>	<p>- Cmdt Subag. ALFA Iraque (3.º Contingente) - Oficial de Educação Física na EG.</p>	<p><b>IRAQUE</b> Ao nível político, em termos internacionais dependíamos do Secretário de Estado Americano. -Em termos operacionais eramos empenhados sob o comando tático do Cmdt da MSU e sob controlo operacional da Multinational Division. Em termos funcionais dependíamos do Cmd da MSU. -Ao nível Administrat. dependíamos da GNR</p>	<p><b>Como positivas:</b> -O treino e a preparação dos militares permitiu que as tarefas específicas atribuídas fossem cumpridas com sucesso. -O sucesso da missão dependeu da vocação e capacidade dos militares da GNR promoverem a paz e amizade entre povos, com a disciplina que os caracteriza. - A preparação, através da instrução, e o equipamento contribuíram para o sucesso. <b>Como negativas:</b> - Falta de preparação e treino psicológico para situações de guerra na fase de aprontamento da Força.</p>	<p>-Considero como de muito positivo o aproveitamento da experiência de militares da GNR em contingentes da CPLP. -Portugal deve de aproveitar a experiência colhida e contribuir com o capital intelectual, técnico e tático dos militares da GNR para ajudar a potenciar as relações multilaterais de cooperação e desenvolver, sempre que possível, qualitativamente as congéneres da CPLP.</p>	<p>-Não tenho dúvidas que sim.</p>
<p style="text-align: center;"><b>Maj Paulo Santos</b></p> <p style="text-align: center;">Entrevista N.º 10</p>	<p>- Oficial de ligação da RRU - UNTAET - Direção de INFO.</p>	<p><b>UNTAET</b> A RRU da GNR estava integrada na estrutura da CIVPOL das NU e sob o controlo operacional do PC.</p>	<p>-Natureza militar e policial são mais-valias, porque asseguram a interoperabilidade com as FFAA e civis Aprontamento/formação e estudo do TO são muito importantes. -Auto-sustentabilidade da Força foi uma vantagem. -Necessário implementar Sistemas de Informação interoperáveis para suprir necessidades de "Intell". -É necessário registar ensinamentos e conhecimentos sobre este tipo de experiências, para existir um acervo doutrinário próprio e específico. Tornava a GNR distinta. - A existência de Forças como a GNR para combater a criminalidade urbano é crucial.</p>	<p>-Claramente que existem vantagens. Um dos princípios que rege a CPLP, é o primado da paz, da democracia, do Estado de direito, dos direitos humanos e da justiça social, num escopo de cooperação mútua entre os seus membros que através de uma língua comum potenciam este primado. A língua Portuguesa constitui um fio condutor e uma semântica comum que agiliza decisivamente a troca de informações, a aproximação e a coordenação de esforços entre diferentes atores que intervêm em operações de missões de paz. -A GNR tem experiência e saber que podiam ser transmitidos.</p>	<p>- Concordo. - Na área da política externa o nosso investimento poderá se materializar através da exploração da nossa experiência, dos nossos sucessos, dos nossos resultados e através do prestígio da nossa instituição. - Atualmente a GNR é no âmbito internacional um "Conceito ou Produto" de superior qualidade. - A dualidade da natureza da GNR permite-lhe satisfazer mais "clientes".</p>



## As Forças de Segurança nas Operações de Gestão de Crises. Lições Aprendidas.

Entidade Nível: - Tático N.º Entrevista	Funções: - Que desempenhou - Atuais	Níveis de Comando	Lições Aprendidas	Integração das Forças da Guarda, em contingentes da CPLP	A participação da GNR nas missões de gestão de crises, como instrumento da política externa do Estado
<p><b>Cap. Marco Cruz</b></p> <p>Entrevista N.º 11</p>	<p>- Cmdt Comp<sup>a</sup> Bósnia - Cmdt de Comp<sup>a</sup>. do Grupo de Intervenção e Ordem Pública da UI.</p>	<p><b>Operação Altheia – Bósnia</b> A Companhia ALFA integrava a IPU, sob Comando operacional do comandante da IPU. -Em termos funcionais os pelotões, de nacionalidades diferentes, estavam sob o meu comando. -Em termos administrativos/logísticos os contingentes dependiam das respetivas Nações. Em termos operacionais dependia a Companhia do COMEUFOR.</p>	<p>-Capacidade das Forças da Guarda para diversos cenários (Bósnia, Timor e Iraque). -Capacidade dos militares da GNR para estabelecerem ligações a outros atores, civis ou militares. <b>Como pontos a melhorar:</b> -Tendência para se projetar os contingentes, de acordo com a mesma articulação da Força. Para cada cenário deve existir uma articulação. -Adaptar a doutrina nacional à internacional, por exemplo das NU. -Centralizar os assuntos das missões internacionais no CTAFMI/UI/GNR -Consolidar as lições aprendidas, para as aproveitar. -Fomentar o desenvolvimento da doutrina e a obrigatoriedade dos Relatórios dos Comandantes.</p>	<p>- Sou defensor acérrimo da projeção internacional da Guarda além-fronteiras. -No espaço da CPLP a cooperação poderia ser mais desenvolvida a favor do país.</p>	<p>- Sem dúvida que sim. Foi assim reconhecida pelo Prof. Dr. Severiano Teixeira, enquanto Ministro da Administração Interna.</p>
<p><b>Cap. Carlos Coelho</b></p> <p>Entrevista N.º 16</p>	<p>- Cmdt Cont. NMT-A - Gab. do 2º Cmdt-Geral da GNR.</p>	<p><b>NMT-A</b> -O contingente foi colocado na cadeia de comando da FND, sob o Cmd funcional da EGF. O apoio logístico era assegurado pela <i>Gendarmerie</i> Francesa.</p>	<p><b>Positivas</b> -A grande capacidade dos militares da GNR em se adaptarem. -Capacidade em se estabelecerem laços de amizade com a população local. -Para se potenciar as lições aprendidas é explorar o conhecimento adquirido de quem integrou a missão, quer através de palestras, quer pela criação de doutrina. <b>Negativas</b> -O planeamento foi realizado segundo condições que não estavam asseguradas e tendo por referência informações que não se confirmaram.</p>	<p>Não aplicada.</p>	<p>-Sem dúvida. -A missão no Afeganistão demonstrou-o, pelos rasgados elogios que foram efetuados à participação da GNR, na NTM-A.</p>



As Forças de Segurança nas Operações de Gestão de Crises. Lições Aprendidas.

Entidade Nível: - Tático N.º Entrevista	Funções: - Que desempenhou - Atuais	Níveis de Comando	Lições Aprendidas	Integração das Forças da Guarda, em contingentes da CPLP	A participação da GNR nas missões de gestão de crises, como instrumento da política externa do Estado
<p><b>Cap. Jorge Barradas</b></p> <p>Entrevista N.º 17</p>	<p>- Cmdt Comp<sup>a</sup> Bósnia - 2º Cmdt do Grupo de Intervenção e Ordem Pública da UI.</p>	<p><b>Operação ALTHEIA – Bósnia</b> -A missão foi sob a égide da UE e contribuiu para a EUFOR. -A supervisão era da EGF. -A nível administrat. dependíamos de Portugal.</p>	<p><b>Positivas</b> -GNR demonstrou ter boas capacidades. -Bom relacionamento institucional da GNR. -Ganhou experiência, em circunstâncias diferentes. -Adquiriu experiência num TO, com condições climáticas adversas (neve) e adquiriu fardamento e equipamento para fazer face. -Para potenciar estas capacidades deveria ser criado um centro de doutrina. <b>Negativas</b> -Ausência de doutrina internacional sobre ordem pública; -Estrutura de apoio logístico.</p>	<p>-Não vejo inconveniente, desde que fossem asseguradas questões de cadeia de comando, autonomia logístico/financeira e doutrina comum de empenhamento.</p>	<p>-Sem dúvida nenhuma. -Numa reunião das NU, em Nova Iorque, a FPU portuguesa foi considerada como o modelo a seguir. “É um produto certificado”.</p>
<p><b>TCor. Miguel Marcelino</b></p> <p>Entrevista N.º 19</p>	<p>- Cmdt Cont. NMT-A - Centro de Comando e Operações do Comando-Geral.</p>	<p><b>NMT-A</b> -Em termos administrativ o-logísticos dependíamos do Cmdt da FND. -Os aspetos internos da GNR eram tratados através do Oficial POC e GenCmdtGer -Em termos funcionais havia a ligação à EGF. - E no TO tinha a ligação ao Regional Support Command East (RSC-E), comando responsável pela província de Wardak, para efeitos operacionais e aspetos logísticos e administrativos.</p>	<p>-É necessária flexibilidade e adaptabilidade. - Potenciar as experiências dos contingentes, na preparação de futuros contingentes. -A preparação deve ter em conta o período da missão, Inverno ou Verão. - As tarefas executadas enquadram-se nas tarefas específicas de polícia, de assessoria e segurança na instrução de tiro e assessoria aos Chefes de departamentos da Direção de Formação: Administrativo, Treino Básico, operações e responsável pela informática. - Ao nível do Comando do NPTC foi efetuada assessoria ao Comandante e aos Chefes da área financeira, do pessoal e da secretaria.</p>	<p>Não aplicada.</p>	<p>- Sem dúvida alguma que a participação de Portugal em missões internacionais é um “instrumento” de primordial importância na política externa do Estado Português e, neste caso, esta missão da NTM-A em que a Guarda Nacional Republicana participa na formação do mais importante e único Centro de Treino de âmbito nacional no Afeganistão, é pois uma missão de grande visibilidade e de afirmação para Portugal e consequentemente para a GNR.</p>



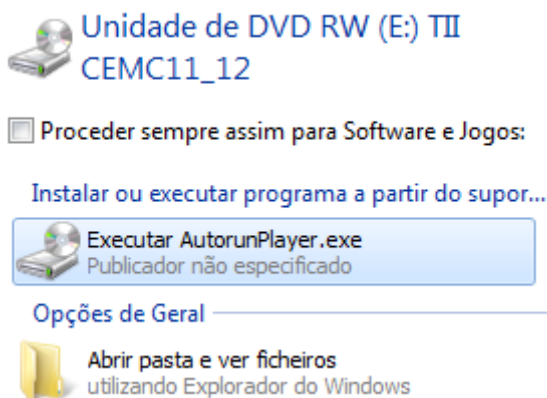
## As Forças de Segurança nas Operações de Gestão de Crises. Lições Aprendidas.

Entidade Nível: - Tático N.º Entrevista	Funções: - Que desempenhou - Atuais	Níveis de Comando	Lições Aprendidas	Integração das Forças da Guarda, em contingentes da CPLP	A participação da GNR nas missões de gestão de crises, como instrumento da política externa do Estado
<p><b>Maj Gonçalo Carvalho</b></p> <p>Entrevista N.º 21</p>	<p>- Cmdt Subag. Bravo UNMIT (1.º Contingente) - Assessor do Gen CmdtGeral.</p>	<p><b>Missão LAFAEK UNMIT</b> -O comandante estava na direta dependência do GenCmdtGer e em termos de ordem pública na dependência do PR e PM de Timor-Leste. -A ligação com o canal político/diplomático era realizado pelo embaixador de Portugal em Díli. Em termos Administrat. logísticos dependíamos da GNR e do Governo de Timor. Na UNMIT o PC tinha o comando operacional da FPU da GNR.</p>	<p>-Capacidade da GNR de aprontar, projetar unidades constituídas de polícia, no âmbito da gestão de crises. -As Forças da GNR são particularmente especializadas, disciplinas e organizadas. -Flexibilidade na articulação da Força às necessidades dos TO; -Capacidade de adaptação dos militares a ambientes hostis, em cenários de média/alta intensidade. -A natureza militar é uma mais-valia. - As missões permitem o reequipamento da GNR -Na constituição da Força o número de oficiais deveria ser superior. -A forte dependência logística-financeira da nação anfitriã é uma limitação; -A existência de um centro de excelência, como o Centro de Treino e Aprontamento de Forças para Missões Internacionais, para aprontar Forças para a ONU, EU e NATO seria muito útil.</p>	<p>-Poderá ser positiva numa estratégia de afirmação e consolidação da presença da CPLP no cenário internacional e como resultado da concertação político-diplomática. -Em termos táticos era um corolário da cooperação técnico-militar e técnico-policial.</p>	<p>-A participação da GNR, com Forças constituídas nas missões são uma aposta decisiva da política externa e momentos de afirmação internacional da GNR e de Portugal.</p>



### Apêndice 3 – DVD com transcrição das Entrevistas.

Para Abrir  
Clicar em



**Nota:** Não estão autorizadas cópias do suporte informático, nem utilização dos conteúdos, para fins diferentes daquele que é o âmbito do presente Trabalho de Investigação Individual.

